



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JOÃO AUGUSTO PESSÔA LEPIKSON

**O SOCIALISMO DE MERCADO E O CAPITALISMO DE ESTADO:
O AFASTAMENTO DA ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO CHINESA EM RELAÇÃO À
TEORIA LENINISTA**

**SALVADOR
2007**

JOÃO AUGUSTO PESSÔA LEPIKSON

**O SOCIALISMO DE MERCADO E O CAPITALISMO DE ESTADO:
O AFASTAMENTO DA ESTRATÉGIA CHINESA EM RELAÇÃO À TEORIA
LENINISTA DE TRANSIÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciência Econômicas da Universidade Federal de Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antonio F. Balanco

**Salvador
2007**

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso Conceição CRB 5-1092

L596 Lepikson, João Augusto Pessôa
O socialismo de mercado e o capitalismo de estado: o afastamento da
estratégia chinesa em relação à teoria leninista de transição / João Augusto Pessoa
Lepikson. – Salvador: 2007.
125p. ilust. tab.
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) – UFBA/FCE
Professor Orientador: Paulo Antonio F. Balanco
1. Socialismo 2. Capitalismo 3. Léninismo I. Lepikson, João Augusto Pessôa

CDD 335

JOÃO AUGUSTO PESSÔA LEPIKSON

**O SOCIALISMO DE MERCADO E O CAPITALISMO DE ESTADO:
O AFASTAMENTO DA ESTRATÉGIA CHINESA EM RELAÇÃO À TEORIA
LENINISTA DE TRANSIÇÃO**

Aprovada em ____ de julho de 2007

Orientador: _____

Prof. Dr. Paulo Antonio F. Balanco

Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Luis Antonio de Mattos Filgueiras

Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza

Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA

**A todo que acreditam que somos capazes de construir um
mundo mais justo**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Herman e Fátima, por terem sempre deixado em minhas mãos todas as escolhas importantes de minha vida e por, mesmo nesse mundo às avessas, tê-as deixado todas ao meu alcance. A eles agradeço por terem me ensinado a sonhar com um mundo mais justo. A eles devo muito do que sou e do que serei. Aos meus irmãos, Pedro e Alexandra, por todo amor, paciência, amizade, carinho, cumplicidade e pelos sobrinhos que alegram meu espírito. À minha família pelo amor incondicional.

Aos meus amigos do Vale por compreenderem meu sumiço recente, se não fosse isso certamente não teria conseguido superar essas últimas fases. Agradeço a eles, e agradecerei sempre, pelos, hoje, 25 anos de amizade verdadeira, pura, sincera e desinteressada, que, tenho certeza, será eterna.

Aos muitos bons amigos que fiz na FCE. A eles devo muito do que consegui realizar na faculdade, a eles agradeço por terem ajudado a tornar muito agradáveis esses quatro anos de graduação. A eles, mais do que por qualquer coisa, agradeço pela amizade verdadeira que não se encerra com a formatura.

A todos professores da FCE que colaboraram com a minha formação acadêmica. Especialmente a Plínio por sua dedicação irrestrita à faculdade e aos alunos, a Filgueiras por fortalecer o senso crítico do corpo discente, a Celeste por sua dedicação à FCE e ao NEC, a Balanco por cultivar o marxismo entre os futuros economistas e pela orientação neste trabalho e a Liélson por sua grande contribuição na elaboração deste trabalho.

Isso é o que dá viver catando lixo
Que falta de educação, mané
Que tal criar vergonha, quem já viu ser
Transportadora de bicho de pé

Na secretaria há uma enorme preocupação
Com uma nova epidemia que ameaça a população
Pois o infeliz parece um mutante
Quando ele anda o que se vê
Segundo a secretária, faz dó
O pobre é uma malha rodoviária ambulante

Sua excelência o prefeito homem de coração
Se declarou perplexo e horrorizado
Tanto que já mandou tomar providências
Todo lixo será protegido por vigilantes armados
Que vão entregar cartilhas aos pés inchados

(Édipo, o homem que virou veículo /
música do Mundo Livre S/A)

RESUMO

O Partido Comunista Chinês diz abertamente seguir a teoria marxista-leninista. Por isso, este trabalho tem como objetivo principal descrever as transformações econômicas da China pós-1978 que conformaram sua transição econômica pela via do socialismo de mercado para poder contrapor-la à proposta leninista de transição pela via do capitalismo de Estado. As duas propostas são ditas etapas necessárias da construção do socialismo nas quais, devido à condição de atraso das forças produtivas dos respectivos países, deveria ser dada alguma liberdade controlada a elementos capitalistas para que eles, sob o comando do Estado proletário, desenvolvessem as forças produtivas e criassem as condições para a emergência da grande produção socialista. De fato, as reformas econômicas chinesas desenvolveram as forças produtivas do país e criaram as condições para um grande e sustentado crescimento econômico. Este crescimento, porém, ao mascarar muitas contradições do processo, vem causando uma enorme confusão acerca dos rumos da política econômica chinesa fazendo-a, inclusive, ser tida como exemplo de sucesso tanto para os neoliberais quanto para economistas mais progressistas. Este trabalho, portanto, descreve brevemente a origem e características do capitalismo de Estado, as condições e possibilidades que Lênin havia colocado para que os elementos capitalistas não se sobrepujassem aos elementos socialistas nessa fase de coexistência, para que seja possível reconhecer os pontos centrais que distanciam a teoria leninista e a estratégia chinesa e colocaram aquele país no caminho capitalista com todos os problemas que lhes são inerentes.

Palavras chave: China, socialismo de mercado, capitalismo de Estado, transição, leninista

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inflação ao Consumidor.....	69
Gráfico 2 - Participação das Empresas Rurais no Emprego Nacional (em %).....	80
Gráfico 3 - Participação das Empresas Estatais no Emprego Nacional (em %).....	82
Gráfico 4 - Exportações/PIB, Participação estrangeira nas exportações e no comércio total (em %).....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do Investimento do Capital Fixo do Governo Chinês de 1952 a 1957.....	41
Tabela 2 – Distribuição dos Investimentos na Indústria (em %).....	42
Tabela 3 – Investimento em ativos fixos, por tipo de propriedade (em % do total).....	51
Tabela 4 - Produção Agrícola da China (em milhões de toneladas).....	58
Tabela 5 - Exportações e participação no comércio mundial (em %).....	70
Tabela 6 - Distribuição das transações de 1978 a 2003 segundo a forma de determinação dos preços (em %).....	85

LISTA DE SIGLAS

PCCh	Partido Comunista Chinês
RPC	República Popular da China
NEP	Nova Política Econômica
CG	Coeficiente de Gini
EVM	Empresas de Vilas e Municípios
EE	Empresas Estatais
ZEE	Zonas Econômicas Especiais
ZDET	Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
IED	Investimento Estrangeiro Direto
PIB	Produto Interno Bruto
TU	<i>Trade Unions</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
DIT	Divisão Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CAPITALISMO DE ESTADO	17
2.1	GÊNESE E CARACTERÍSTICAS	17
2.2	O CAPITALISMO DE ESTADO E O ESTADO PROLETÁRIO: UMA NEGAÇÃO PARCIAL DA LEI DO VALOR	20
2.3	O CAPITALISMO DE ESTADO “PECULIAR” LENINISTA: A INTERAÇÃO ENTRE ELEMENTOS SOCIALISTAS E CAPITALISTAS NO CAMINHO DO SOCIALISMO	23
2.3.1	As possibilidades e os limites dos elementos capitalistas na construção do socialismo pela via do capitalismo de Estado	30
3	O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA	39
3.1	CONTEXTO ECONÔMICO PRÉ-REFORMAS	39
3.2	O PROBLEMA DA SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO EM PAÍSES ATRASADOS: OS IMPEDIMENTOS NA CHINA PÓS-REVOLUÇÃO	50
3.3	A MODERNIZAÇÃO E CRESCIMENTO DA ECONOMIA COMO JUSTIFICATIVA PARA AS LIBERALIZAÇÕES	52
3.4	UMA VISÃO PANORÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS PÓS-1978	54
4	A DINÂMICA RETROALIMENTADORA DO MERCADO NO SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS: DO PLANEJAMENTO CENTRALIZADO AO CAPITALISMO GLOBALIZADO	76
4.1	PRIMEIRA ETAPA (1978-1983): DO PLANEJAMENTO AO MERCADO	77
4.2	SEGUNDA ETAPA (1984-91): DO MERCADO INTERNO ÀS EXPORTAÇÕES	84
4.3	TERCEIRA ETAPA (1991 - ...): DO ESTATAL AO ESTRANGEIRO	87
5	AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O MODELO CHINÊS DE DESENVOLVIMENTO	94
5.1	A CONSTANTE BUSCA NEOLIBERAL POR EXEMPLOS DE SUCESSO: A VEZ DA CHINA	94
5.2	O MODELO CHINÊS COMO UMA ALTERNATIVA À HEGEMONIA NEOLIBERAL	97
6	O SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS E O CAPITALISMO DE ESTADO LENINISTA: A MESMA PROPOSTA, MAS DINAMICAS DIVERGENTES	99
6.1	O SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS: A CONFORMAÇÃO DE UM CAPITALISMO DE ESTADO CONVENCIONAL	102
7	CONCLUSÕES	117
	REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1970, A Revolução Comunista, já havia feito da China uma das sociedades mais igualitárias do mundo em termos de distribuição de renda e atendimento das necessidades básicas da população e havia colocado nas mãos do Estado uma efetiva capacidade de planejamento econômico. Porém, a partir das reformas econômicas de 1978, as prioridades e os princípios fundamentais mantidos pelo Estado foram radicalmente mudados.

Os dirigentes do Partido e do Estado, que se confundem, sob a bandeira do socialismo de mercado, passaram a estimular os investimentos privados, a desregulamentação e abertura da economia com o argumento de serem necessidades históricas da construção do socialismo.

Proclama-se, desde então, o socialismo de mercado como etapa da transição que visa à construção do “socialismo do tipo chinês”. Esta nova fase, em tese, cumpriria a função de promover uma modernização da economia com um rápido crescimento da produção material e das riquezas que, com o conjunto da economia sob comando do Partido Comunista, transbordaria para toda a sociedade. Em outras palavras, o socialismo de mercado, conjugando planejamento e mercado, seria uma etapa de preparação material necessária para a emergência definitiva do socialismo naquele país.

De fato, a economia chinesa vem apresentando um crescimento rápido e continuado, porém, concomitantemente, surgiram problemas no interior da sociedade que se diz no caminho socialista como, por exemplo, crescente desigualdade de distribuição de renda, privatização dos meios de produção e perda da capacidade de planejamento estatal.

É impensável um salto imediato para o socialismo a partir de uma situação de atraso das forças produtivas, e é preciso ter em mente que essa necessária modernização não se faz da noite para o dia, é necessário um longo período de preparação, de desenvolvimento tanto as condições econômicas quanto políticas e sociais no qual “as longas dores do parto” são inevitáveis. São necessários tempo e muitos sacrifícios para colocar as forças produtivas sob domínio efetivo da classe trabalhadora, para que sejam criadas novas forças produtivas e novas relações de produção com foco no atendimento das necessidades da população e para que seja construída uma superestrutura adaptada para promoção do bem comum.

Os próprios Marx e Engels, neste sentido, haviam previsto que a revolução proletária ocorreria antes em países capitalistas mais avançados. Assim, a proposta de se levar um país

atrasado a uma ordem socialista, aparentemente, se apresenta como uma contradição às previsões dos grandes teóricos do socialismo. Porém, o que a priori se apresenta como uma contradição perde tal aparência quando se analisa o sistema capitalista como um sistema de proporções e contradições globais.

Na China, apesar de sua base produtiva extremamente atrasada, a revolução proletária, contando com apoio decisivo dos camponeses, alçou o Partido Comunista ao controle do Estado. Desde então, apregoa-se a construção do socialismo como objetivo do Partido.

Recorrentemente, desde a época de Mao Tsé-Tung até hoje, em vários documentos oficiais, aparece a afirmação de que a base teórica e prática do Partido Comunista Chinês (PCCh) é a ideologia marxista-leninista. Nas palavras de Mao (2004, p. 17), “a força-núcleo que dirige nossa causa é o Partido Comunista da China. A base teórica que guia o nosso pensamento é o marxismo-leninismo”.

A partir das reformas econômicas, mesmo com revés de prioridades e princípios, o Partido continuou proclamando a teoria marxista-leninista como norte de suas decisões. Sobre o direcionamento das transformações recentes de seu país, o ex-presidente da República Popular da China (RPC), Jiang Zemin (2002, p. 19), afirma:

(...) aplicando a teoria marxista-leninista do Estado e combinando-a com as condições reais da China, instituímos o poder estatal socialista de ditadura democrática popular dirigida pela classe operária, baseada na aliança operário-camponesa neste grande país do Oriente, o mais populoso do mundo. Aplicamos o sistema de assembléia popular (...) praticamos a consulta política sob a direção do Partido Comunista na luta comum pelo socialismo.

É verdade que a China cresce rápida e continuamente desde que adotou as suas reformas liberalizantes em 1978, são também verdades que esse crescimento tirou milhões de pessoas da linha pobreza, que as forças produtivas tiveram um salto impressionante, mas também é verdade que essas transformações se sustentaram na corrosão de uma base sólida construída nos anos seguintes à revolução, que se fundamentaram no suprimento de uma mão-de-obra barata e abundante, na precarização das condições de trabalho, no desmonte da capacidade de planejamento do Estado, na privatização do patrimônio público e dos meios de produção e no aumento da dependência do comércio e capital internacional. Resumidamente, com outras palavras, pode-se dizer que esse espantoso crescimento econômico se sustenta na transformação das conquistas da Revolução em precondições para a emergência do poder do capital.

O PCCh diz ser necessário utilizar todas e quaisquer ferramentas para desenvolver as forças produtivas argumentando uma “uma mudança histórica para a modernização do socialismo”, diz que essas liberdades ao capital, na prática, seriam um passo importante no caminho socialista.

Os espantosos números relacionados ao crescimento da economia chinesa dos últimos anos ofuscaram a discussão a respeito das causas e conseqüências ligadas ao caminho percorrido para a obtenção desse “sucesso”. A estratégia econômica PCCh tem no crescimento o seu fim e as conseqüências dessa busca cega são relegadas a uma condição secundária de simples externalidades que tem que ser pensadas e tratadas como inevitáveis no caminho socialista.

É inquestionável que política econômica chinesa é repleta de peculiaridades que, ao mesmo tempo em que a torna um exemplo de sucesso festejado pelos neoliberais, a faz um contraponto à ideologia neoliberal. É um contraponto no sentido de que o Estado chinês é ainda um agente econômico muito forte, e é exemplo de sucesso porque se percebe um alinhamento bastante estreito da dinâmica de suas reformas com as reformas econômicas ditadas por esse mesmo modelo hegemônico.

O próprio Lênin não desprezava o uso do mercado no processo de construção do socialismo, falava da impossibilidade de se desprezar a “grande técnica capitalista” e falava da inevitabilidade da existência de elementos capitalistas nessa fase de transição. Mas, obviamente, com fim no socialismo, estes elementos teriam liberdade restringida pelos elementos socialistas já instaurados pela revolução sob pena de restauração do capitalismo. Os elementos socialistas também não poderiam funcionar plenamente, a inevitável coexistência com os elementos capitalistas colocaria os seus limites.

Esta interação entre elementos capitalistas e socialistas, dirigida pelos últimos, foi desenhada por Lênin (1987, p. 151) dentro de sua conceituação peculiar de capitalismo de Estado que, segundo ele, seria “ante-sala, um degrau da escada histórica entre o qual e o degrau chamado socialismo não há nenhum degrau intermediário”.

Nesta etapa de transição desenhada por Lênin, necessária por causa das condições de atraso das forças produtivas e anarquia pequeno-burguesa, haveria concessões temporárias ao capital e incentivos à produção camponesa (com possibilidades de trocas mercantis) unicamente para que fosse possível desenvolver as forças produtivas russas e superar, concomitantemente, o

elemento especulador pequeno-burguês preparando a emergência da grande produção socialista.

É importante lembrar, para uma contextualização mais precisa dessa proposta leninista, que as forças produtivas russas, que se já não eram exemplos de desenvolvimento, estavam extremamente debilitadas pelas sucessivas guerras.

Enfim, se há alguns pontos convergentes entre o capitalismo de Estado preconizado por Lênin como fase de transição e a estratégia chinesa, as diferenças implicaram em uma dinâmica oposta entre a prevista pelo líder bolchevique e as transformações ocorridas na China. Eis a motivação principal deste trabalho.

Para atender esse objetivo, será traçada de maneira panorâmica, neste trabalho, a estratégia econômica adotada na China desde as suas reformas econômicas que implantaram o socialismo de mercado para que seja possível contrapor-la à teoria leninista de capitalismo de Estado.

Evidentemente, para tal objetivo, não se poderia furtar ao trabalho de colocar, mesmo que superficialmente, a base sobre a qual se erigiram as transformações econômicas mais recentes.

Em se tratando de descrever comparativamente um processo de transição entre ordens sociais, que envolve aspectos que vão muito além da economia, este trabalho não poderia ter outro alicerce que não o materialismo histórico segundo o qual nenhuma ordem social desaparece sem que todas as suas forças produtivas tenham se desenvolvido suficientemente e nenhuma nova relação de produção se concretiza antes que todas as condições materiais para a sua existência estejam maduras no interior da antiga ordem social.

Por isso, impreterivelmente, este estudo da fase de transição da China, supostamente para o socialismo, como deveria ser para qualquer outra ordem social em qualquer outro lugar do mundo, envolve o estudo das relações de produção, ou seja, as condições materiais no que concernem à detenção dos meios de produção, ao desenvolvimento das forças produtivas e às formas de distribuição.

Para tanto, este trabalho é desenvolvido em 5 capítulos, além da introdução e conclusão.

Depois desta introdução, serão expostas as condições de surgimento, características e as formas de concessão ao capital que, pela via do capitalismo de Estado dirigido pelo Estado

proletário, contribuiriam para o desenvolvimento das forças produtivas sem representar ameaça efetiva aos elementos socialistas já existentes e, principalmente, ao fim socialista.

Para que se possa concluir a respeito da veracidade, ou não, das afirmações dos dirigentes do Partido Comunista Chinês a cerca do seu compromisso com a construção de uma sociedade socialista a partir da teoria leninista, posteriormente, serão focados o processo e as consequências da estratégia econômica do PCCh. Para tanto, serão traçados o contexto econômico pré-reformas, a lógica que impedia a sustentação do crescimento econômico por um prazo mais longo antes das reformas, as justificativas dadas para a liberalização da economia e será traçada de forma panorâmica o processo de reformas em si.

O quarto capítulo discorre sobre a dinâmica das reformas, ou melhor, sobre como os próprios resultados das reformas levaram as novas etapas sempre na mesma direção: mais liberdade aos elementos capitalistas em detrimento dos elementos socialistas.

O quinto capítulo discute brevemente a confusão que impera no debate sobre a estratégia chinesa, que a faz ser exemplo de sucesso tanto para neoliberais como para analistas mais progressistas.

O capítulo 6 faz a comparação entre os elementos da teoria leninista de capitalismo de Estado e do socialismo de mercado chinês tentando mostrar, a partir dessa comparação, as origens dos resultados da dinâmica das reformas chinesas.

Não se questiona a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, do crescimento econômico, porém, o crescimento não deve ser um fim em si mesmo, ao menos para os socialistas. Por isso, é necessário questionar o sentido dado ao crescimento, que tipo de crescimento deve ser preconizado, deve-se perguntar sobre o seu propósito, a quem beneficia e se é possível que beneficie ao mesmo tempo empresários, burocratas, intelectuais e também a classe trabalhadora.

Sob o capitalismo, inerentemente dirigido para lucro de alguns poucos, a acumulação e o crescimento ocorrem em escala mundial enquanto a grande maioria da população é jogada na pobreza, essas são as duas faces da mesma moeda. Pretende-se com este trabalho, pois, em paralelo à comparação com o capitalismo de Estado, deixar explícitas as prioridades, especificidades e o rumo das reformas chinesas.

Espera-se que, à luz da breve exposição da teoria leninista de transição, seja possível concluir a respeito de ser, ou não, a estratégia econômica chinesa realmente pautada nos contornos leninistas para uma economia transicional com fim na construção de uma sociedade igualitária partindo de uma condição de atraso das forças produtivas. Espera-se que esse trabalho contribua para ajudar a desmistificar a confusão que permeia as análises sobre o modelo chinês.

2 O CAPITALISMO DE ESTADO

2.1 GÊNESE E CARACTERÍSTICAS

O capitalismo de Estado é uma “evolução” do capitalismo monopolista e emerge da inerente tendência de concentração do capital acelerada e concentrada nas mãos do Estado pela guerra imperialista.

A partir do capitalismo monopolista, a estrutura interna da economia se torna cada vez mais um “verdadeiro truste” e se desenvolve pelo estímulo à guerra, por sua preparação imperialista, até chegar a sua forma mais elevada, o capitalismo monopolista de Estado. Dentro desta perspectiva, Lênin (1917 *apud* GERRATANA, 1987, p. 26) considerava que:

a guerra conseguiu o que em 25 anos não se havia conseguido. [...] dos monopólios em geral, passou-se aos monopólios do Estado. A Situação objetiva demonstrou que a guerra veio acelerar o desenvolvimento do capitalismo, transformando-o de capitalismo em imperialismo, de monopólio em estatização. Tudo isso aproximou a revolução socialista, dando-lhe condições objetivas. Desse modo, o curso da guerra impulsionou a revolução socialista.

Importante dizer que essa estatização da indústria se faz sem nenhuma mudança nas relações de classe, ao contrário, naquela condição aparecia somente “o poder potenciado da classe que é dona dos meios de produção em dimensões jamais vistas até agora” (GERRATANA, 1987, p. 26). Mas a burguesia, sob as circunstâncias e condições da guerra imperialista, concentrava as forças nas mãos do Estado que era obrigado a adotar uma regulação social da produção e da distribuição.

Além de não haver uma mudança nas relações de classe, mantendo-se o regime de propriedade privada sobre os meios de produção essa maior monopolização e estatização, segundo Lênin (1917 *apud* GERRATANA, 1987, p. 26-27), eram acompanhadas de uma intensificação da exploração dos trabalhadores.

(...) inevitavelmente, acompanhadas de uma intensificação da exploração das massas de trabalhadores, do aumento da opressão, de entraves na luta contra os exploradores, acentuam a reação e o despotismo militar e, ao mesmo tempo, conduzem inevitavelmente a um incrível aumento dos lucros dos grandes capitalistas em detrimento de todas as demais camadas da população.

Como os grandes capitalistas percebem aumento dos lucros, não atinam acerca da estatização da economia e sobre os riscos ao seu domínio de classe que isto poderia implicar. Este risco se materializaria já que com a concentração nas mãos do Estado, a “simples” tomada do poder

pelo proletariado e abolição da propriedade privada sobre os meios de produção “essas mesmas condições garantirão a vitória de uma transformação social que porá fim à exploração do homem pelo homem e assegurará o bem-estar de todos” (LÊNIN, 1917 *apud* GERRATANA, 1987, p. 27).

Ou seja, a guerra imperialista ao concentrar e internacionalizar o capital acelerou o amadurecimento das “premissas objetivas da revolução socialista, que inegavelmente já existiam antes da guerra nos países mais progressistas e desenvolvidos” (GERRATANA, 1987, p. 27) convertendo o que antes era capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado.

Enfim, a característica fundamental da fase imperialista do capitalismo é a transformação da concorrência em monopólio, mas o próprio capitalismo deixaria de existir sem a sua mola propulsora, a concorrência, que, nesta fase, se não deixa de existir, muda de forma e âmbito.

O grau da transferência do âmbito da concorrência capitalista é questão basilar da divergência entre Lênin e Bukhárin com relação ao conceito e possibilidades do capitalismo de Estado que será útil à discussão deste trabalho. Enquanto para Bukhárin essa transferência seria de tal proporção que resultaria em desprezível no mercado interno, restando como mola propulsora do capitalismo apenas a concorrência no plano do mercado mundial nos seus termos imperialistas, para Lênin, essa lógica não era assim tão simples, existiria uma coexistência das concorrências interna e internacional.

Para Bukhárin (*apud* GERRATANA, 1987, p. 18), no estágio monopolista, a concorrência capitalista não é simplesmente eliminada, mas muda de âmbito. Nas suas próprias palavras:

A concorrência atinge seu desenvolvimento máximo: a concorrência dos trustes capitalistas nacionais no mercado mundial. No seio das economias nacionais a concorrência se reduz ao mínimo, para ressurgir externamente em proporções fantásticas, desconhecidas nas épocas históricas recentes.

Na visão de Bukhárin, como já dito, o desenvolvimento dos monopólios, mesmo antes da formação do capitalismo monopolista de Estado integral, modificaria de tal forma a estrutura econômica com aumento da importância do poder estatal que a economia nacional passaria a ser um “truste capitalista de Estado”. Em outras palavras, mesmo antes da formação do capitalismo monopolista de Estado, a concentração do capital chegaria a tal nível que a economia apareceria como “um só gigantesco truste combinado, cujos acionistas são grupos

financeiros e o Estado” (BUKHÁRIN *apud* GERRATANA, 1987, p. 19). Assim, esta forma de organização seria muito mais centralizada e menos anárquica que o capitalismo “puro”.

Na fase de implantação da NEP (Nova Política Econômica) na Rússia, ainda segundo Bukhárin, o grau de monopolização já era tal que a concorrência no mercado interno tinha se tornado desprezível e, portanto, as contradições do capitalismo estavam totalmente descarregadas na guerra de extermínio entre as potências imperialistas. Vendo desse ponto de vista, defendia que da explosão dos capitalismos monopolistas de Estado nesta fase imperialista adviria a vitória da revolução socialista.

Lênin, por sua vez, considerava que a supressão da concorrência no mercado interno não seria inerente ao desencadeamento da luta concorrencial dos grandes grupos monopolistas no mercado mundial. O desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista resultaria, sim, no desenvolvimento das contradições capitalistas em todos os aspectos das relações sociais. Para ele, se os monopólios tivessem suplantado totalmente a livre concorrência nos mercados internos, estariam postas as condições para sair do quadro das leis fundamentais do capitalismo.

Falando sobre a maturidade das premissas objetivas da revolução socialista mundial e ponderando essa discussão de Lênin e Bukhárin, Gerratana (1987, p. 27) coloca:

[...] um obstáculo para essa discussão é a concepção que vê na fase monopolista do capitalismo um todo orgânico, homogêneo, e que, portanto, não consegue conceber a revolução socialista a não ser como a explosão desse “todo”, com sua conseqüente substituição por outro todo orgânico.

Enfim, para Lênin, autor que mais interessa à formulação teórica deste trabalho, na fase superior do capitalismo, a fase dos monopólios capitalistas de Estado imperialistas, não está posta a total supressão da concorrência nos mercados internos, para ele haveria ainda elementos internos nessas economias nacionais característicos do capitalismo convencional. Por isso, não bastava simplesmente tomar o poder da burguesia em favor dos trabalhadores para que o socialismo fosse implantado, seria necessário passar por uma fase transicional que visasse à superação dessas relações capitalistas ainda existentes no interior dos Estados nacionais.

Entende-se, inclusive, que o estágio de concentração previsto por Bukhárin, só seria possível teoricamente, pois, na prática, antes de atingido esse nível, os antagonismos entre as classes sociais criados por essa ordem trariam a vitória da revolução socialista.

E é justamente colocando a coexistência entre a livre iniciativa, motor do capitalismo, e o monopólio, “que a substitui sem eliminá-la”, no interior da economia nacional que Lênin coloca em relevo as características dessa fase de transição, do “capitalismo moribundo”. Nas palavras do próprio,

O capitalismo, em sua fase imperialista, conduz em cheio à socialização da produção em seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e consciência, para um novo tipo de regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a mais completa socialização (LÊNIN *apud* GERRATANA, 1987, p. 23)

(...) O imperialismo complica e agrava as contradições do capitalismo, ‘entrelaça’ a livre concorrência com os monopólios, mas não pode suprimir a troca, o mercado, a concorrência, as crises, etc. (...) Por isso, é teoricamente incorreto prescindir da análise da troca, da produção de mercadorias, das crises, etc., em geral, e substituí-la pela análise do imperialismo como um todo. Porque não existe esse todo, existe uma passagem da concorrência ao monopólio. Por isso, refletirá a realidade muito mais corretamente, muito mais exatamente, um programa que conserve a análise geral da troca, da produção de mercadoria das crises, etc., agregando os traços característicos dos monopólios. Precisamente essa conjunção dos dois princípios contraditórios – a concorrência e o monopólio – é o que caracteriza o imperialismo e o que o leva à bancarrota, ou seja, à revolução socialista (LÊNIN *apud* GERRATANA, 1987, p. 28).

Enfim, enquanto para Bukhárin a revolução socialista consistiria na substituição imediata da formação econômico-social homogênea do capitalismo, que explodiu em seu último estágio monopolista, para Lênin, ao contrário,

(...) trata-se de passar de um sistema de transição no quadro (ainda que deformado) do capitalismo para outro sistema de transição, que saiu desse quadro, mas que utiliza do primeiro tudo o que é utilizável, para chegar, no final, gradualmente, a um ordenamento superior da economia. (GERRATANA, 1987, p. 24)

Surgem dessa discussão, dessas diferentes leituras da fase imperialista do capitalismo as discordâncias entre os líderes do Partido Comunista Russo acerca do uso do capitalismo de Estado como meio para construção do socialismo.

2.2 O CAPITALISMO DE ESTADO E O ESTADO PROLETÁRIO: UMA NEGAÇÃO PARCIAL DA LEI DO VALOR

O capitalismo de Estado em si não é ainda socialismo, isso é fato, mas Lênin argumentava que seu uso na construção do socialismo era uma necessidade histórica devido à realidade objetiva de atraso das forças produtivas bastante agravadas pela 1ª Guerra Mundial e pela

guerra civil que exigiram esforços gigantescos do Estado soviético para sobrevivência do regime.

As diferenças de posição entre o capitalismo de Estado “convencional” e o Estado proletário se mostram de maneira evidente: enquanto o capitalismo de Estado significa historicamente o totalitarismo do Estado, a extrema subjugação da classe trabalhadora à classe que controla a produção, a burguesia, o Estado proletário significa a extrema democratização e supressão da classe capitalista pela classe trabalhadora no controle dos meios de produção. Assim, sob comando do Estado proletário, o capitalismo de Estado assume características diferenciadas inclusive no que tange ao planejamento, regulação social da produção e da distribuição.

O próprio preço, inclusive, já perderia sua função no capitalismo de Estado sob Estado proletário, deixaria de ser única corrente transmissora da economia para ser também instrumento do planejamento estatal. Sobre o planejamento estatal e o preço no Estado proletário Hilferding (1940, *apud* CLIFF, 1951, p.73) comenta: *“prices loses their regulation and become merely means of distribution. The economy, and with it the exponents of the economic activity, are more or less subjected to state, becoming its subordinates”*.

Na sociedade capitalista, a lei do valor tende a equilibrar demanda e oferta, ou seja, em uma sociedade de produtores privados, na qual um é conectado ao outro pela troca de mercadorias, o preço é o vínculo que regula a economia e, obviamente, a divisão do trabalho do conjunto da sociedade.

No capitalismo de Estado, como há o planejamento econômico, não há o movimento do capital em busca da produção ou do setor da economia que esteja dando mais lucro. O preço deixa, portanto, de regular a relação entre produção de bens de capital e bens de consumo, entre a acumulação e o consumo, não regula mais a divisão do trabalho, é o Estado quem os fazem. O preço, nessa fase de transição, passa ser mais um instrumento do governo para regulação da economia.

Na verdade, qualquer regulação das atividades econômicas pelo Estado contradiz a anarquia capitalista e já trás em si uma negação (parcial) da lei do valor. Esta negação se intensifica quando o Estado passa a regular, por exemplo, o preço da força de trabalho, as metas de produção, e ainda mais, quando passa ele próprio a ser o produtor ou comprador direto.

Sob regulação estatal, o trabalhador não é mais livre para vender sua força de trabalho como “lhe convier” e nem o capitalista vai achar a força de trabalho “livre” em um mercado concorrencial. Se único dono dos meios de produção, o Estado, passa a ser também o único empregador o único comprador da força de trabalho. Nessa uma condição de monopólio, evidentemente, a lei do valor para a força de trabalho deixa de atuar em sua plenitude. Enfim, se o Estado tem o poder de influir ou determinar o valor e alocação da força de trabalho de acordo com o seu planejamento estratégico, o capitalismo é negado em seu fundamento básico: a força de trabalho como mercadoria.

Se fosse possível imaginar um país isolado do mundo, ou se o mundo já tivesse abraçado o socialismo, a divisão do trabalho poderia ser completamente arbitrária (planejada). Porém, como há entrelaçamentos econômicos entre os países não socialistas, as decisões são baseadas também em fatores que fogem ao controle do Estado nacional. Esta observação é válida tanto para a divisão do trabalho quanto para a relação entre a produção de bens de capital e bens de consumo, ou seja, a relação entre o consumo e acumulação.

Por isso, a negação parcial da lei do valor no capitalismo de Estado, peculiar ou convencional, em maior ou menor grau, não livra a economia de sua fundamentação, a economia como um todo é ainda subordinada à lei do valor, a diferença se mostra apenas na forma como ela se apresenta.

O capitalismo de Estado, enquanto fase superior do capitalismo, é o limite teórico que o capitalismo pode alcançar, logo é a negação do capitalismo em suas bases tradicionais e o Estado proletário, por sua vez, é a primeira fase da implantação do socialismo. São ambos, portanto, estágios no processo de transição do capitalismo para o socialismo, estão em posições diametralmente opostas, mas dialeticamente unidos havendo, necessariamente, elementos de ambas as etapas coexistindo durante a transição do capitalismo de Estado sob o Estado proletário. O que os difere fundamentalmente é a natureza de classe do Estado, é a posse dos meios de produção.

Importante dizer que se entende essa natureza classista do Estado proletário a partir da posição dos trabalhadores no sistema social de produção em relação à posse dos meios de produção, ou seja, por sua posição no sistema social de trabalho e, conseqüentemente, pelo seu meio de obter sua fatia da renda nacional, a forma de distribuição.

2.3 O CAPITALISMO DE ESTADO “PECULIAR” LENINISTA: A INTERAÇÃO ENTRE ELEMENTOS SOCIALISTAS E CAPITALISTAS NO CAMINHO DO SOCIALISMO

Antes de começar a falar sobre o uso do capitalismo de Estado “peculiar” de Lênin, faz-se necessário colocar que ele não considerava o capitalismo de Estado um modelo ideal, mas sim uma situação histórica concreta necessária para o prosseguimento da construção do socialismo soviético partindo de uma situação de atraso muito agravada por sucessivas guerras. Considerava mesmo um passo atrás no desenvolvimento das relações socialistas, mas, pragmático como era, pensava que seria necessário dar esse “passo atrás” para encontrar uma saída para aquela situação catastrófica que vivia a Rússia. Assim, o capitalismo de Estado representaria, na prática, um passo à frente na edificação do socialismo.

Uma sociedade socialista pressupõe forças produtivas avançadas e controle proletário. São duas condições a serem alcançadas, mas que não necessariamente acontecem ao mesmo tempo. Na Rússia, o poder estava sob controle dos trabalhadores, mas as forças produtivas estavam extremamente atrasadas. Cumpria, portanto, como um primeiro passo depois de tomado o poder, fazê-las avançar.

É por causa dessa necessidade de forças produtivas avançadas e controle proletário, ou, o que dá no mesmo, da “grande técnica capitalista” e do “domínio do Estado pelo proletariado”, que Lênin (1987, p. 148) falava em “duas metades separadas do socialismo, uma perto da outra, exatamente como dois pintinhos sob a mesma asa do imperialismo internacional”. Os “dois pintinhos”, no caso, eram a Alemanha e a Rússia.

Como a Alemanha já detinha a “última palavra da grande técnica capitalista moderna e da organização harmônica [mas] subordinada ao imperialismo junker-burguês” (LÊNIN, 1987, p. 148), o socialismo seria implantado naquele país com a tomada do poder pelo proletariado, bastava substituir o “Estado imperialista junker-burguês” pelo Estado de outro conteúdo de classe, o Estado proletário.

Já na Rússia a situação era oposta, ou melhor, complementar. O poder estava nas mãos do proletariado, mas as forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas. Então, “aprender com o capitalismo de Estado alemão” era estratégico, complementaria o binômio poder proletário – técnicas de produção avançadas.

Nas palavras do próprio Lênin (1917 *apud* LÊNIN, 1987, p.150):

Pois bem, substituam este Estado de *junker* e capitalistas, este Estado de latifundiários e de capitalistas por um Estado democrático-revolucionário, isto é, por um Estado que destrua revolucionariamente todos os privilégios, que não tema implantar revolucionariamente a democracia mais completa e verão que o capitalismo monopolista de Estado, em um Estado verdadeiramente democrático-revolucionário, representa, inevitavelmente, infalivelmente, um passo para o socialismo. (...) Pois o socialismo não é mais que o passo seguinte ao monopólio capitalista do Estado. (...) O capitalismo monopolista de Estado é a preparação material mais completa para o socialismo, sua ante-sala, um degrau na escada histórica entre o qual e o degrau chamado socialismo não há nenhum degrau intermediário.

Enfim, substituindo o “Estado militar, *junker*, burguês, imperialista alemão” por um Estado “de outro conteúdo de classe”, o Estado proletário, e se conseguiria “toda a soma de condições que dá como resultado o socialismo”. Nessa condição se verá que o “capitalismo monopolista de Estado (...) representa, inevitavelmente, infalivelmente, um passo para o socialismo” (LÊNIN, 1987, p. 143-144).

O uso do capitalismo de Estado na fase de construção do socialismo, como já exposto, estava longe de ser consenso entre os líderes do Partido Comunista, muitos dirigentes consideravam, inclusive, uma traição aos princípios socialistas. Nem mesmo os colaboradores de Lênin ocultavam sua resistência à utilização de uma categoria que parecia mascarar a natureza de classe do Estado soviético. Para muitos qualquer utilização de característica capitalista seria um desvio, jamais se poderia chamar de capitalismo de Estado um regime em que os meios de produção pertenciam à classe operária e no qual o poder estatal estava sob domínio dos trabalhadores.

De certa forma concordando com seus “opositores”, Lênin assumia que não se tratava de implantar um capitalismo de Estado convencional, mas um capitalismo de Estado no qual o próprio Estado, criação histórica para atender aos interesses burgueses¹, funcionaria sob uma outra lógica, uma lógica ditada pelo proletariado.

Lênin considerava que se o capitalismo de Estado fosse implantado na Rússia sob rígido controle do proletariado, seria possível manter uma vigilância dos elementos capitalistas dirigindo-os para a edificação do socialismo. O líder soviético enxergava que o capitalismo de Estado, nas condições objetivas da Rússia, seria uma fase de “preparação material mais completa para o socialismo (...) sua ante-sala, um degrau da escada histórica entre o qual e o

¹ Refere-se aqui à formação dos Estados nacionais na baixa idade média como forma de atender aos interesses econômicos burgueses, mais especificamente, refere-se à fase de superação do feudalismo e conformação dos Estados nacionais absolutistas com patrocínio da burguesia. Era interessante aos burgueses, naquele momento, concentrar o poder para que fossem criadas as condições de facilitação do comércio, que retomava importância.

degrau chamado socialismo não há nenhum degrau intermediário” (LÊNIN *apud* LÊNIN, 1987, p.150).

Como já dito, no regime capitalista é a lei do valor agindo no mercado anárquico que controla os níveis de produção, de acumulação, a divisão do trabalho entre os setores da economia. Já em uma sociedade socialista, ou mesmo no capitalismo de Estado peculiar ², a anarquia dos mercados seria substituída pela condução consciente da massa trabalhadora no controle do aparato produtivo, representada na fase transicional pela sua vanguarda, ou seja, pelo Partido Comunista.

Para Lênin, dever-se-ia demolir o aparelho burocrático do Estado burguês, mas seria útil utilizar o aparelho produtivo herdado da sociedade capitalista em sua mais alta fase de desenvolvimento. Para o líder bolchevique,

[...] o mecanismo da administração social já está preparado aqui. Basta derrotar os capitalistas, destruir com a mão de ferro dos operários armados a resistência desses exploradores, romper a máquina burocrática do Estado moderno e teremos diante de nós um mecanismo perfeitamente suscetível de ser colocado em marcha pelos próprios operários unidos. (LÊNIN *apud* GERRATANA, 1987, p. 25).

Obviamente, Lênin se referia aos países capitalistas mais avançados quando falava em ser suficiente colocar a máquina produtiva capitalista “em marcha pelos próprios operários unidos”. Para a Rússia, ainda era preciso desenvolver essa máquina.

O desenvolvimento das forças produtivas criaria as condições materiais necessárias para a emergência do socialismo, esse é justamente o papel histórico da burguesia, que, na Rússia, não tinha sido ainda plenamente executado. Por isso, Lênin julgava ser útil e necessário à construção do socialismo relaxar momentaneamente alguns princípios socialistas como parte da estratégia de fazer avançar as forças produtivas. Para ele, era preciso dar mais liberdade a alguns elementos capitalistas para que eles cumprissem essa etapa.

Relaxar elementos socialistas, dar esse “passo atrás” naquele momento, mas mantendo o estrito controle do Estado proletário sobre a produção capitalista, além de servir de “aprendizado” e desenvolvimento das forças produtivas, significava superar os elementos pequeno-burgueses, que, dada sua tendência especulativa, formavam, no entendimento de Lênin, a maior ameaça ao controle e contabilidade da produção pelo Estado proletário.

² Aqui se chamará o capitalismo de Estado sob comando do Estado proletário de capitalismo de Estado peculiar em oposição ao capitalismo de Estado convencional, ou seja, o capitalismo de Estado no qual o Estado e a burguesia têm a mesma opção.

Numa fase de transição há, inevitavelmente, coexistência e interação de elementos característicos da fase que se busca superar e também da nova fase que se busca construir. Neste sentido, sendo o Estado proletário o nível mais básico do socialismo, necessariamente haveria interseções entre o primeiro estágio do socialismo e o estágio extremo do capitalismo, o capitalismo monopolista de Estado. Por isso não se podia dizer que o socialismo já estaria implantado com tomada do poder pelo proletariado posto que muitos elementos da sociedade capitalista continuavam presentes.

Os elementos socialistas, representados pelo Estado proletário e propriedade social dos meios de produção, mesmo com essa interação inevitável, teriam plenas condições de conduzir o processo de transição. Afinal,

(...) não está claro que quanto mais alto no elevarmos na escala política, quanto mais alto no elevarmos na escala política, quanto mais alto encarnamos nos soviets o Estado socialista e a ditadura do proletariado, menos nos é permitido temer o capitalismo de Estado? (LÊNIN, 1987, p. 150).

Em análise objetiva das condições de transição, Lênin identificava a coexistência de diversos tipos de economia social, além dos elementos capitalistas e socialistas indicados pelos observadores menos atentos, a saber, a economia camponesa patriarcal, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo.

Era necessário, portanto, proceder a um estudo dessa realidade do país, não da idealização da transição imediata do capitalismo para o socialismo, não da idealização da existência de um todo orgânico. Era preciso entender e interpretar o que representava (representa) efetivamente uma fase de transição nas condições da realidade objetiva.

Mesmo concluindo que o modo de produção soviético pressupunha um Estado socialista, (Lênin) inferiu que um sistema econômico internamente contraditório, com uma combinação de vários modos de produção, não deveria ser artificialmente inserido dentro de um formato socialista puro. Disto decorre que o elemento teórico que justificaria a planificação socialista, segundo aquele formato, seria incompatível com as necessidades originadas das circunstâncias empíricas.

(...)

Por seu lado, essas “circunstâncias empíricas” adquirem o estatuto de formações econômicas que pedem o desenvolvimento, até determinados limites, de relações mercantis-capitalistas. Então, a dialética da economia de transição deverá traduzir a contradição representada pela utilização de mecanismos inerentes à economia capitalista e individual, da própria burguesia e do produtor privado enquanto expressão social do conhecimento econômico, num Estado onde a burguesia não detém o poder político (BALANCO, 1996, p. 120).

Em um país de pequenos camponeses e com as forças produtivas extremamente debilitadas por causa das guerras predominava o elemento pequeno-burguês. Eles, em associação com o

capitalismo privado, formavam um conjunto de especuladores que rompiam “aqui e ali o cerco do capitalismo de Estado (o monopólio de cereais, o controle sobre os patrões e comerciantes).” (Lênin, 1987, p. 145). Portanto, devia-se ter claro que a luta principal a ser enfrentada ia além da “simples” dicotomia socialismo-capitalismo. Nas palavras do próprio Lênin (1987, p. 145):

Não é o capitalismo de Estado que luta contra o socialismo, mas a pequena burguesia e o capitalismo privado que lutam juntos, de comum acordo, tanto contra o capitalismo de Estado como contra o socialismo. A pequena burguesia resiste a qualquer intervenção do Estado, contabilidade e controle, seja capitalista de Estado ou socialista de Estado. Este é um fato absolutamente indiscutível, em cuja incompreensão está a raiz de toda uma série de erros econômicos. O especulador, o saqueador do comércio, o sabotador do monopólio: este é o nosso principal inimigo ‘interno’, o inimigo das medidas econômicas do poder soviético.

Era, portanto, inadiável submeter esses elementos que jogavam contra a revolução sabotando o controle e contabilidade estatal, justamente os dois elementos de interseção entre o capitalismo de Estado e o socialismo. Era necessário e urgente proceder à edificação da grande produção em lugar dos elementos pequeno-burgueses predominantes na Rússia naquele momento.

Assim, mesmo que fosse necessário “pagar para aprender” e dar um “passo atrás”, sob o capitalismo de Estado, os elementos capitalistas prestariam um favor importantíssimo à causa socialista se conseguisse romper o cerco do elemento especulador. Neste sentido,

Quando a classe operária tiver aprendido a defender a ordem estatal contra o anarquismo pequeno-proprietário, quando tiver aprendido a colocar em marcha a grande organização estatal da produção, tomando por base os princípios do capitalismo de Estado, terá em suas mãos – desculpem-me a expressão – todos os triunfos; desse modo a consolidação do socialismo estará assegurada (LÊNIN, 1987, p. 145).

Como já dito, a utilidade do capitalismo de Estado estava longe de ser unanimidade dentro do Partido Comunista, muitos dos líderes argumentavam que Lênin “abusava da palavra capitalismo”, que o capitalismo de Estado representaria um retrocesso irrecuperável. Lênin respondia dizendo que “nele não há nada de temível para o poder soviético”, pois se encontrava assegurado no Estado soviético o poder da classe trabalhadora enquanto condutor de todo o processo.

Essa condução inverteria desde o princípio uma das premissas fundamentais do capitalismo, a acumulação como um fim em si mesma. Sob o capitalismo é a acumulação, regulada pela lei do valor, que determina o nível de emprego, dos salários, as divisões de consumo. Com o

domínio proletário, com o controle da produção pelos trabalhadores, o consumo das massas passaria a subordinar a acumulação e a produção. Assim, a acumulação seria estritamente condicionada pelo atendimento das necessidades das massas.

Isso, evidentemente, não quer dizer que naquela etapa não se precisaria acumular (mesmo em detrimento do consumo) para investir em capital fixo com fim de elevar as forças produtivas, para aumentar a produção social, ao contrário, isso ratifica a subordinação da acumulação às necessidades de consumo do povo. No capitalismo de Estado peculiar essa acumulação já seria planejada com o único intuito de construir as condições materiais para a emergência do socialismo.

As premissas para não “temer o capitalismo de Estado” estavam postas na URSS: o Estado proletário e a posse dos meios de produção pelos trabalhadores. Poder-se-ia, portanto, usar sem medo o capitalismo de Estado já que trabalhadores tinham a “absoluta possibilidade jurídica de ‘tomar’ todos os milhões, isto é, de não entregar um só copeque que não seja destinado aos fins socialistas”, pois “nossos tribunais são tribunais de classe contra a burguesia” (LÊNIN, 1987, p.166).

Essa possibilidade é dada porque o Estado tem a exclusividade do poder de jurisdição³. Sendo o Estado burguês, elabora as normas jurídicas de acordo com seus interesses de “harmonização” dos conflitos de classe. O Estado proletário não perde esse poder de “dizer o Direito”, tem, assim, ampla possibilidade de elaborar suas normas jurídicas de acordo com seus interesses, inclusive com “absoluta possibilidade jurídica de ‘tomar’ todos os milhões, isto é, de não entregar um só copeque que não seja destinado aos fins socialistas” (LÊNIN, 1987, p. 166).

As normas jurídicas em qualquer formação social emergem das condições das relações de produção e servem para ratificá-las, “nunca é superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado” (MARX, 197? ou 198? *apud* SOUZA, 2007, p. 29). Por isso mesmo no capitalismo de Estado peculiar, o próprio direito burguês trás em si sua negação em termos de distribuição e posse dos meios de produção: enquanto preconiza que cada um deve receber da sociedade de acordo com o trabalho que fornece, já está baseado na igualdade social no que tange à propriedade dos meios de

³ Do latim: *jurisdictio* que significa dizer o Direito

produção, com as relações de propriedade, ou seja, já está baseado em uma condição de não separação dos produtores diretos dos meios de produção.

As normas ditadas pelo Direito burguês servem para manter sob controle as classes subjugadas, serve para manter a “harmonia” entre as classes. Se a transição para o socialismo fosse imediata, a ausência de conflitos de classes (pois estas não existem no socialismo) tornaria supérfluo um aparato permanente de coerção para obrigar a “harmonia”, tornado o próprio Direito, nestes termos, sem função, já que sua existência pressupõe um aparato coercitivo para se fazer valer. Nessa condição, O Direito já deveria ter outro sentido, posto que os conflitos que pedem a intervenção jurídica seriam de outra natureza, seriam conflitos entre indivíduos, não entre interesses de classe.

No capitalismo de Estado peculiar, o poder de jurisdição já estaria nas mãos do proletariado, ou seja, o Estado continuaria representando interesses de uma classe e teria, pois, um importante papel a cumprir. A diferença fundamental é que a classe representada não seria mais a burguesia, e sim a classe trabalhadora.

Enfim, com o Estado proletário, é viável colocar as técnicas capitalistas de produção em funcionamento no sentido da construção do socialismo, é possível usar forças capitalistas como coadjuvantes no processo de construção do socialismo.

No Informe ao XI Congresso (março de 1922), Lênin (*apud* GERRATANA, 1987, p. 47), ao descrever a possibilidade de o capitalismo de Estado ser um capitalismo controlado e regulado pelo Estado proletário, ratifica de forma resumida muito do que se discutiu nesta parte do trabalho.

O capitalismo de Estado, segundo toda a bibliografia sobre o tema, refere-se ao que existe sob o regime capitalista, onde algumas empresas privadas encontram-se subordinadas de modo direto ao poder estatal. Mas nosso Estado é o proletário, apóia-se no proletariado, dá a este todas as vantagens políticas e através dele, atrai os camponeses, partindo de baixo [...] Por isso, o capitalismo de Estado desorienta muitas pessoas. Para que isso não ocorra é preciso recordar o fundamental: que não há teoria e nem trabalho sobre economia que analise um capitalismo de Estado do tipo do nosso, pela simples razão de que todas as noções comuns, relacionadas com essas palavras, se referem ao poder burguês na sociedade capitalista. Nossa sociedade, que saiu das vias capitalistas, mas que não tomou ainda novas vias, é um Estado dirigido não pela burguesia, mas sim pelo proletariado. Não queremos compreender que, quando dizemos ‘Estado’, somos nós mesmos, o proletariado, a vanguarda da classe operária. Somos capazes de restringir esse capitalismo de Estado, de fixar-lhes limites: esse tipo de capitalismo está relacionado com o Estado, e o Estado são os operários, a parte mais avançada deles, a vanguarda, nós mesmos.

A dificuldade central a ser enfrentada pelo poder proletário surge do fato de que enquanto no capitalismo de Estado tradicional, isto é, no regime capitalista, o Estado tem a mesma natureza de classe e as mesmas finalidades do capitalismo, no capitalismo de Estado peculiar as relações sociais a serem reguladas são conflitantes e se movem naturalmente em direção oposta aos interesses do Estado proletário.

Dominar essas contradições não seria fácil, e Lênin estava perfeitamente ciente disso. Daí sua insistência em dizer que os erros seriam inevitáveis nesta fase e que eles levariam, inclusive, à necessidade de se recomeçar muitas vezes a obra iniciada.

Essas dificuldades, obviamente, seriam tão mais penosas quanto mais tardasse a revolução proletária nos países mais desenvolvidos, o que viria a fortalecer o proletariado dos países menos desenvolvidos e consolidar o socialismo a nível mundial.

Em suma, entende-se que, seja no capitalismo, no socialismo ou mesmo no capitalismo de Estado peculiar, deve-se compreender o Estado como um instrumento de classe, a questão central, portanto, é quem detém de fato o poder, o controle do Estado, e tudo o que isso significa. Acredita-se inclusive, em seqüência ao que foi dito, que na inexistência de classes, na superação do capitalismo e na consolidação do comunismo, o Estado, instrumento de classe, deixaria de existir, posto que não haveria diferenças de classe e assim não haveria mais a quem representar. É neste sentido que se entende que o capitalismo de Estado peculiar tinha (tem) um papel central na construção do socialismo.

2.3.1 As possibilidades e os limites dos elementos capitalistas na construção do socialismo pela via do capitalismo de estado

A “colaboração” prevista entre elementos socialistas e capitalistas conformada pelo capitalismo de Estado “peculiar” da Rússia não tinha qualquer caráter de compromisso de poder. Para o desenvolvimento das forças produtivas, privilegiar-se-iam as relações econômicas assentadas no capitalismo de Estado, portanto, as relações capitalistas de produção, mas por hipótese alguma era pensado recuar no poder proletário. Assim, aos capitalistas que estivessem dispostos a colaborar com o Estado soviético seria permitido que operassem as formas capitalistas de produção, sendo-lhes pago um tributo econômico, mas eles ficariam incondicionalmente excluídos do poder.

A coexistência dos elementos socialistas e capitalistas, sob comando dos primeiros nessa fase de transição, tem seus limites dados pela sua relação inerentemente conflituosa, não ficando nenhum deles totalmente livres de influências e restrições dos outros. Segundo Gerratana (1987, p. 39-40),

A proximidade econômica do capitalismo de Estado em relação ao socialismo não significa de fato que estes dois elementos tenham se convertido em um bloco homogêneo de novo regime de transição. Ainda que ligados, eles continuam sendo contraditórios e, portanto, se limitam reciprocamente. Não somente as relações sociais capitalistas desenvolvidas pelo capitalismo de Estado são controladas e limitadas pelo Estado socialista para impedir que se transformem em relações de poder, levando assim à restauração do poder político dos capitalistas, mas também, por sua vez, os elementos de socialismo, que já foram introduzidos nesse regime de transição, permanecem comprimidos e limitados em seu pleno desenvolvimento pelas concessões que se teve que fazer às tendências capitalistas.

O próprio Lênin (1917 *apud* GERRATANA, 1987, p. 40) reconhecia a permissão e até mesmo o incentivo à existência de elementos capitalistas no Estado soviético seria uma “interrupção em certo grau da ofensiva contra o capital” empreendida pelo poder estatal socialista soviético, que “desde o primeiro momento proclamou levar e começou a levar à prática a política de redução dos altos salários até o nível do ordenado de um operário médio” daria também um passo atrás, mas também reconhecia nessas medidas algo inevitável naquele momento para o prosseguimento da edificação da sociedade socialista.

Enfim, Lênin propunha o que era acessível e possível, naquele momento, para suprir carências imediatas. Segundo ele, não havia outra maneira que não a partir de certas concessões ao capital. Seriam inevitáveis, portanto, flexibilizações de elementos socialistas, permitindo, inclusive, alguma regulação interna do mercado e possibilidade de exploração privada.

Esses novos elementos capitalistas, porém, deveriam ser guiados pela via do capitalismo de Estado, deveriam cumprir a função de fazer emergir a grande propriedade, de romper o círculo pequeno-burguês especulador e incentivar a livre associação dos trabalhadores.

Nas condições soviéticas, era prioritário melhorar as condições dos camponeses e elevar suas forças produtivas, pois, até mesmo “para melhorar a situação dos operários, fazem falta pão e combustível” (LÊNIN, 1987, p.155). Eram necessárias mudanças profundas na política de abastecimento.

A parte de maior destaque na Nova Política Econômica soviética (NEP) atacava esse ponto. Substituiu as expropriações forçadas dos excedentes de produção agrícola, que era o método adotado durante o comunismo de guerra, pelo recolhimento do imposto em espécie.

Lênin, dizia que, em fase de guerra, fez-se necessário o confisco, a tomada de todos os excedentes dos camponeses (às vezes, o não excedente) para alimentar os soldados e os operários, pois, naquele momento, a luta não era pelo desenvolvimento do socialismo, mas sim pela sobrevivência do Estado proletário.

Essa substituição do simples confisco pelo imposto em espécie, ao restabelecer a liberdade de comércio na produção do campo, constituía, na prática, uma concessão aos camponeses. O decreto tocava, portanto, concretamente o interesse dos camponeses para que se empenhassem no incremento da produção agrícola, indispensável para a uma reviravolta de toda a economia soviética.

O imposto em espécie representava a transição do comunismo de guerra para uma justa troca socialista de produtos. Tomava-se dos camponeses, em forma de imposto, o mínimo indispensável de trigo para o suprimento do exército e dos operários e o resto era trocado por produtos industriais.

Este imposto (o imposto em espécie) supriria imediatamente parte da demanda alimentar das populações urbanas e do proletariado e permitiria o fornecimento de matérias primas à indústria num primeiro estágio da recuperação econômica. O excedente líquido não consumido pelo camponês ganharia o caminho das trocas comerciais livres (...) de posse do dinheiro, o camponês voltaria para as indústrias em busca de bens de consumo pessoal manufaturados e equipamentos, além de outros bens agrícolas industrializados. A indústria teria, então, imediatamente, um fator estimulador da sua reativação (BALANCO, 1996, p. 123).

Com essa possibilidade de comercialização dos excedentes agrícolas, após o pagamento do imposto em espécie, estabelecia-se a relação direta entre a indústria e o campo. Isso era indispensável já que essa relação, pela sua própria essência, era uma iniciativa “local, independente, especializada e inteligente” que desempenharia um importante papel contra o processo de burocratização do sistema que, entende-se, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do socialismo.

A sociedade soviética ainda não detinha condições de entregar ao camponês os produtos industriais em troca de todo trigo necessário, não era possível restabelecer rapidamente a grande produção fabril, a produção estatal, a produção socialista, era preciso antes acumular grandes reservas de alimentos e combustível. Para viabilizar esse crescimento da produção camponesa e integração com a indústria, houve em 1922, estrategicamente, um aumento relativo dos preços agrícolas em relação aos produtos industriais.

Por isso, era preciso estimular, dentro de certos limites, a restauração da pequena indústria, já que não exige tanta maquinaria, nem reservas estatais ou grandes quantidades de matéria prima e combustível. Esta pequena indústria deveria integrar a economia camponesa com a indústria, pois só assim seria possível acumular o necessário para dar força ao processo de desenvolvimento das forças produtivas e instauração a grande produção.

Mas isto, notoriamente, resultaria no ressurgimento da pequena burguesia e do capitalismo baseado na liberdade de comércio. Como Lênin (1987, p. 158) reconhecia,

“O desenvolvimento da pequena economia é um desenvolvimento pequeno-burguês, é um desenvolvimento do capitalismo, já que existe a troca. (...) (Porém,) tentar proibir, impedir totalmente, qualquer desenvolvimento da troca privada, isto é, o comércio, o capitalismo seria impossível em função da existência de milhões de pequenos produtores (e representaria um suicídio do Partido). [Seria] absurda porque é economicamente impossível, suicida porque os partidos que tentassem levá-la à prática fatalmente fracassariam”.

Dentro dessa impossibilidade de estrita proibição da troca privada, a solução seria dirigi-la para a via do capitalismo de Estado concentrando nas mãos do poder proletário as decisões e o controle de produção.

Segundo Lênin, o grande erro cometido pelos líderes do Partido que se contrapunham ao capitalismo de Estado era compará-lo exclusivamente com o socialismo quando se deveria compará-lo à produção pequeno-burguesa, que era predominante naquele momento. A questão central, então, era como controlar esse inevitável ressurgimento da troca dentro dos limites estreitos do capitalismo de Estado de maneira que não fossem erguidas barreiras intransponíveis para a superação dessa fase, para a efetiva entrada no socialismo.

Lênin considerava quatro formas principais que poderiam ser usadas, mas, por resistência e vacilações internas propunha apenas duas, concessões e cooperativas, deixando de lado a possibilidade de capitalistas comercializarem produtos do Estado e de pequenos produtores e também o arrendamento de propriedades estatais. Argumentava sobre a necessidade de tais formas dizendo que o poder soviético não estava em condições de explorar todas as potencialidades econômicas do país e que, sob direção do planejamento proletário, dever-se-ia permitir a exploração capitalista que proporcionasse um aumento da produção e desenvolvimento das forças produtivas.

Para o líder bolchevique, a forma mais simples de dirigir os elementos capitalistas pela via do capitalismo de Estado seria através das concessões. Estas representariam um acordo, um pacto

contra o elemento pequeno-burguês, que ele julgava ser o elemento mais perigoso e pernicioso ao controle do capitalismo de Estado.

As concessões consistiriam em uma troca onde o concessionário capitalista dirigiria as empresas à maneira capitalista com o objetivo de obter lucros extraordinários, enquanto o poder soviético, concesso, obteria vantagens na forma de desenvolvimento das forças produtivas, com o aumento em curto prazo da quantidade de produtos com conseqüentes melhoras no nível de vida dos camponeses e operários e ainda obteria melhores condições de gestão da economia.

Concessões: sem fazer qualquer desnacionalização, o Estado operário concede de arrendamento determinadas minas, florestas, explorações petrolíferas etc., a capitalistas estrangeiros, para obter deles instrumentos e máquinas suplementares que nos permitam apressar o restabelecimento da grande indústria soviética (LÊNIN, 1980 *apud* SOUZA, 2007, p. 44).

O capitalismo de Estado na forma de concessões permitiria ao poder soviético reforçar a grande produção em lugar da pequena, permitiria fazer avançar a forças produtivas e reforçaria as relações econômicas reguladas de perto pelo Estado em detrimento da anarquia pequeno-burguesa. Seria preciso fazer concessões ao capital estrangeiro porque mesmo a burguesia russa não se encontrava em condições de arcar com os gastos de implantação da grande indústria.

As concessões visariam à atração do grande capital internacional com vistas ao desenvolvimento das forças produtivas do país. As empresas criadas com associação de capital estrangeiro, privados russos e do Estado ajudariam a integrar a economia camponesa e industrial.

Portanto, essas grandes empresas estariam, como se vê, em mãos, concreta e temporariamente, de capitalistas, o que representaria direção burguesa (e seus efeitos típicos, a exemplo da alienação dos trabalhadores dessas unidades) em setores importantes da economia, em vez da administração do Estado soviético (SOUZA, 2007, p. 45).

Poder-se-ia questionar a respeito dos perigos dessa forma de concessão em relação à restauração do capitalismo. Segundo Lênin, esse perigo dependia da correlação de forças já que representa a “continuidade da luta de classes”. Neste sentido, deveria ser deixado muito claro para toda a população que se tratavam de concessões temporárias à burguesia cujo fim não era outro que não a construção das condições de emergência do socialismo.

Nas palavras do próprio Lênin (1987, p. 161):

“O capitalismo de Estado na forma de concessão constitui talvez a forma mais simples, exata, clara, precisamente delineada, em comparação com outras formas de capitalismo de Estado existentes dentro do sistema soviético. Aqui temos um contrato forma, escrito, com o capitalismo mais culto e adiantado, o da Europa Ocidental. Conhecemos exatamente nossos lucros e nossas perdas, nossos direitos e nossos deveres, sabemos com exatidão o prazo pelo qual fizemos a concessão, conhecemos as condições do resgate antes do término do prazo, se é que o contrato prevê esse direito. Pagamos um certo “tributo” ao capitalismo mundial, “resgatando-nos” dele, em alguns aspectos, obtendo, em certa medida, imediatamente, a consolidação do poder soviético e a melhoria das condições de gestão da nossa economia. Toda dificuldade do problema das concessões está no fato de que se tem que pensá-lo e avaliá-lo em seu todo, quando se concluir o contrato de concessão e, em seguida, saber vigiar seu cumprimento”.

As concessões ao capital privado deveriam ser feitas a partir de contratos com previsão explícita das condições de produção e prazos. A própria produção dessas unidades produtivas, sejam elas de propriedade privada ou compartilhada com o Estado, seria determinada pelo planejamento e estabelecidas em contrato.

Quando se fala em compartilhamento das unidades produtivas, não se trata de qualquer espécie de privatização. Trata-se simplesmente de que a empresa estatal seria dirigida por capitalistas que, por isso, obteriam lucros e, findado o prazo de exploração estabelecido em contrato, a empresa voltaria ao total controle do Estado proletário. Já as empresas estabelecidas com capital privado, teriam um prazo determinado, também em contrato, em que lhes seria permitido auferir lucros extraordinários. Findado o prazo, as empresas, via indenização ou mesmo por elas terem podido auferir lucros, passariam à propriedade estatal.

Obviamente que nenhum capitalista colocaria seu adorado capital em um empreendimento com expropriação prevista em contrato e o Estado soviético não poderia prescindir desses investimentos. Por isso, tendo em vista que unidades estabelecidas mediante investimento privado seriam depois incorporadas ao Estado, e também seriam devolvidas as empresas estatais que estavam sob controle capitalista, o Estado permite ao capitalista um regime de rentabilidade que viabilize a recuperação desse capital investido acrescido de um lucro líquido.

O importante naquele momento era que fossem construídas as condições para criação da grande produção socialista, e o Estado não estava em condições de fazê-lo. Então, pensou-se uma forma de, com “ajuda” do grande capital internacional, mesmo que fosse necessário pagar-lhe pelo serviço prestado, fazer nascer a grande produção sob controle estatal.

Evidentemente esse capital não estaria livre para decidir o quê produzir, a quantidade nem onde. Tudo deveria estar estabelecido no contrato da concessão e deveria seguir as condições determinadas pelo planejamento guiado pelo poder proletário sob a forma de capitalismo de Estado peculiar, diferentemente da economia capitalista onde as decisões são tomadas no âmbito do mercado e da lei do valor.

Apesar de usar o capital estrangeiro para consolidação da grande indústria, Lênin, não admitia a flexibilização do monopólio estatal do comércio exterior. Essa “intransigência” deve ser contextualizada em um ambiente de concorrência e guerra imperialista.

Um segundo exemplo, porém menos simples do que as concessões, de uso possível pela via do capitalismo de Estado seria a cooperação. Diz-se menos simples porque têm seus limites menos claramente delimitados e de certa forma representa permissões à pequena burguesia. Mas, armado com a realidade, o líder soviético argumentava que isso se fazia necessário devido à urgência da situação, a própria fome decorrente de uma fraca produção do campo seria uma grande ameaça ao poder soviético.

A grande dificuldade dessa forma de capitalismo de Estado está no fato que, além de permitir a troca de mercadorias, estaria fundamentada na cooperação de pequenos produtores, em relações pequeno-burguesas. Mesmo assim, sob o rígido controle do Estado soviético, o capitalismo cooperativo constituiria um avanço já que promoveriam a associação voluntária dos trabalhadores à grande produção e também a centralização da venda dos excedentes agrícolas no lugar da dispersão do comércio privado, ou seja, permitiria um maior controle pelo Estado.

A partir da cooperação, os camponeses passavam a ter liberdade para trocar os excedentes da produção assegurando-lhes o acesso aos bens industriais.

Em poucas palavras, as concessões seriam úteis por proporcionar a emergência da grande indústria, enquanto a política de cooperação seria útil por facilitar a associação voluntária na futura grande produção. Nas palavras do próprio Lênin (1987, p. 163):

A política de concessões, caso tenha êxito, nos proporcionará um pequeno número de grandes empresas-modelos – em comparação com as nossas – que estarão no nível de adiantamento do capitalismo atual; que, depois de alguns anos, passarão integralmente para as nossas mãos. A política de cooperação, caso tenha êxito, nos proporcionará a ascensão da pequena economia e facilitará sua passagem, em prazo indeterminado, para a grande produção baseada na associação voluntária.

Apesar de acreditar que o elemento pequeno-burguês, através especulação, era a principal ameaça ao direcionamento da economia pela via do capitalismo de Estado e de reconhecer que a cooperação era de certa forma uma concessão a esse elemento, diante da dificuldade de estabelecer a grande produção socialista partindo das condições de ruína em que se encontrava e da não eclosão da revolução nos países desenvolvidos, Lênin, amarrado à realidade objetiva, propunha o desenvolvimento da pequena indústria que, como já explicado, necessitavam de menos investimentos. Assim, elas poderiam cumprir a importante tarefa de integrar a economia agrícola à industrial promovendo ganhos imediatos para a produção do campo e proporcionando a necessária acumulação para o desenvolvimento da grande indústria.

Enfim, a avaliação era que, naquele momento, cumpria ao poder soviético desenvolver todos os meios de troca, já que, sendo regulados por um marco bastante estreito (expropriação dos latifundiários e da pequena burguesia como detentores dos meios de produção), não representariam ameaças concretas à edificação do socialismo, ao contrário, serviria à causa por desenvolver algumas condições para a materialização do socialismo.

Fica claro que as liberdades dadas ao capitalismo nessa fase transicional do capitalismo de Estado são limitadas e direcionadas rigidamente pelos elementos socialistas não se podendo pensar em concessões ao capital a nível de divisão de poder, que deveria permanecer sob o domínio efetivo do proletariado sem qualquer espécie de vacilação, afinal, essa era a garantia do caminho socialista. Quando se diz que o poder estatal deveria ficar, sem flexibilização, nas mãos do proletariado, fica patente a importância que Lênin dava ao papel do Estado na construção do socialismo.

Mas, obviamente, esse Estado deveria ter características contrárias àquele Estado burguês, deveria ser um Estado proletário e que tivesse formas de prevenir a burocratização, afinal, o Estado é apenas um meio, não deve se perenizar e, se ele próprio não é outra coisa que não um instrumento de classe, deve existir apenas enquanto sirva de ferramenta para consolidação do comunismo, até o momento em que tenham sido erradicadas as diferenciações de classe.

A questão dos riscos da burocratização do Estado, inclusive, é um ponto chave para o entendimento do processo chinês, cerne deste trabalho.

Enfim, Antonio Souza (2007, p. 51) qualifica bem a proposição de transição de Lênin que foi descrita nesta parte do trabalho:

(...) verifica-se no modelo econômico formulado por Lênin, simultaneamente, aderência à realidade, firmeza nos fins e flexibilidade e adaptação nos meios. São elementos correlacionados logicamente: a compreensão da transição, a caracterização das formas que compõem a estrutura econômica do país, a análise das condições de extrema ruína e atraso, as diretivas com as tarefas urgentes de recuperação e, ao mesmo tempo, de modernização da economia, a condenação do burocratismo e suas repercussões econômicas.

3 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA

3.1 CONTEXTO ECONÔMICO PRÉ-REFORMAS

Os Estados nacionais tiveram um papel determinante no desenvolvimento dos países capitalistas ao longo do século XX, pelo menos até a década de 1970. A expansão das forças produtivas até aquele momento tinha um caráter fundamentalmente nacional e, portanto, o desenvolvimento do capitalismo em cada país estava atrelado ao desenvolvimento dos seus próprios mercados, cumprindo aos Estados nacionais o papel de elemento dinamizador do processo.

A China, ao longo do século XIX e parte do XX, enfrentou constantes assédios estrangeiros⁴ que buscavam dividir o país em esferas de influência internacional, impedindo o fortalecimento de uma unidade política capaz de conformar as condições necessárias para o crescimento econômico.

Com esforços concentrados na proteção do seu território, a taxa de formação de capital da China pré-1949 foi inferior a 5% (PERKINS, 1997 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 13), insuficiente até mesmo para manter o estoque de capital. Enfim, o fato é que o “Estado nacional chinês não estava suficientemente consolidado para realizar a tarefa histórica de implantação das estruturas necessárias ao desenvolvimento” (MONTEIRO, 2007, p. 13). Isto fez com que as taxas de crescimento econômico da China durante o século XIX e metade do século XX fossem bastante baixas.

Comentando a situação chinesa no período da tomada do poder pelo Partido Comunista, Souza (2007, p. 108) coloca:

O quadro geral e imediato era desolador. A China estava quase destruída, depois da guerra, no início do novo governo. Em grande proporção, havia ferrovias paralisadas, indústrias fechadas, economia com desabastecimento e insuportável desemprego. Fábricas, bancos, comércio atacadista, firmas de comércio exterior tinham estado em grande medida em mãos do capital externo e, com a vitória da revolução, os estrangeiros tinham transferido bens e empresas para Taiwan. A sétima esquadra norte-americana postava-se diante da costa chinesa ameaçadoramente. [...] Em média, o consumo per capita dos chineses revelava, conforme dados de 1952, uma pobreza atroz: por exemplo, consumo diário de meio quilo de arroz ou grãos e aquisição de um par de sapatos a cada cinco anos.

⁴São alguns exemplos de intromissões estrangeiras no referido período: Guerra do Ópio contra a Inglaterra (1840) com perda território de Hong Kong, invasão da Manchúria pelo Japão (1895) em busca de recursos naturais, ocupação da cidade portuária de Qindao pelos alemães (1898), além da tomada do porto de Weihaiwei pelos ingleses, pressões francesas sobre Yunnan, Guangxi e Guandong e sobre a ilha de Hainan.

Com a tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês em 1949, houve uma inflexão do processo de crescimento. A taxa de formação de capital passou abruptamente dos 5% já referidos para 20% e poucos anos depois para 30%. Já no Primeiro Plano Quinquenal (1953-57), o nível de crescimento, baseado principalmente no investimento em capital fixo, atingiu 9% ao ano (PERKINS, 1997 *apud*, MONTEIRO, 2007, p.13). Rompia-se, assim, a letargia que caracterizou a economia chinesa por um longo período.

Desde a tomada do poder, houve divergências no interior do Partido Comunista Chinês (PCCCh) a respeito dos rumos a serem seguidos para um desenvolvimento sustentado de longo prazo que levasse à construção do socialismo. Os principais pontos de divergência estavam relacionados ao papel que a propriedade privada e as formas públicas e estatais de propriedade deveriam desempenhar. Muitos atacavam a propriedade privada como entrave, enquanto outros a viam como uma necessidade histórica para o desenvolvimento das forças produtivas ainda não superada no país.

A primeira posição foi vencedora e de, forma bastante enérgica, foi tentado liquidar as formas de produção privadas. Assim, de 1949,

(...) até 1957, haviam reduzido de 7% para zero a participação da economia capitalista e de 72% para 7% a da economia individual. Em contraste, elevaram a participação da economia estatal de 19% para 32%, da coletiva ou cooperativa de 1,5% para 53%, e da mista estatal privada de 0,7% para 8%. (POMAR, 2003, p.91)

Os números da agricultura isoladamente também dão uma amostra significativa do quão rápida foi a mudança na estrutura de propriedade: até 1955, cerca de metade das famílias rurais estavam organizadas em grupos de ajuda mútua em que os meios de produção eram de propriedade dos camponeses, 1956, 97% das famílias já haviam ingressado nas cooperativas de tipo superior (POMAR, 2003, p 91), ou seja, em unidades produtivas em que a propriedade da terra e dos meios de produção era coletiva.

O Primeiro Plano Quinquenal do PCCCh, claramente influenciado pela experiência soviética, objetivava desenvolver simultaneamente a indústria pesada e a infra-estrutura para que fosse possível promover, num futuro próximo, saltos significativos na então débil economia chinesa. A tabela abaixo deixa evidente o nível de concentração dos investimentos na indústria e infra-estrutura no período.

Tabela 1 - Distribuição do Investimento do Capital Fixo do Governo Chinês de 1952 a 1957

	1952	1955	1957
Indústria	38,8	46,2	52,3
Construção	2,1	3,9	3,3
Pesquisa de recursos naturais	1,6	3,2	2,2
Agricultura, sicultura, águas e metereologia	13,8	6,7	8,6
Transportes e comunicação	17,5	19,0	15,0
Comércio	2,8	3,7	2,7
Cultura, educação e pesquisa	6,4	6,3	6,7
Saúde e bem-estar público	1,3	1,1	0,9
Serviços públicos urbanos	3,9	2,4	2,8
Administração governamental	0,4	1,5	1,3
Outros	11,4	6,0	4,2
Total em %	100,0	100,0	100,0

Fonte: Spence *apud* Monteiro, 2005, p.7

Esse esforço de industrialização acelerada era obstaculizada pela impossibilidade de obtenção de créditos externos devido ao bloqueio econômico das principais potências mundiais e fraqueza relativa da União Soviética, ainda fragilizada pela guerra. Só restava como alternativa de financiamento para a industrialização o trabalho extra dos camponeses e operários. A industrialização dependia, portanto, da mobilização popular.

Evidentemente, essa estratégia apresentava limites sociais e políticos que se materializaram no surgimento de insatisfações e críticas entre 1955 e 1967, relacionadas à queda da renda camponesa e escassez dos bens de consumo básicos. O resultado direto dessa lógica de financiamento do Plano para os camponeses foi uma queda de 20% de sua renda entre 1953 e 1957.

Os recursos para esses investimentos – cerca de US\$ 32 bilhões – foram basicamente arrancados da agricultura por meio de impostos, utilização dos fundos de acumulação das cooperativas e emprego de jornadas voluntárias de trabalho. Os camponeses chegaram a contribuir com cerca de 25% de sua produção para o aumento da capacidade produtiva do país. (POMAR, 2003, p. 90)

Pelos dados expostos na tabela 1, vê-se que, as áreas ligadas diretamente à qualidade de vida da população foram sacrificadas em favor dos investimentos na indústria e infra-estrutura. Justificava-se que, devido às condições de atraso da economia chinesa, era necessário comprometer o consumo no presente para que, em um futuro próximo, todos pudessem ter um padrão de vida aceitável dentro de uma sociedade socialista.

O descompasso dos investimentos entre as indústrias pesada e de bens de consumo, mostrado na tabela 2, gerou uma série de desequilíbrios estruturais como, por exemplo, elevado crescimento da indústria de base em detrimento da agricultura e da indústria de bens de consumo e aumento da diferença entre a renda camponesa e urbana.

	1952	1957	1965	1977	1978
Indústria leve	9,3	8	4,1	7,4	6,1
Indústria de base	29,5	44,3	48	52,2	50,9

Fonte: SUN; CHEN, 1984 apud SECCO; MAO JR, 1998, p.187

Essa escassez de produtos de consumo, principalmente de alimentos, pressionou os preços e obrigou o Estado a instituir o racionamento para garantir uma distribuição mais equitativa e manter os preços sob controle.

Para assegurar emprego à imensa mão-de-obra disponível e conquistar um dos principais objetivos da Revolução, o pleno emprego, o governo chinês chegou a praticar a “política do 1:3”, cujo princípio era um trabalho garantindo emprego para três trabalhadores. Dava-se assim vazão às críticas daqueles que defendiam a ineficiência do modelo baseado na propriedade estatal.

Fazendo uma crítica ao modelo soviético e “por tabela” uma autocrítica, Mao respondeu aos desequilíbrios e ao processo de burocratização propondo o desenvolvimento de uma rede de pequenas indústrias rurais com maior autonomia administrativa, mantendo-se, porém, o controle sobre a produção e ainda sugeriu uma maior autonomia às autoridades locais.

Nesta época, Mao, o Grande Timoneiro, defendia que a contradição básica da sociedade chinesa residia no fato de o desenvolvimento das relações de produção não estarem em correspondência com o desenvolvimento das forças produtivas. Considerava que as forças produtivas haviam avançado num ritmo superior às relações de propriedade e distribuição.

Essa visão, de certa forma, deixava margem para os críticos do processo de coletivização acelerada, o que Mao considerava uma tentativa de “parar a revolução”. Assim, para não “parar a revolução”, o VIII Congresso do PC, em 1956, escolheu a rota de construir o socialismo usando as formas públicas de propriedade.

No segundo Plano Quinquenal, em 1958, a direção do Partido definiu como meio para o avanço industrial, duplicar a produção de aço a partir de uma grande mobilização popular e unificar as cooperativas agrícolas em comunas populares. “A estratégia era mobilizar a energia de milhões de homens e mulheres para resolver, profundamente, o solo da economia, da política e da ideologia na China” (SOUZA, 2007, p. 124). Eis os fundamentos do “Grande Salto à Frente”.

A mobilização popular proposta como combustível da duplicação da produção de aço transformou milhões de camponeses e trabalhadores urbanos em fabricantes, literalmente, de fundo de quintal daquele produto. Nas comunas, outros milhões de camponeses foram mobilizados para construção de barragens, diques e canais de irrigação.

Cada comuna agrupava cerca de 25 cooperativas cada uma com cinco a dez mil moradias e era organizada por brigadas e equipes de produção com vinte a cinquenta famílias. Nas equipes de produção, todos trabalhavam segundo as mesmas normas, ganhavam o mesmo, tinham acesso aos mesmos serviços, à mesma estrutura de garantias sociais, enfim, comiam todos “na mesma panela de arroz”, não existia hierarquia. Esta estruturação “rebaixou” os camponeses ricos à mesma condição dos pobres e deu luz ao princípio igualitarista das comunas.

A princípio, na campanha de retificação, buscou-se a descentralização como forma de combater a burocratização aumentando a participação dos governos locais. Porém, à medida que as autoridades locais realizavam obras de infra-estrutura que uniam comunas crescia a necessidade de uma coordenação supra local. Com isso a descentralização destas unidades dava vez a um retorno da centralização.

Descobriu-se posteriormente que a estratégia de produção de fundo de quintal não estava dando os resultados esperados. As estatísticas, tanto da produção de aço quanto de cereais estavam superestimadas, além do quê, o aço produzido era de uma qualidade insuficiente para o uso industrial.

Com a inexistência de uma base produtiva adequada, quanto mais se acelerava a socialização das relações de trabalho e distribuição, maior a centralização das decisões econômicas. Tentava-se compensar aquela ausência com planejamento. Porém, isso não foi suficiente e o problema, agravado por questões climáticas em 1959 que acarretou queda significativa da produção agrícola, implicou em uma grave situação de fome pelo país.

A situação ficou ainda mais dramática quando a URSS, motivada por divergências ideológicas, mandou que seus técnicos, que comandavam a construção de mais de 170 grandes projetos industriais na China, retornassem ao seu país de origem (POMAR, 2003, p. 95).

Fazendo uma avaliação mais ampla do período do Grande Salto à Frente, Souza (2007, p. 125-126) coloca:

A proposta do Grande Salto mostrou-se um erro porque o esforço para se tentar alcançar metas muito ambiciosas, em prazos curtíssimos, terminou submetendo a economia a insuportáveis tensões e desequilíbrios, que poderiam ter sido evitados. A conclamação ideológica ao trabalho e os incentivos morais são denunciados como algo que se aproxima do trabalho forçado ou do produtivismo *stakhanovista* à revelia da ciência e da tecnologia. Difundiu-se a oferta de alguns serviços gratuitamente, sem contrapartida do poder aquisitivo refletido em alguma soma monetária para pagamento de tais serviços, tentando-se restringir a necessidade do dinheiro e da operação mercantil. Na desorganização e recuo da produção atuaram as forças espontâneas e dispersas das iniciativas exageradas, contraproducentes, desgastando recursos, com ingentes esforços das grandes massas de homens. Há o caso muito citado dos alto-fornos de fundo de quintal que foram multiplicados pelas aldeias e resultaram em grandes perdas porque o aço era de péssima qualidade, os transportes e o abastecimento foram tumultuados, a economia ingressou em complicações crescentes, dificultou-se a sobrevivência em grandes cidades. Prejudicou-se a visão dos projetos estratégicos de modernização das forças produtivas, buscando o avanço tecnológico, o fortalecimento da estrutura produtiva e o ritmo elevado e sustentado de crescimento econômico em uma trajetória de longo prazo. Subestimou-se a contribuição dos especialistas e o papel da formação científica.

Porém, no mesmo trabalho, Souza, adverte que o Grande Salto à Frente conseguiu realizações notáveis em termos de infra-estrutura e obras de saneamento. A própria proposta de industrialização do campo seria interessante no sentido de estreitar as diferenças entre o campo e a cidade em um país onde imensa maioria da população vivia no campo. Considera, também, que a produção de aço de fundo de quintal, apesar de frustrada, disseminou rudimentos da produção que serviriam de base para algumas iniciativas futuras de implantação de indústrias rurais.

Mas, enfim, nesse contexto de percepção da ineficácia das formas de produção adotadas e fome, se reacendeu a discussão a cerca dos rumos da construção do socialismo chinês. As opiniões que buscavam explicar os problemas daquele momento giravam em torno das “forças espontâneas do capitalismo” ou sobre a celeridade com que se dera o processo de socialização das relações de produção, manifestada nas propriedades estatais e coletivas e nas relações de trabalho e distribuição.

Na verdade, a avaliação de grande parte dos líderes comunistas era de que os problemas enfrentados eram decorrentes não da velocidade com que havia ocorrido o processo de estatização e coletivização da economia e das relações de trabalho e distribuição, mas, sim, de estas não terem sido completas. Assim, dentro dessa linha de pensamento, todos aqueles que julgavam necessário usar outras formas de propriedade para o desenvolvimento das forças

produtivas foram considerados “seguidores do caminho capitalista”, traidores da causa socialista, entre eles, Deng Xiaoping, futuro líder do PCCh e principal cabeça das reformas econômicas liberalizantes.

Toda essa disputa interna era travada em um contexto de disputa entre comunismo e o capitalismo a nível mundial, eram tempos de guerra fria. Por isso, os estadunidenses além de manter o seu bloqueio e sua política de “duas Chinas” (dando um tratamento diferenciado para Taiwan que havia servido de exílio para os capitalistas chineses na época da revolução), intensificaram a construção de um cinturão antichinês, promovendo golpes de estado e ditaduras em vários países da Ásia (também na África e América Latina). Por isso, apesar do seu princípio de coexistência pacífica, a China só mantinha relações diplomáticas com cerca de trinta países, em sua maioria africanos.

É nesse quadro de tensão interna e internacional que se pensou a Revolução Cultural. Conclamava-se a população a “fazer a revolução”, “transformar os pensamentos, a cultura, os hábitos e costumes antigos”, “moldar a fisionomia moral de toda a sociedade conforme os pensamentos, a cultura, os hábitos, e costumes do proletariado”, “derrubar os que ocupavam postos de direção mas seguiam o caminho capitalista”, “tomar o poder”, “opor-se aos ataques da burguesia no domínio ideológico”, “criticar as autoridades acadêmicas reacionárias”, “atacar a ideologia burguesa e todas as outras classes exploradoras” e “reformular a estrutura de ensino, a literatura, a arte e todos os demais ramos da superestrutura” e proibia “que os representantes da burguesia infiltrados no Partido fossem citados nominalmente na imprensa sem aprovação do comitê ao qual pertenciam”, “que os quadros técnicos e científicos dedicados a atividades estratégicas fossem incomodados e que a própria Revolução Cultural “fosse levada às fileiras do Exército Popular de Libertação”.

Apesar do título e dos princípios da Revolução Cultural, essa foi uma fase mais de disputa política do que de desenvolvimento cultural propriamente dito. Na visão de Mao e outros dirigentes alinhados com seu pensamento, fazia-se necessário naquele momento lutar para extirpar a via do “caminho capitalista”, inclusive no interior do próprio Partido Comunista. Para tanto, defendia-se que as massas deveriam se rebelar e disputar o controle do Estado.

Para tentar acalmar os ânimos da população cujos protestos, de certa forma permitidos pela própria Revolução Cultural, assumiam proporções perigosas, a direção do PC, reestruturou os organismos estatais, com participação de comitês do PC, comitês revolucionários do Exército

Popular de Libertação (EPL) e passou a dar atenção redobrada ao desenvolvimento econômico.

A ordem do momento passou a ser “fazer a revolução e aumentar a produção”. A partir de então, a Revolução Cultural refluíu de suas grandes mobilizações e se encastelou nas disputas partidárias com brutal controle hierárquico do Partido em todos os níveis da sociedade. Esse encastelamento e hierarquização tomaram tal proporção que até mesmo as atividades das *Trade Unions* (TU) foram suspensas.

Assim, o instrumento que deveria representar os trabalhadores na instância decisória mais importante da economia, que deveria servir para o estabelecimento de um efetivo controle popular sobre a produção, as TU, passava a ter pouca, ou nenhuma utilidade para a consolidação da democracia proletária, na verdade passava a servir de meio para impor a disciplina no trabalho, de instrumento de coerção. Tirando os trabalhadores dos fóruns de decisão, derrubava-se importante obstáculo para a burocratização do Partido.

Paradoxalmente, foi no curso da Revolução Cultural que a China refez suas relações diplomáticas com muitos países, inclusive com os EUA. “Na prática, isso implicava que, para reatar relações com a China, os demais países deveriam desconsiderar Taiwan como “República”, romper relações com ela e passar a vê-la como província chinesa” (POMAR, 2003, p. 100).

Mao, ao designar Hua Kuofeng, então ministro da segurança, para os cargos de primeiro-vice-presidente e primeiro-ministro, praticamente indicava seu sucessor. Assim, com a morte do Grande Timoneiro em setembro de 2006, a sucessão só poderia ser alterada por meio de um amplo processo democrático no interior do PC, ou por golpe. E esta última opção foi tentada por Jiang Qing e seu grupo. Tentativa esta que não teve êxito e que acabou com a prisão dos golpistas.

Abria-se, então, um momento de reavaliação histórica das diretivas herdadas de Mao Tsé-Tung, tanto no interior do PC como na sociedade chinesa como um todo.

Na presidência do PC e como primeiro-ministro do Conselho de Estado, Hua Kuofeng, queria atender às “duas todas”, isto é, pretendia seguir integral e estritamente todas as orientações e diretivas deixadas por Mao. Deng Xiaoping, que fora destituído do Partido, não sem interesse

particular, considerava inaceitáveis as “duas todas” já que, se fossem seguidas, não haveria motivos para que ele fosse reabilitado na direção do PCCh.

Deng Xiaoping defendia uma revisão profunda da economia chinesa e a necessidade de se passar por um período de reajustamentos extensos e complexos. Esse período seria uma retirada parcial para preparar o terreno para as “quatro modernizações” (indústria, agricultura, defesa nacional e ciência e tecnologia). Para Xiaoping, se o próprio Mao reconhecesse que algumas de suas decisões tinham sido erradas e que ninguém poderia evitar cometer erros no trabalho, a menos que não trabalhasse, os comunistas não deveriam se ater às “duas todas”. Ele defendia que o Partido deveria proceder a uma completa e profunda revisão de todos os erros e omissões desde a fundação da República Popular da China.

Em julho de 1977, o IX Congresso do PC manteve as “duas todas”, mas Xiaoping e outros veteranos foram reabilitados. Começava então o duro trabalho para “jogar Mao contra Mao”, ou seja, tentar explicar a necessidade de se rever máximas maoístas a partir das próprias máximas de Mao.

Com habilidade política impressionante, Xiaoping repetia insistentemente que o próprio Mao defendia que era preciso “procurar a verdade nos fatos ou tomar a prática como único critério da verdade” e falava que era preciso emancipar as mentes do povo, que a democracia era condição necessária para avanço do socialismo. Seus discursos tinham como base as teses do próprio Mao sobre a necessidade de se combinar em alto grau a democracia e o centralismo, distinguir as contradições dentro do povo das contradições entre o povo e o inimigo e manejar cada uma delas com correção.

Na visão de Xiaoping, era necessário praticar a lógica de Mao unidade – crítica - unidade no tratamento das contradições fossem elas quais fossem. Para tanto, seria fundamental descentralizar a gestão e o poder de decisão e assegurar os direitos democráticos consolidando os mecanismos de eleição, gestão e supervisão.

Sob influência direta dessa linha de argumentação, a terceira plenária do comitê central do PC, em dezembro de 1978, revogou as “duas todas” e montou a Comissão Econômica e Financeira para organizar todo o processo de reajustamento e preparar os planos de reforma e modernizações. Como será explicado mais adiante, a atenção foi concentrada na efetivação do “sistema de responsabilidade agrícola” e na atração de investimentos estrangeiros.

Mudavam-se radicalmente muitos fundamentos da era Mao. Foram abandonados princípios fundamentais que norteavam a economia: o planejamento central, a prioridade na indústria pesada e a preconização da função da propriedade estatal dos meios de produção.

Naquele momento, os trabalhadores urbanos concentravam seu descontentamento na resistência da burocracia estatal em consagrar a tão prometida democracia industrial como parte fundamental da efetiva tomada de poder pela classe proletária e com seu encastelamento no poder central.

Até aquele momento, as *Trade Unions*, que serviriam de voz dos trabalhadores no sistema planejado, de arma no combate à burocratização, enfim, que seriam a ponte para um efetivo controle popular sobre a produção, estavam sob rígido controle do Partido servindo apenas para manter a disciplina do trabalho, serviam de agente coercitivo contra quem deveria representar, os trabalhadores. Essa situação de afastamento dos trabalhadores dos centros de decisão culminou com uma série de greves e, mais emblematicamente, no incidente de Tianamen em abril de 1976.

Por isso, deve-se pensar contexto das reformas econômicas em uma situação em que, apesar dos avanços sociais, na época da morte de Mao em setembro de 1976, 27 anos após a tomada do poder pelo Partido Comunista, a classe trabalhadora ainda estava longe de exercer o controle democrático sobre a vida política e econômica do país. O controle total da economia e da sociedade era mantido nas mãos da burocracia estatal cada vez mais encastelada no poder. “Os problemas econômicos, sobretudo as limitações ao progresso técnico, foram importantes, mas a maior deficiência, o mais grave defeito, do período maoísta ocorreu no terreno da legalidade e democracia socialista” (SOUZA, 2007, p. 141).

Xiaoping afirmava que seu compromisso era com a construção do socialismo fundamentada na realidade chinesa e que, para que essa construção fosse possível, a questão principal era fazer avançar as forças produtivas e que, para tanto, seria indispensável a utilização das forças do mercado. Argumentava que o planejamento econômico, centralizado como era, impedia a evolução das forças produtivas e que somente a combinação entre as forças do mercado, descentralização e planejamento seria capaz de trazer eficiência à economia chinesa para que, com o conseqüente salto qualitativo das forças produtivas, a edificação do socialismo chinês pudesse progredir com forças revigoradas.

Na realidade, apesar de muitas rupturas na produção, a economia chinesa desde 1950 até o final dos anos 70 havia crescido consideravelmente. Entre 1950 e 1973 o PIB chinês havia crescido a uma taxa média de 5,02% ao ano e, mesmo com os problemas da Revolução Cultural (1966-1976), a produção da indústria havia crescido, em média, mais do que 10% ao ano (MEDDISON *apud* MONTEIRO, 2005, p. 1) dotando o país de certa capacidade industrial.

Esse crescimento, aliado à política de independência econômica, fez com que a China fosse um dos poucos países atrasados a entrar na década de 80 sem dívida externa e, portanto, passasse incólume à crise da dívida do terceiro mundo. Fato este que muitos analistas julgam diferenciar a problemática da abertura do leste europeu e da China.

A agricultura, porém, apesar de crescer, apresentou resultados muito menos expressivos do que a indústria. A política econômica, até então, tinha prioridade no avanço da indústria pesada e mantinha termos de troca prejudiciais à agricultura como base para a acumulação. Apesar disso, os camponeses no sistema de propriedade comunal tinham conquistado ganhos expressivos em termos de saúde pública, moradia, educação, enfim, tinham conquistado muitos ganhos em termos de segurança social.

A China na era Mao seguia a estratégia de construir o socialismo com ênfase na indústria pesada, planejamento econômico centralizado, propriedade estatal dos meios de produção e controle direto do partido sobre a vida cultural e política da sociedade. Durante esse período, a Revolução tinha acabado com a dominação estrangeira e com as relações feudais, promoveu o pleno emprego, a segurança social, havia generalizado a igualdade entre os trabalhadores e mudado completamente as formas de propriedade.

Inicialmente, os capitalistas detinham 63,3% do setor industrial e 85,1% do comércio atacadista. O Estado tinha assumido as empresas que tinham sido propriedade das frações burguesa burocrática e compradora e do capital estrangeira. Entretanto, em 1953, 56% da produção industrial era estatal e 26,9% originavam-se de empresas mistas ou privadas (administradas sob contrato com o Estado) (POMAR, *apud* Souza p. 118). No período da Revolução Cultural, já não existiam mais formas privadas de propriedade de empresas (SOUZA, 2007, p. 118).

Enfim, na época da morte de Mao, o Estado havia concentrado a propriedade dos meios de produção em apenas duas formas: pública ou coletiva.

(...) existiam na China apenas duas formas de propriedade social: a propriedade estatal e coletiva. A propriedade estatal era tida como pública sob gestão do governo, a coletiva, assemelhada à propriedade cooperada no Brasil, era uma mistura de propriedade social e privada, na medida em que pertencia coletivamente,

mas apenas a uma parcela da sociedade. Durante os períodos de maior centralização, ambos os tipos de propriedade chegaram a ser confundidos como propriedade estatal, visto que deveriam seguir os planos microeconômicos determinados pelo Estado (POMAR, 2003, p. 111).

Aos camponeses, base da revolução, porém, cumpria apenas produzir e transferir sua produção compulsoriamente ao Estado. Eles pagavam pela estratégia com preços baixos de seus produtos e os trabalhadores da indústria sofriam com a falta de bens de consumo. Estes são, inclusive, os princípios da lógica que amarrava o crescimento econômico que será abordada com mais detalhes na próxima seção.

Era urgente rever alguns pontos acerca da estratégia da construção do socialismo chinês, inclusive porque, entende-se que a grande falha do período maoísta foi não ter implantado uma estruturação que preconizasse a democracia socialista, enfim, não tinha colocado os trabalhadores de fato no comando planejado da economia, não existia uma democracia das massas

Havia, sim, uma necessidade premente de fortalecimento das conquistas da Revolução. Entre outras coisas, dever-se-ia proceder a uma reestruturação e descentralização da economia e também do centro das decisões políticas no sentido de promover o efetivo controle dos produtores diretos sobre as condições e produtos do seu trabalho, no sentido de promover a democracia socialista. Infelizmente, como será descrito adiante, não foram essas as respostas do governo pós-Mao.

3.2 O PROBLEMA DA SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO EM PAÍSES ATRASADOS: OS IMPEDIMENTOS NA CHINA PÓS-REVOLUÇÃO

Desde a formação da China moderna em 1949, com a tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês, o ritmo de crescimento econômico vinha sendo ditado pelos investimentos em capital fixo das empresas estatais e obstaculizado por choques exógenos, restrições do balanço de pagamento e desequilíbrios setoriais, em particular, pela oferta de bens de consumo, principalmente de alimentos.

Mesmo na segunda metade da década de 1990, quando houve um aumento bastante significativo das exportações e investimentos privados com conseqüente declínio da

participação das empresas estatais no investimento global, como mostrado na tabela 3, o volume de investimentos dessas empresas manteve-se num patamar estruturalmente alto.

Tabela 3 - Investimento em ativos fixos, por tipo de propriedade (em % do total)

	<i>Empresas Estatais</i>	<i>Empresas Coletivas</i>	<i>Empresas Particulares</i>	<i>Outros Tipos de Propriedade*</i>	<i>Total</i>
1995	54,4	16,4	12,8	16,4	100
1996	52,3	15,9	14	17,8	100
1997	52,4	15,4	13,7	18,5	100
1998	54,1	14,8	13,1	18	100
1999	53,4	14,5	14	18,1	100
2000	50,1	14,5	14,3	21,1	100
2001	47,3	14,2	14,5	24	100
2002	43,3	14	14,5	28,2	100
2003	38,9	14,4	14	32,7	100

* Inclui Joint Ventures, empresas com investimento estrangeiro e empresas com investimento de Hong Kong, Macau e Taiwan

Fonte: China Statistical Yearbook, 2004 *apud* MEDEIROS, 2006, p. 400

A lógica dessa limitação imposta pela oferta insuficiente de bens de consumo nos primeiros anos da revolução comunista é bastante simples: num primeiro momento, o crescimento era puxado por expressivos investimentos estatais na indústria pesada elevou a massa salarial fazendo com que a demanda por bens de consumo aumentasse. Obviamente, dado o tamanho da população chinesa e seu baixo padrão de consumo anterior, qualquer elevação da renda implicava em um aumento significativo da demanda agregada de bens de consumo básicos, principalmente de alimentos. Como produção desses bens não crescia em compasso com a demanda, surgiu uma pressão inflacionária ou mesmo uma crise de desabastecimento (como ocorrido no “Grande Salto à Frente”). Essa pressão (inflacionária ou de desabastecimento), só podia controlada com a uma desaceleração do investimento estatal e, conseqüentemente, do crescimento, sob pena de instabilidade social. Enfim, a sustentação do crescimento por um prazo não muito curto na China ficava condicionada a um aumento da oferta de bens de consumo, sobretudo de alimentos.

Era necessário, então, elevar a produtividade da agricultura para que o potencial de crescimento da economia como um todo fosse elevado, mas, isso não era suficiente. O vigoroso crescimento econômico só poderia ser sustentado com aumento das importações de bens de consumo.

É necessário ressaltar que a pauta de exportação chinesa era basicamente de produtos primários, assim, para a sustentação do crescimento, era necessário que a produção agrícola aumentasse de tal forma que suprisse o consumo interno e ainda fosse capaz de gerar divisas

para a importação de outros bens de consumo e máquinas e equipamentos para a elevação da sua própria produtividade.

Era inadiável, portanto, que houvesse um processo de acumulação para financiar a industrialização. Para esse financiamento, dado o isolamento econômico da China, seu atraso tecnológico e a concentração rural de sua população, era necessário que houvesse termos de troca desiguais entre a agricultura e a indústria. Os problemas da inflação e do investimento seriam resolvidos na transformação, ou desvio, dos excedentes camponeses transformados em consumo para o investimento.

Especificamente no caso chinês, como será descrito mais detalhadamente em seção posterior, houve realmente uma inversão dos termos de troca, em favor dos camponeses. Isso foi feito para, além de expandir a capacidade de crescimento, recompor a aliança que colocara o PCCh no poder em 1949. Enfim, o excedente agrícola comercializável se transformava em poupança, ou melhor, em fonte de acumulação primitiva para o financiamento do seu rápido processo de industrialização.

É supostamente tentando atacar a lógica de impedimentos ao crescimento descrita e a necessidade de se promover uma “acumulação primitiva socialista” que se dá “o ponta pé inicial” das reformas econômicas pós Mao Tsé-Tung.

3.3 A MODERNIZAÇÃO E CRESCIMENTO DA ECONOMIA COMO JUSTIFICATIVA PARA AS LIBERALIZAÇÕES

No final da década de 1970, o Partido Comunista Chinês, liderado por Deng XiaoPing, para “superar problema do crescimento e desperdício causado pela era Mao Tsé-Tung de sistema de produção e planejamento centralizado pelo Estado” (XIAOPING *apud* POMAR, 2003, p. 91), abertamente usando a Revolução Cultural como propaganda negativa do endurecimento da política anterior, inaugurou um programa de reformas que buscava combinar estrategicamente características de planejamento e mercado.

Sobre as condições em que se erigiram as reformas e a posição das massas, Souza (2007, p. 159) coloca:

A insuficiência democrática, inclusive a preservação dos velhos esquemas de relações políticas e ideológicas no interior do PCCh, e os erros dos setores

revolucionários forjaram, paulatinamente, a indiferença das massas, que assistiram passivamente o golpe de Estado. A partir daí, as massas se deixaram “influenciar pelo quadro falsamente pessimista traçado da situação econômica ‘legada’ pela Revolução Cultural”. Lançou-se sobre as massas o discurso da “modernização” e a promessa de “uma melhoria rápida, possível, de seu nível de vida”.

Em linhas gerais, os líderes do PCCh determinaram que deveriam ser promovidas uma gradual liberalização e uma maior abertura da economia como maneira de conseguir o crescimento econômico, como maneira para seguir no caminho socialista na fase de desenvolvimento das forças produtivas do país. Pode-se dizer sem receio que as reformas representaram uma verdadeira guinada das prioridades do Estado que, a partir de então, passava a preconizar a “modernização da economia” a qualquer custo.

Segundo os líderes do Partido, a economia centralmente planejada era causa da ineficiência e atraso da economia chinesa. Por isso, somente a combinação entre uma economia menos centralizada, mas ainda planejada, e as forças do mercado seria capaz de dar as respostas necessárias para uma alocação mais eficiente dos recursos e conseqüentemente fazer evoluir as forças produtivas para revigorar a construção do “socialismo do tipo chinês”. Fundou-se então, a partir dessa combinação, o socialismo de mercado chinês.

De acordo com o discurso oficial, o planejamento central ainda continuaria moldando e direcionando o desenvolvimento da economia como um todo, mas uma nova etapa de crescimento requereria novos atores econômicos com mais liberdade de atuação para consolidar a eficiência na economia chinesa.

O Partido adotou uma estratégia de dar mais autonomia às autoridades regionais e provinciais, mais poder às estatais para organizar sua produção, estimular o surgimento novas formas de produção, inclusive de firmas privadas, e ainda estabeleceu quatro regiões com privilégios especiais para realizar o comércio exterior.

A idéia central era que os mercados incentivariam ganhos de produtividade e regulariam a produção, mas os próprios mercados não estariam totalmente livres, seriam em alguma medida regulados pelo planejamento estatal. Essa combinação traria consigo o desenvolvimento das forças produtivas e o resultado seria um crescimento econômico acelerado, progresso tecnológico, e, em paralelo, crescimento sustentado do consumo e do bem-estar da população como um todo.

Essa decisão de empregar esforços para a mercantilização da economia, é bom que seja dito, foi unilateralmente tomada pelo PCCh, não foi uma reivindicação das massas. A reivindicação popular naquele momento era direcionada ao desvio na direção da prometida democracia proletária. Robert Weil explica essa imposição e fala também do desmantelamento do sistema de bem-estar público:

Markets were imposed on the Chinese people by government fiat, notably in the forcing breaking up of the agricultural commune system which had been developed under the leadership of Mao Zedong, to be replaced with a system of individual family contracts, and in equally rapid and forcible demolition of socialist forms of collective public welfare now being imposed on state-owned enterprises and all the major institutional center of the society, including universities (HART LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 40)

Os imperativos do mercado na China, porém, se tornaram incontroláveis, cada etapa do processo gerou tensões e contradições que, pela própria lógica do socialismo de mercado implantado pelo PCCh, só era resolvida com um aprofundamento das forças do mercado, guiando o país para a consolidação da economia política capitalista.

Assim, o problema do socialismo de mercado chinês foi que, em um contexto em que o proletariado não assumira efetivamente o poder, suas reformas econômicas trouxeram uma série de contradições inerentes ao próprio processo de liberalização que implicaram em novas etapas de aprofundamento dos princípios capitalistas. Pode-se dizer, portanto, que a entrada da China no mundo capitalista, além do oportunismo de dirigentes do Estado que assumiam a “função” de classe dominante, foi decorrente das próprias contradições geradas pelo processo de reforma e as respostas dadas a essas contradições.

3.4 UMA VISÃO PANORÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS PÓS-1978

O processo de reformas econômicas da China tinha o seu objetivo principal muito claro: acelerar o crescimento econômico, em particular, pela expansão da indústria. Segundo a célebre frase de Deng Xiaoping, “não importa a cor do gato, mas se é ou não capaz de caçar ratos”, em outras palavras, não importa como, o importante é fazer a economia crescer. Eis o norte das reformas.

Todas as medidas adotada pelo Partido/Estado chinês eram ditas necessárias por causa das condições específicas do país e essas medidas, por estarem envoltas na bandeira do

socialismo, acabaram, de certa forma, confundindo muitos analistas acerca do rumo das mudanças.

Porém, essa primazia e exaltação do crescimento econômico não conseguem camuflar o conflito de classes que as reformas envolveram e intensificaram, inclusive com expropriação material e política da base de sustentação do próprio Partido.

Os líderes do PCCh diziam que as reformas não seriam conflitantes com os quatro princípios da Revolução Comunista: o socialismo, a ditadura democrático-popular, a direção do PCCh e o marxismo-leninismo. Assim, sem colidir com esses princípios, as reformas deveriam atacar três pontos principais: a luta contra o hegemonismo das superpotências, a reunificação nacional e aceleração da modernização da economia.

Dentro da perspectiva, era urgente responder a algumas questões: como acelerar a acumulação de capital e dos investimentos em bens de capital necessários à modernização industrial a partir de uma base extremamente fraca e atrasada e, simultaneamente, expandir a produção agrícola e de bens de consumo para evitar escassez de bens básicos? Como aumentar a produtividade agrícola sem despejar um enorme contingente de camponeses no desemprego, mantendo, assim, sob controle a pressão demográfica sobre as zonas urbanas? Como financiar a necessária importação de bens de capital sem recorrer excessivamente ao endividamento externo? Como manter a centralização das decisões sobre investimentos estratégicos e ao mesmo tempo estimular a descentralização das decisões administrativas e às iniciativas locais?

É teoricamente tentando atacar essas questões que, em 1978, o governo chinês inicia seu processo de reformas combinando experiências internacionais de desenvolvimento com as condições objetivas do país. Há quem diga que, a partir das reformas, houve uma conjugação do Estado revolucionário planejador de Mao e o Estado desenvolvimentista dos países asiáticos.

Mas, apesar de ser evidente que urgiam algumas mudanças na condução do país após a morte de Mao, não se pode fechar os olhos para o direcionamento e resultados da reforma, nem se pode deixar levar por discursos simplistas nem pela propaganda do Partido. É tentado nessa parte do trabalho justamente expor as transformações econômicas e seus resultados para a sociedade chinesa.

Em concordância com Carlos Aguiar de Medeiros (1999), pode-se sintetizar o programa de reformas chinês em um conjunto de seis medidas adotadas gradual, paulatina e estrategicamente⁵: a) Sistemas de contratos de responsabilidade para a produção agrícola; b) Programa de abertura da economia baseado em incentivos às exportações, mas com políticas de proteção ao mercado interno, a princípio, com criação de zonas com políticas fiscal e trabalhista diferenciadas; c) Formação de grandes empresas estatais (com ou sem participação de *joint-ventures*) na indústria pesada com crescente autonomia gerencial e financeira, mas subordinadas ao planejamento central; d) Reforma das empresas estatais e redefinição da relação entre o plano e o mercado, redefinição do sistema de incentivos e de responsabilidade a partir da introdução de sistemas de contratos; e) Promoção de empresas coletivas (de vilas e municípios); f) Transição de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado.

Essas medidas assim citadas podem esconder como realmente se deram as reformas. Sinteticamente, pode-se dizer que elas primaram por uma maior participação do mercado como regulador da economia em detrimento do planejamento, liberalização e abertura econômica e prioridade nas formas privadas de produção em detrimento das formas coletivas, comunais e estatais. Como será visto mais adiante, essas medidas resultaram no ressurgimento e regulamentação legal da propriedade privada, do lucro individual, da exploração dos trabalhadores, do aumento da desigualdade, enfim, na restauração do capitalismo.

Como dito em seção anterior, o crescimento econômico em países atrasados tem seus limites dados pela oferta de bens de consumo básicos, no caso chinês, esse limite era dado especialmente pela oferta de alimentos.

No final dos anos 50, as comunas haviam se firmado como o centro de produção e distribuição fora das grandes cidades. Elas reuniam em um mesmo local a produção agrícola das fazendas e produção industrial de pequenas fábricas integrando as produções e dando autosuficiência a essas unidades.

Uma das primeiras e mais importantes medidas, supracitada como “Sistemas de contratos de responsabilidade para a produção agrícola” inegavelmente encontra proximidades bastante fortes com o modelo de “imposto em espécie” apresentado por Lênin em 1921 no bojo da

⁵ Importante ressaltar que a ordem das citações não necessariamente obedece à ordem cronológica das medidas.

Nova Política Econômica (NEP) ⁶ e já comentado neste trabalho. Esta medida foi de fundamental importância para o prosseguimento da estratégia chinesa, pois consistiu, junto à promoção de empresas de vilas e municípios (EVM), a fonte de acumulação de capital para a industrialização.

O contrato de responsabilidade consistia no estabelecimento de uma determinada quantidade física da produção que deveria ser vendida ao Estado (a um preço estabelecido) e permissão para que a produção que excedesse essa quota pudesse ser destinada ao autoconsumo ou mesmo ser vendida no mercado local. Junto com essa medida, deu-se a extinção das comunas populares.

Formalmente a propriedade das terras seriam coletivas/estatais, mas isso era bastante subjetivo porque não ficava claro o que nem quem representava essa coletividade. A posse das terras era distribuída para cooperativas de famílias ou mesmo para famílias individuais que, sob contrato, passavam a ter certa liberdade para escolher o que produzir e deveriam tentar produzir ao máximo, já que teriam direito aos lucros.

Com a dissolução das comunas, as suas pequenas indústrias passaram a pertencer aos governos municipais e distritais. Apesar disso, devido à sua origem comunal, a expressão propriedade coletiva permaneceu, mas de fato passavam a pertencer ao Estado (com base local).

Certamente, não seria possível promover o crescimento da produção agrícola e nem o desenvolvimento da indústria rural, ou seja, não seria possível romper com a lógica que limitava o crescimento da economia se não fosse colocada em prática uma política de termos de troca privilegiados entre a agricultura e a indústria. Isto foi feito, mas desta vez, diferentemente do período de Mao, em favor da agricultura.

O governo aumentou em 20% o preço que pagava pela quantia estabelecida nas metas de produção de cada unidade produtiva e em 50% à produção excedente. (SECCO; MAO JR, 1996, p. 76), além de rebaixar de 10% a 15% os preços dos produtos industriais utilizados no campo (POMAR *apud* SOUZA, 2007, p. 186).

⁶ A semelhança das reformas chinesas sobre o campo com as implantadas com a Nova Política Econômica (NEP) foi reconhecida pelas autoridades reformistas chinesas e mais tarde, pelos economistas soviéticos no governo Gorbachev. Tal como na reforma propugnada na NEP, o excedente agrícola poderia ser comercializado a preços de mercado e apropriado pelo camponês. (Medeiros, 1999)

O crescimento da renda agrícola, diretamente relacionado com a política de preços favoráveis à agricultura, provocou forte expansão do consumo rural de bens industriais e, simultaneamente, expansão da produção das empresas rurais.

A industrialização e urbanização do campo, impulsionada pela explosão das EVM, era, já no tempo de Mao, perseguida por dois motivos principais: diminuir os riscos de prejuízos ao sistema produtivo nacional proveniente de intervenções estrangeiras tão presentes na história chinesa também, ao integrar a produção do campo à indústria, evitar o problema da “tesoura” que afligiria a ex-URSS ⁷. Este problema da tesoura passava pela questão de como a acelerar a industrialização levando em consideração a mútua dependência entre indústria e agricultura sem recorrer a um exagerado endividamento externo.

Com a alteração dos termos de troca entre agricultura e indústria, liberação para o comércio do excedente agrícola e estímulo às empresas rurais, os excedentes da produção passaram a se deslocar diretamente para a indústria rural, as empresas de vilas e municípios (EVM) viabilizando um aumento da produção absoluta e da produtividade do campo, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 - Produção Agrícola da China (em milhões de toneladas)

	1952	1957	1965	1975	1979	1982	1984
Cereais	184	195	194	284	332	353	407
Algodão	1,3	1,6	2	5,4	2,2	3,6	6,5
Cereais per capita (kg/habitante)	285	301	301	309	342	326	400
Área cultivada per capita	0,18	0,16	0,14	0,11	0,11	0,1	0,09

Fonte: JABBOUR, 2006, p.45

Em uma economia fechada como era a chinesa, a aceleração da taxa de investimento e, conseqüentemente, de crescimento era dependente da taxa de expansão da capacidade produtiva do setor de bens de consumo. Com a evolução da produção mostrada na tabela anterior, desatava-se o principal nó do crescimento.

⁷ “A União Soviética dependia quase inteiramente de suas exportações de óleo e gás para obter moeda estrangeira e de seu próprio uso na indústria pesada, de uso intensivo de energia, para manter a economia industrial. Porém, a partir de meados da década de 1980, no momento em que Gorbachev chegava ao poder, o país foi atingido por dois grandes choques. Primeiro o preço mundial do petróleo despencou, diminuindo os ganhos de sua exportação. Em segundo lugar, a produção soviética de petróleo atingiu um pico e depois começou a cair fortemente devido ao esgotamento de campos petrolíferos e à falta de novos campos na tundra, mais difíceis de atingir. A URSS começou a tomar empréstimos no exterior, tanto para cobrir a queda dos ganhos com exportação como para tentar modernizar a sua economia. Tudo isso foi inútil: o velho sistema não podia ser salvo. Na segunda metade dos anos 1980, a economia soviética ficou presa na tesoura da queda da receita da exportação de petróleo e elevação da dívida externa”. (Sachs, 2005, p. 165)

A questão de como absorver a mão-de-obra liberada pelos ganhos de produtividade do campo foi, no início das reformas, solucionada pela integração indústria-agricultura. A mão-de-obra dispensada com o ganho de produtividade do campo foi absorvida no próprio campo pela crescente indústria rural, pelas EVM.

Por isso, em 1994, a participação dos empregados no setor primário sobre o total dos empregados do país era de 54,3%, já a participação dos empregados no setor rural, aí inclusos os trabalhadores das EVM, era de 72,6% (Jabbour, 2006, p. 45).

A inversão dos termos de troca entre a agricultura e a indústria e permissão para comercializar a produção excedente aumentou a renda camponesa, mas com o passar dos anos, devido à primazia dada à industrialização, os ganhos dos trabalhadores rurais foram crescendo em ritmo muito mais lento que os rendimentos dos moradores da cidade. Em 1990, a população urbana ganhava, em média, 2,2 vezes mais que a rural. Essa proporção subiu constantemente desde então atingindo 3,22 em 2005 (TREVISAN, 2006, p. 53).

Segundo dados de dezembro de 2005 fornecidos pelo próprio governo chinês, apesar de a agricultura empregar a maior parte da população sua contribuição para a produção do país, que no início do processo de reformas era de cerca de 30%, caiu para apenas 13,1% do produto interno (naquele ano a indústria representava 46,2% e o setor de serviços 40,7%) (JABBOUR, 2006, p. 204).

Dada a concentração populacional no campo, esses números, que de certa forma representam o sucesso da estratégia de industrialização da economia, tem um impacto direto na distribuição de renda do país. Em 1978, o coeficiente Gini (CG)⁸, que mede a concentração de renda, na área urbana era de 0,16 e de 0,22 para a área rural (AMIN apud SOUZA, 2007, p. 145). Entre 1991 e 2005, o CG do país passou de 0,28 (semelhante ao da Alemanha atualmente) para 0,48, superando os EUA (0,41) e o Vietnã (0,36) se aproximando rapidamente do Brasil (0,54), uma das piores distribuições de renda do mundo (TREVISAN, 2006, p. 53). E, *“most observers suspect that China’s Gini coefficient now exceeds 0,50, placing its income inequality near Brazilian and south Africa Levels”* (CHENG apud HARTLANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 67). Segundo dados do Banco Mundial, estima, em 2005, quase de 90 milhões de chineses vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de US\$ 1 por dia.

⁸ Quanto mais próximo de zero for o coeficiente de Gini, melhor a distribuição de renda e quanto mais próximo de um, pior a distribuição.

Essa é uma questão interessante. No discurso oficial exalta-se o fato de que foram tiradas centenas de milhões de pessoas da linha de pobreza, ou seja, centenas de milhões de pessoas passaram a ganhar mais do que US\$ 1 por dia. Porém, além de não se falar do montante desse valor, não se comenta que, antes, se essas pessoas ganhavam menos do que esse valor, tinham acesso a uma gama muito maior de benefícios gratuitos extintos pelas reformas como, por exemplo, saúde, educação e moradia, isso sem falar na garantia de estabilidade, pensão e aposentaria.

A polarização da renda e a exaltação do “enriquecer”, classificado como “glorioso” por Deng Xiaoping tem reflexo direto na lista dos mais ricos do país. A primeira lista para o país, feita em 1999 por Ruper Hoogewerf, considerava rico quem tivesse patrimônio superior a US\$ 6 milhões. Em 2004, o valor mínimo para entrar nessa passou a ser de US\$ 150 milhões e já eram três chineses com mais de US\$ 1 bilhão, em 2005 já eram sete bilionários chineses (TREVISAN, 2006, p. 77).

O interessante, e bastante emblemático, dessa pesquisa é a revelação de que entre os 400 chineses mais ricos, 20% são filiados ao Partido Comunista. O próprio PCCh estima que um em cada três homens de negócio compõe seus quadros (TREVISAN, 2006, p.81)

Essa participação de capitalistas no quadro do PCCh está retificada no novo estatuto do Partido:

Em 14 de novembro de 2002, o 16º Congresso Nacional do PCCh aprovou um novo estatuto do Partido. No artigo primeiro, no capítulo 1, estabelece-se que: “Qualquer trabalhador, camponês, militar, intelectual ou qualquer pessoa progressista de outros estratos sociais que seja maior de 18 anos e que aceite os estatutos e programa do Partido e deseje unir-se e atuar ativamente em uma das organizações partidárias, cumprindo as decisões do Partido e pagando as contribuições militantes, pode ser membro do Partido Comunista da China” As portas do PCCh, dessa forma, foram abertas para o ingresso de capitalistas. (SOUZA, 2007, p. 162).

Outra estatística reveladora é que a China (incluindo Hong Kong) representa 5% do consumo de luxo do planeta. Isto não chamaria tanta atenção, afinal cerca de 20% da população mundial é chinesa, se não fosse o fato de esse segmento crescer a uma média de 60% ao ano (TREVISAN, 2006, p. 77).

O problema que se coloca aqui é que o crescimento acelerado do investimento e do consumo de luxo se faz em detrimento do consumo das massas e, como os empresários enxergam que há efetivamente uma polarização da renda e têm liberdade para decidir sobre a sua produção,

concentra-a em produtos de luxo e serviços específicos para a camada de maior poder aquisitivo, não para provimento de uma melhor qualidade de vida para a população. Esse é mais um resultado evidente da substituição do planejamento pelo mercado.

Polarização da renda, crescimento do consumo de luxo e direcionamento dos investimentos para suprir as “necessidades” dos novos ricos do país, essas são mais algumas características do socialismo de mercado chinês, mais algumas características do crescimento sem se importar com “a cor do gato”, do daltonismo do Partido.

Em conformidade com a glorificação do enriquecimento, a retórica da luta de classes foi abandonada em favor da construção de uma “sociedade harmoniosa”, expressão repetida com muita frequência pelo atual presidente chinês, Hu Jintao. Essa sociedade harmoniosa, porém, é construída sobre um enorme exército de esquecidos, principalmente os migrantes rurais.

No início das reformas os trabalhadores da agricultura eram absorvidos pelas indústrias rurais, porém, a partir da intensificação da política de atração de investimentos estrangeiros em detrimento da indústria nacional surgiram sérios problemas para esse tipo de forma de produção. Segundo as estatísticas, esses migrantes rurais que sobram no campo e têm que vagar pelo país a procura de emprego compõem um contingente estimado entre 130 e 150 milhões de trabalhadores.

Obviamente, esse gigantesco exército de reserva liberado sem acesso aos benefícios de outrora e com pouco preparo para enfrentar as novas condições do país, está disposto a trabalhar por salários bastante baixos e em condições precárias. E assim se renova a todo tempo um dos pilares fundamentais, quiçá o principal, da competitividade chinesa: mão-de-obra barata, abundante e disciplinada. Claudia Trevisan (2006, p. 55) retrata bem os reflexos dessa abundância:

Os canteiros de obras das cidades são ocupados por migrantes rurais que trabalham seis dias da semana com um salário mensal que varia de US\$ 50 a US\$ 100. A cada mês recebem uma quantia suficiente para despesas básicas, como alimentação, e só são remunerados no fim de um ano de contrato.

Para controlar o fluxo migratório e a pressão demográfica nas cidades, além das condições precárias de trabalho e salário de subsistência, esses migrantes enfrentam acesso dificultado a serviços de educação e saúde nas cidades.

A China possui um sistema de registro dos moradores em seus domicílios chamado *hukou*, adotado para evitar a migração interna. Para ter direito a registrar seus filhos

na escola, por exemplo, os habitantes precisam apresentar sua identificação como residentes na cidade, o que os migrantes rurais não possuem (TREVISAN, 2006, p. 56).

Porém, essa forma de controle via registro de moradia modifica-se em compasso com a criação e expansão do mercado de trabalho. Se mantido do jeito que era na época de Mao, onde se impedia a empregabilidade fora das áreas de registro, ele serviria como uma verdadeira barreira para o fluxo de mão-de-obra proveniente do campo abastecer a florescente indústria litorânea, serviria para impedir a constituição de um mercado de trabalho a nível nacional, restringindo o tamanho do exército de reserva de trabalhadores para essas indústrias, conseqüentemente, impedindo a existência da maior vantagem competitiva da China, sua mão-de-obra barata e abundante.

Na verdade, existe um consentimento de migrantes “ilegais” nas grandes cidades que, assim como nos países desenvolvidos ocidentais fazem com os imigrantes dos países do terceiro mundo, servem de mão-de-obra mais barata e passível de maior exploração.

A ausência de uma rede de proteção social, mesmo com os baixíssimos salários, acaba gerando uma enorme taxa de poupança, equivalente a cerca de metade do PIB do país, uma das maiores do mundo. Isso é fácil de explicar: sem poder contar com os serviços do Estado para tratamento ou garantia de uma velhice digna combinado com uma disciplina característica de poucas culturas, os chineses guardam dinheiro para possíveis emergências e para o descanso futuro.

Para que se possa vislumbrar o tamanho da renovação do exército de trabalhadores sem segurança social e em condições indignas, em 1978, apenas 18% dos chineses viviam nas cidades (172 milhões de habitantes), em 2004, esse percentual já girava em torno de 42% (542 milhões de pessoas morando nas cidades). Estima-se que, com o acelerado processo de urbanização, até 2020, mais 300 milhões de chineses irão migrar para as cidades (TREVISAN, 2006, p. 56-57).

Apesar da situação de disparidades, houve efetivamente uma vigorosa expansão da demanda interna, tanto pelo crescimento da renda agregada quanto pela demanda criada pelo crescimento dos investimentos para modernização e ampliação da indústria.

Com uma base produtiva anterior extremamente baixa, essa explosão da demanda só poderia ser atendida com o crescimento das importações. Surgia, então, com a gradual abertura da

economia, uma outra restrição ao processo de industrialização e crescimento, o limite bastante restrito da capacidade de importação do país.

Neste sentido, o processo de industrialização acelerada do campo através das empresas de vilas e municípios foi ponto determinante para a mudança da pauta de exportação e importação do país, levando a China a passar para posição de um dos maiores exportadores de produtos manufaturados (a princípio intensivos em mão-de-obra e progressivamente com mais tecnologia integrada).

É impressionante a evolução dessa forma de produção a partir das reformas. Em 1978, existiam cerca de 1,52 milhões de EVM no interior da China passando a 23 milhões em 1996. Essa explosão levou a uma crescente participação no total da produção industrial do país, de 13% em 1985 para 31% em 1994. A enxurrada no mundo de produtos manufaturados “*made in China*” é fruto, em grande parte, da produção das EVM que, na segunda metade da década de 1980, respondiam por 40% das exportações chinesas (JABBOUR, 2006, p. 46).

Essa maior participação das EVM na produção agregada da economia, em momento de crescimento acelerado, sugere que, naquele momento, o crescimento das EVM era diretamente responsável pelo nível de crescimento geral da economia.

Essa explosão das EVM foi possível somente no contexto da reforma fiscal promulgada em 1984 contextualizada na idéia de descentralização das decisões e de descoletivização das terras. A partir de então, foi permitido que os impostos fossem arrecadados e reinvestidos diretamente no interior das próprias províncias, em grande parte, nas EVM sem interferência do governo central.

Essa “independência” financeira dos governos locais atacava frontalmente a “extrema centralização da era Mao”, mas criava, progressivamente, um problema de excessiva tomada de empréstimo nos bancos estatais para investimento nas suas EVM sem um estudo de retorno financeiro. A ordem do Plano central era crescer e o crédito estava disponível, então, sem muito cuidado, tomavam-se empréstimos para investimentos a nível local. Outro motivo que acentuou essa tendência foi o fato de os administradores poderem obter maiores remunerações se seus projetos industriais tivessem sucesso, mas não perderiam qualquer coisa se falhassem.

Com essa possibilidade, houve um crescimento médio maior da renda rural (9,6% ao ano) do que das cidades (6,3% ano) entre 1980 e 1988 (JABBOUR, 2006 p. 46).

A nova política econômica chinesa preconizava o desenvolvimento de um mercado interno e a promoção das exportações. O primeiro objetivo se baseava na liberalização da agricultura e inversão dos termos de troca e o segundo na escolha estratégica de quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEE) na costa oriental (geograficamente próximas do Japão, Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul) para atração de investimentos dos países asiáticos e provenientes da diáspora chinesa.

Para Jiang Zemin (2002, p. 32), ex-presidente da China,

“o estabelecimento das quatro zonas econômicas especiais (...) foi um passo de grande importância na abertura ao exterior e foi uma experiência completamente nova no desenvolvimento da economia socialista, aproveitando o capital. A tecnologia e as experiências de gestão empresarial do exterior (...) A prática demonstra que elas levam o nome de “socialismo” e não de capitalismo”.

Essa abertura ao exterior não foi feita de maneira indiscriminada ou abrupta, ela seguiu uma política com limites bastante nítidos para proteção da capacidade produtiva nacional. Para atrair investimentos externos e, assim, absorver novas tecnologias, o governo instituiu liberdade cambial às empresas instaladas nas ZEE e ainda concedeu incentivos (inclusive isenções) fiscais exclusivos, além da possibilidade de contratar, gerir e demitir livremente abundante e barata mão-de-obra liberada pela descoletivização do campo e determinar a sua produção. Na verdade, as empresas instaladas nessas zonas especiais, só se submetiam ao planejamento pelo fato de, no início da abertura, terem que se instalar sob a forma de *joint ventures*, em lugares pré-determinados e não poderem concorrer no mercado interno.

A política cambial, além da manutenção de uma taxa estável e desvalorizada desde 1984 para evitar a concorrência estrangeira no mercado interno e promover a exportação das EE e EVM, mantinha, para as ZEE, um mercado de *swaps* com taxa ainda mais desvalorizada e facilidades tarifárias para importação dos insumos.

Com essa gama de privilégios e incentivos, as empresas instaladas nessas zonas alcançaram grande competitividade nas exportações, passando, inclusive, a tomar conta de mercados que antes, em grande parte, eram atendidos por seus vizinhos asiáticos.

As empresas instaladas fora dessas zonas submetiam-se a uma política de comércio exterior fortemente protecionista centralizada em *tradings* estatais que mantinham o monopólio cambial e tinham a iniciativa das exportações. Objetivava-se com isso o desenvolvimento das exportações das EVM, e eram mantidas elevadíssimas tarifas de importação para produtos que

visassem ao mercado interno (média de 43% nos anos 80) (ANTUNES, 2006b). Somavam-se a essas medidas protecionistas as condições geográficas e de precariedade da infra-estrutura do interior do país interligado por meio de parcas e atrasadas ferrovias.

Com essa política era evitada a concorrência internacional no mercado doméstico e era tentado internalizar tecnologias. Enfim, claramente se percebe que a política de abertura chinesa, em seus anos iniciais, primava pela proteção do seu mercado interno e promoção das exportações via um controle cambial do Estado e promoção de zonas exportadoras, política bem característica de Estados desenvolvimentistas de outrora.

Assim, com os macrofundamentos ajustados e com significativa capacidade de investimento nas mãos do Estado, os investimentos das empresas estatais (EE) tinham participação relativa significativa no desenvolvimento chinês. As EE eram instrumentos de execução direta das políticas econômicas do governo e passavam a, literalmente, pavimentar a integração dos mercados.

É importante colocar que as EE já funcionavam sob um regime de autonomia administrativa, ou seja, não mais obedeciam aos regimes de metas do governo central, nem a qualquer determinação de produção, mas por outro lado tinham um acesso bastante privilegiado ao crédito estatal.

O governo impôs uma política de reestruturação das empresas estatais com manutenção e incentivos às grandes empresas em setores estratégicos que pudessem gerar lucros e fechamento das pequenas e micro que não tivessem escala suficiente para competir no mercado.

O papel das EE era radicalmente mudado. Eram abandonadas funções tão características de outrora, como, por exemplo, a proteção social do trabalhador e o pleno emprego, em favor da busca cega pelo lucro. É bom lembrar que, em tempos anteriores às reformas, não era propriamente o governo o responsável pela seguridade social da população, mas sim as EE e as comunas. As comunas haviam sido extintas e as EE entravam em processo de privatização e liquidação e, mesmo as que não seriam privatizadas, passavam a funcionar sob a lógica do mercado abandonando os princípios de segurança social do trabalhador, e o que é pior, abraçavam também a lógica do mercado no que se refere à exploração da força de trabalho.

Na fase em questão, apesar da queda da participação das empresas estatais no conjunto da econômica por causa dessa reestruturação privatizante e expansão absoluta das EVM, ainda eram os investimentos das EE o elemento dinamizador da economia, já que mesmo as firmas estrangeiras eram, na época, processadoras de importação.

Tal como nos outros países asiáticos que se industrializaram no pós-guerra, a pauta de exportações da China ao longo da década de 80 se concentrava em produtos intensivos em mão-de-obra e de baixo valor agregado. Esta não era uma característica apenas das EE, mas também das empresas estrangeiras que, sob a forma de *joint ventures* com empresas chinesas, formavam o núcleo das ZEE.

O interessante é que, dado o alto conteúdo das importações típicas das atividades de processamento característica das ZEE, não ocorreu imediatamente uma grande contribuição das empresas com capital estrangeiro para aumento da capacidade de importação do país. Segundo dados do China Customs Statistics Year Book 2001, o saldo comercial do país em 2000 foi de US\$ 24,1 bilhões sendo que as empresas com capital estrangeiro responderam por menos de 10% desse total (US\$ 2,2 bilhões) (MEDEIROS, 2006, p. 387).

Isso acontecia, pois, se por um lado havia uma maciça entrada de investimentos estrangeiros em áreas consideradas não estratégicas pelo governo, por outro, operava-se um fortalecimento de conglomerados estatais em setores estratégicos onde se mantinham, como parte da política de desenvolvimento industrial, um alto grau de monopólio e uma política de favorecimento a suas exportação. Esses conglomerados estatais foram progressivamente adquirindo capacidade para competir no exterior em setores diversos, como, por exemplo, energia, transporte, petróleo, ferro e aço, eletrônica, farmacêutica, química fina, construção civil e hoje já são grandes investidores internacionais.

Não foi só a economia em seu sentido mais amplo que combinou elementos de mercado e planejamento, a atuação das estatais também deve ser assim contextualizada. As EE passavam a funcionar em termos microeconômicos de acordo com as normas do mercado: objetivavam o lucro, havia a separação típica do mundo capitalista entre gestão e propriedade e tinham autonomia gerencial e contábil.

Mas, apesar dessa estrutura montada para a busca do lucro, permanecia, dentro da política industrial do governo, algum planejamento. Principalmente através de créditos direcionados dos bancos estatais e, mais recentemente, através de emissão de títulos públicos, determina-se

a execução de obras ou serviços considerados estratégicos pelo Estado, principalmente de infra-estrutura.

Para que tudo isso fosse possível, o governo teve que desenvolver um sistema financeiro articulado. Antes, os bancos estatais se limitavam a repassar os recursos provenientes do governo para execução do plano e também recolhiam o faturamento das EE e repassavam para o governo central que, de acordo com o Plano, direcionava-os, posteriormente, passaram a servir de intermediários financeiros com capacidade de multiplicador monetário via política de crédito e com possibilidade de lucros.

O problema é que, a partir da autonomia financeira das estatais e dos organismos locais de governo, muitos desses créditos foram concedidos indiscriminadamente e sem um estudo prévio de risco e retorno do investimento. Isto causou um enorme acúmulo de “créditos podres”.

Desde 1994, o governo, depois de desvalorizar significativamente o yuan, mantém uma taxa de câmbio nominal relativamente fixa e, a partir de 1996, estabeleceu a plena conversibilidade para transações correntes.

Essa estabilidade de uma taxa de câmbio desvalorizada num contexto de crescente entrada de divisas (tanto pelos superávits da balança comercial quanto pela entrada de investimentos estrangeiros diretos) só foi possível com um grande acúmulo de reservas, que, em maio de 2007, já ultrapassavam US\$ 1,2 trilhão.

A manutenção do câmbio desvalorizado via acúmulo de divisas é fonte de constantes críticas dos países centrais do capitalismo mundial, especialmente dos EUA que têm grande déficit comercial com a China.

Recentemente, a China, aceitou valorizar sua moeda em apenas 2,1% e trocou a referência cambial do dólar para uma em uma cesta de moeda estrangeiras. Evidentemente, as pressões são para uma valorização muito mais forte. Essas pressões só não são maiores porque, ao comprar os títulos públicos estadunidenses, ela própria acaba financiando o gigantesco déficit comercial estadunidense.

Esse acúmulo de reservas no início da década de 1990 acontecia por causa, principalmente, da crescente exportação do país. Motivado pelo crescimento das exportações (em torno de 20% ao ano na primeira metade da década de 90) decorrentes dessas políticas, o PCCh iniciou

outro etapa de aceleração do ritmo de crescimento da economia por meio de investimentos estatais (MEDEIROS, 2006, p. 387).

Com uma economia crescendo cerca de 10% ao ano e câmbio desvalorizado, esse incremento nos investimentos passou a exercer pressão inflacionária pelo lado da demanda, fazendo com que o índice de preços ao consumidor chegasse a 24,1% em 1994 (MEDEIROS, 2006, p. 387).

O superaquecimento da economia também aumentou o nível de importação gerando, além de inflação, crescentes déficits na balança de transações correntes. O governo passou, então, a praticar uma política contracionista via redução dos seus investimentos, aumento das taxas de juros e maior rigidez para concessão de empréstimos para desacelerar a economia.

Porém, com a crise asiática de 1997, a velocidade de crescimento das exportações chinesas caiu significativamente (21% em 1997 e 0,5% em 1998) levando a um curto período de maior desaceleração da economia do que a planejada pelo governo (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 121).

Com uma demanda da classe trabalhadora relativamente estagnada (por causa da demissão em massa causada pelo processo de privatização) e anterior expansão da capacidade produtiva da economia, criou-se uma crise de excesso de capacidade instalada, especialmente de indústrias de bens de consumo duráveis voltadas para o mercado interno. Por exemplo, a capacidade utilizada da indústria de veículos automotores, em 1999, era de 44,3%, 46 % na indústria de televisão, 54,5% de bicicletas e 50,4% da indústria de refrigeradores (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 72).

Essa situação de excesso de capacidade produtiva e estagnação relativa da renda dos trabalhadores resultou em deflação nos anos de 1998 e 1999, pequeníssima inflação em 2000 e 2001 e uma nova deflação em 2002, como mostra o gráfico 1.

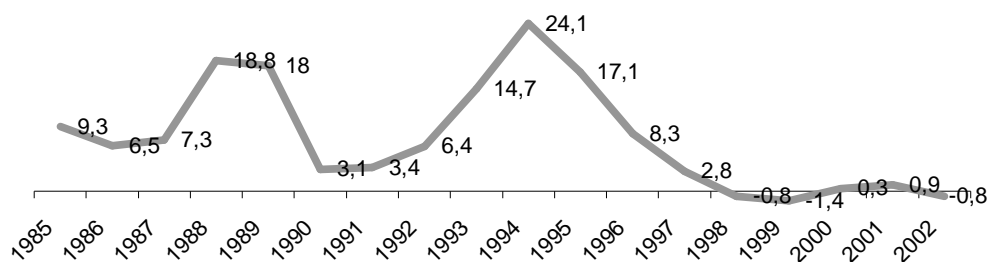


Gráfico 1 - Inflação ao consumidor (% a.a.)

Fonte: CHINA STATISCAL YEARBOOK 2002 *apud* HART-LADSBERG e BURKETT, 2005, p.126

O governo respondeu a essa deflação e perspectiva de redução do crescimento econômico com uma política expansionista via aceleração dos seus gastos, novo relaxamento da política de créditos dos bancos públicos e ampliação dos investimentos das EE, que segundo dados do *China Statistical Year Book* de 2001, cresceram em média 22,8% ao ano entre 1995 e 2001 (MEDEIROS, 2006, p. 387).

Neste contexto, com clara inspiração nas experiências coreanas e japonesas, foram selecionadas empresas estatais para formação de 120 gigantescos conglomerados capazes de enfrentar as multinacionais em setores estratégicos tanto no mercado interno quanto no mercado mundial (NOLAN *apud* MEDEIROS, 2006, p. 387). Esta medida estava inserida na política de “manter as grandes empresas públicas e deixar escapar as menores” sendo que essas grandes passariam a concorrer no mercado em pé de igualdade com as grandes multinacionais do mundo capitalista avançado.

Esse fortalecimento de grandes grupos estatais país se reflete na *Fortune* 500, que traz a cada ano a lista das 500 maiores empresas do mundo. Em 1994, três empresas chinesas, que somavam ativos de US\$ 41 bilhões, apareciam nessa lista, em 2004, esse número já havia aumentado para 15, que compunham um ativo de US\$ 358 bilhões (ANTUNES, 2006a).

É interessante notar o resultado da política industrial de formação dos conglomerados estatais: entre essas 15 empresas chinesas que figuravam entre as 500 maiores do mundo em 2004, apenas uma era de capital exclusivamente privado, a Hutchison Whampoa, que, não por acaso, tem sede em Hong Kong (ANTUNES, 2006a).

Dentro da política de diversificação das exportações, desenvolvimento do interior do país e atração de indústrias de tecnologia avançada foram criadas Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET). Essas Zonas passaram a receber maciços investimentos

em infra-estrutura do governo que, junto com a enorme entrada de investimentos estrangeiros diretos na década de 1990, criou muitos parques industriais de alta tecnologia.

Isso alterou rapidamente a pauta de exportações chinesas em direção a produtos de maior intensidade tecnológica, além de aumentar significativamente a participação do país no comércio mundial de produtos manufaturados, como fica evidenciado na tabela abaixo.

Tabela 5 - Exportações e participação no comércio mundial (em %)

	1985	1990	1995	2000
I - Participação no comércio mundial	1,6	2,8	4,8	6,1
1. Produtos Primários	2,4	2,6	2,5	2,3
2. Manufaturas baseadas em recursos naturais	1,1	1,3	2,1	2,7
3. Manufaturas sem base em recursos naturais	1,5	3,4	6,1	7,8
Baixa intensidade tecnológica	4,5	9,1	15,5	18,7
Média intensidade tecnológica	0,4	1,4	2,6	3,6
Alta intensidade tecnológica	0,4	1,4	3,6	6,0
4. Outros	0,7	0,7	1,4	1,8
II - Composição da pauta chinesa de exportações	100,0	100,0	100,0	100,0
1. Produtos Primários	35,0	14,6	7,0	4,7
2. Manufaturas baseadas em recursos naturais	13,6	8,2	7,4	6,9
3. Manufaturas sem base em recursos naturais	50,0	76,2	84,6	87,1
Baixa intensidade tecnológica	39,7	53,6	53,5	47,6
Média intensidade tecnológica	7,7	15,4	16,9	17,3
Alta intensidade tecnológica	2,6	7,3	14,2	22,4
4. Outros	1,4	0,8	1,0	1,1

Fonte: Boletim NEIT (Unicamp) - n. 5, agosto de 2004

A enorme entrada de divisas deste período era comprado pelo Banco Popular da China, que, como dito, aumentava suas reservas de divisas internacionais. Fez isso via emissão de moedas, o que deveria levar a um processo inflacionário. Porém, o governo mantinha uma política de concessão facilitada de créditos e emissão de títulos públicos, o que, por um lado, aumentava o seu PIB potencial, e, por outro, enxugava a base monetária aumentando o endividamento público.

Porém, à revelia da possibilidade de uso dos investimentos estatais para efetivação das políticas governamentais de estabilidade social e crescimento, a partir de 1992, procedeu-se a nova rodada de liberalização dos investimentos estrangeiros diretos (IED) e as EE foram gradual e propositalmente cedendo espaço para as empresas estrangeiras. Essa perda de participação não ocorreu somente por causa da entrada de novos investimentos estrangeiros, mas também por um processo acelerado de privatizações.

O Partido argumentou, em íntima concordância com o pensamento neoliberal, que as empresas privadas eram intrinsecamente mais eficientes que as estatais. Assim, além da perda

de capacidade de coordenação da economia, mais uma vez, era relegada a um segundo plano a segurança social dos cidadãos em favor do mercado.

Por mais contraditório que pareça, os burocratas do Partido Comunista Chinês fundamentaram sua opção pela redução estratégica da participação estatal na produção comparando os lucros das EE com o lucro auferido pelas empresas estrangeiras. Eles só esqueciam de explicar os diferentes papéis que exerciam essas formas de produção e as taxas privilegiadas que incidiam sobre as empresas estrangeiras em relação às EE.

Até 1991, o IED permaneceu sempre abaixo de 1% do PIB, assim, entre 1978 e 1995, as exportações foram a principal fonte de divisas internacionais respondendo, em 1988, pela entrada de 77% das divisas e por mais de 81% em 1990. Nos anos 80, os empréstimos dos bancos e credores oficiais foram a segunda fonte de captação. Só a partir de 1991 que os investimentos estrangeiros diretos assumiram a segunda colocação e em 1993 já excedia em cinco vezes a entrada de divisas via empréstimos comerciais. Em 1995, o IED já havia atingido 5% do PIB chinês (NAUGHTON *apud* MEDEIROS, 1999, p. 97).

Foi impressionante o aumento dos IED a partir da liberalização do investimento no início da década de 1990. Em 1991, esses investimentos contabilizavam cerca de US\$ 4,4 bilhões e, em 2003, já haviam sido multiplicados por mais de 12, alcançando US\$ 53,5 bilhões. Entre 1980 e 2005, a China foi destino de US\$ 620,3 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, sendo que deste total US\$ 556,7 bilhões (quase 90%) entraram no país a partir de 1992 (TREVISAN, 2006, p. 94).

Dentre as medidas liberalizantes adotadas houve uma significativa redução das tarifas de importação e diminuição drástica do controle estatal sobre a pauta de importação do país que visassem ao mercado interno. As tarifas de importação que eram, em média, de 44,05% caíram progressivamente até atingir, em 1998, uma média de 17,1% (Wan; Lu; Chen *apud* MONTEIRO, 2005, p. 7).

Essas medidas foram tomadas já no intuito de pleitear a entrada do país na Organização Mundial do Comércio, afinal, os conglomerados estatais chineses estavam há muito sendo preparados para concorrer no mercado mundial, era preciso abrir as portas do mercado mundial para eles, mesmo que isso implique na abertura do mercado interno e em um precarização ainda maior das condições de trabalho.

Esta fase de entrada de investimentos estrangeiros é bastante emblemática e talvez seja a parte mais visível das reformas e das mudanças estruturais, pois configura, definitivamente, a entrada da China no capitalismo globalizado, configura sua dependência externa e principalmente sua dependência em relação à dinâmica capitalista.

O interessante é que esse enorme influxo de investimentos estrangeiros contradiz em grande medida a teoria convencional que versa sobre os fundamentos para que um país seja atraente aos olhos dos investidores internacionais. Na China, até pouquíssimo tempo atrás, a propriedade privada não estava protegida por lei, o país era identificado como um dos países de menor segurança jurídica do mundo, um dos mais corruptos e sua renda per capita não figurava entre as maiores, muito longe disso.

No momento que os IED começaram a entrar em grande volume, nem mesmo sua gigantesca população se configurava em um mercado consumidor, no máximo era um mercado potencial. Mesmo esse mercado potencial não pode ser usado como justificativa, já que os IED montaram, sobretudo, plataformas de exportação no território chinês. A única variável condizente com a teoria é a mão-de-obra barata e disciplinada. O que, de fato, é capaz de explicar essa situação é o contexto geopolítico.

A partir de 1995, o yen japonês sofreu uma forte desvalorização frente ao dólar (cerca de 30% entre 1996-1998) (MEDEIROS, 2006, p.381). É claro que isso teve grande impacto na dinâmica da economia asiática, já que os países asiáticos tinham a cotação de suas moedas atreladas ao dólar e recebiam muitos investimentos japoneses. Em outras palavras, a desvalorização do yen em relação ao dólar representou uma valorização das moedas asiáticas ante a moeda japonesa, exceto o yuan chinês cuja cotação era controlada e sofrera brusca desvalorização um ano antes.

Com sua moeda desvalorizada, mão-de-obra extremamente barata e disciplinada, com incentivos à exportação das ZEE e juros baixos, houve uma enorme migração de investimentos nipônicos que antes eram destinados a países do sudeste asiático (principalmente Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia) para formação de plataforma de exportação na China.

Ciente de seu poder de atração sobre o capital externo, a China continuou exigindo a associação do capital internacional, se visasse ao seu mercado interno, com um parceiro local, além da transferência de tecnologia. A liberalização, na verdade, foi restrita a setores que o

PCCh julga não estratégicos e que têm foco nas exportações, mas para outros, os julgados estratégicos, como o automobilístico e aviação, mantém-se a obrigatoriedade de associação com capital local e abertura da tecnologia.

Em paralelo a essa internalização de tecnologia, a China mantém pesados investimentos estatais em pesquisa e desenvolvimento e formação de pessoal especializado. Entre 1998 e 2004, os investimentos em P&D aumentaram em média 21,3% ao ano, atingindo US\$ 22,2 bilhões (TREVISAN, 2006, p. 96-97). Para se ter uma idéia do que isso significa, em 2005, seriam formados cerca de 325 mil engenheiros chineses, cinco vezes mais do que nos EUA e 17 milhões de estudantes em cursos superiores ou escolas técnicas avançadas (FISHMAN, 2005, p. 328).

É verdade que o Estado chinês tem sido capaz de definir os caminhos para os quais o capital externo deve ser canalizado, e o faz de acordo com a sua conveniência. O problema é que esse mercado exportador com capital estrangeiro adquire mais importância na composição da economia chinesa conforme o tempo passa, tornando a China suscetível às instabilidades inerentes ao capitalismo global.

De acordo com Stephen Roach, economista chefe da Morgan Stanley, apesar de as exportações representarem “somente” 26% do PIB chinês em 2002, foram responsáveis por 74% do crescimento econômico daquele ano. Os 26% restantes do crescimento, segundo o mesmo economista, não tiveram praticamente nenhuma participação do consumo dos cidadãos chineses, eram relacionados aos gastos governamentais e, principalmente, aos IED (ROACH *apud* HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 75).

É bastante complicado mensurar com precisão a participação do setor público na economia porque é difícil identificar os empreendimentos efetivamente estatais. As EVM, por exemplo, mantém a denominação coletivos, funcionam como privados, mas são de propriedade dos governos locais. Mas, apesar disso e dessa nova rodada de abertura econômica, o Estado ainda mantém participação significativa na produção propriamente dita. Estima-se que a participação estatal na produção da economia como um todo, ponderando essa confusão coletivo-estatal-privado, esteja em torno de 40% (POMAR, 2003, p. 171).

Em 2003, ainda existiam na China, cerca de 146 mil empresas estatais atuando em uma gama bastante diversificada de áreas, sendo que quase a metade delas operando com prejuízo. O setor público produtivo empregava cerca de 64,4 milhões de pessoas naquele ano, o que

tornava difícil para o governo simplesmente fechar as empresas deficitárias. O patrimônio dessas EE chegava a US\$ 1,4 trilhão, valor comparável ao PIB de então (TREVISAN, 2006, p.124). “O número de estatais é ainda mais espetacular quando se considera que, entre 1997 e 2002, 97 mil delas deixaram de existir, (foram) liquidadas pelo Estado ou transferidas para mãos privadas” (TREVISAN, 2006, p. 124).

Recentemente, com a justificativa de profissionalizar a gestão das estatais e torná-las mais transparentes, o Partido Comunista adotou a estratégia de abertura do capital das estatais, com lançamento de ações em bolsas e entrada de sócios privados. Os dirigentes chineses acreditam que a exigência de transparência aplicada às sociedades anônimas e a necessidade de prestar contas aos acionistas minoritários inibirá a corrupção no interior das empresas.

O que eles chamam de “dar transparência”, em outros tempos, provavelmente, seria entendido como entregar o controle das EE à iniciativa privada, perder o controle da contabilidade e produção além de dividir a propriedade com o grande capital.

Muitas estatais possuem “esqueletos contábeis” de se somarão aos empréstimos generosos e duvidosos feitos pelos bancos também estatais que, de uma forma ou de outra, terão que ser arcados pelo governo central. Analistas independentes acreditam que o percentual desses créditos duvidosos pode chegar a 30% do total de financiamentos, algo em torno de US\$ 560 bilhões, 25% do PIB chinês (POMAR, 2003, p. 174). Estes valores, em última análise, representam uma dívida do setor público.

O governo sabe do risco que corre com esse acúmulo de créditos podres e coloca o saneamento do sistema financeiro como uma de suas prioridades atuais. Tanto é assim que vem injetando recursos nos bancos e transferindo esses créditos para estatais criadas com único objetivo de tentar negociá-los no mercado com desconto em relação ao seu valor nominal. Estima-se que “essas companhias absorveram 1,4 trilhão de yuan (US\$ 169,1 bilhões) em créditos podres daqueles bancos, conseguindo recuperar 401 bilhões de yuan até setembro de 2001” (POMAR, 2003, p. 174). Obviamente, o governo também passou a fixar parâmetros e fiscalizar mais de perto o setor financeiro com a criação, em 2003, da comissão Reguladora de Bancos.

Como já dito, progressivamente o setor público vem perdendo participação e poder de influir na economia nacional. O outro lado da moeda é o crescimento espantoso da participação estrangeira a partir do início da década de 1990. Isso fez com que o capital externo, que

controlava 2,3% das vendas de manufaturas da China em 1990, passasse a ser responsável por 24,3% já em 1998 e fosse responsável por mais de 50% do total das exportações chinesas de manufaturas em 2001 (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 125).

Se as informações do parágrafo anterior forem pensadas sem perder de vista que as reformas transformaram a China em uma das economias grandes mais abertas ao comércio internacional do mundo (considerando a soma das importações e exportações, em 2005, o valor do comércio internacional chinês chegou a 70% do seu PIB, índice superior a de países como Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e Chile e bem acima do Brasil) fica evidente o quão grande é sua inserção no capitalismo globalizado. Hoje, a China já é o terceiro maior exportador do mundo e já é responsável por cerca de 6,9% de todo fluxo do comércio mundial (LORES, 2006).

A grande diferença da velocidade de crescimento dos rendimentos das duas pontas da sociedade, precarização das condições de trabalho com todas as suas conseqüências e o uso alucinado de recursos naturais (sete entre as dez cidades com ar mais poluído do mundo estão na China) não são as únicas conseqüências do espantoso crescimento chinês, a China está se transformando em um dos países com maior capacidade competitiva do mundo.

Isto aconteceu porque o socialismo de mercado chinês vem seguindo à risca as instruções de “sucesso” ditadas pela globalização capitalista, tanto é assim que o país está se tornando um dos grandes investidores pelo mundo, seja comprando grandes multinacionais capitalistas ou implantando filiais de suas EE. O fato é que as empresas Chinesas passam a concorrer no capitalismo globalizado buscando a competitividade, eficiência e, claro, o lucro bem aos moldes capitalistas.

É óbvio que quanto maior a importância do comércio mundial para economia de um país e, principalmente, quanto maior é a participação estrangeira nesse quesito, maior a vulnerabilidade à instável dinâmica do capitalismo mundial e maior sua condição de refém das flutuações econômicas internacionais, dos interesses capitalistas que, como se sabe, têm nenhuma noção moral, só enxergam a acumulação, nunca o trabalhador. É nessas condições que a China abraça o mundo capitalista e o mundo capitalista abraça a China.

4 A DINÂMICA RETROALIMENTADORA DO MERCADO NO SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS: DO PLANEJAMENTO CENTRALIZADO AO CAPITALISMO GLOBALIZADO

Com base no trabalho de Hart-Landsberg e Burkett (2005), dividem-se as transformações chinesas em três etapas principais, com curtas interrupções para acalmar as instabilidades criadas. O engraçado, para não dizer trágico, desse processo é que as próprias contradições da etapa anterior foram usadas como argumentos para as etapas seguintes de aprofundamento.

Na primeira etapa houve um direcionamento da economia para o mercado em detrimento do planejamento central, depois transferência de foco da economia do mercado interno para o mercado externo e, por fim, usufruindo dos “ganhos” das etapas anteriores, ocorreu um deslocamento do eixo central da economia do Estado para a iniciativa privada, especialmente estrangeira.

Deng Xiaoping ao proferir sua célebre frase “desde que faça dinheiro, é bom para a China” resume com propriedade o direcionamento das reformas, só faria melhor se também tivesse dito pra quem é feito esse dinheiro.

Será tentado nesta parte do trabalho mostrar como os sucessivos aprofundamentos das reformas se deram em resposta aos próprios imperativos do mercado, em outras palavras, como as reformas geraram contradições internas que foram sempre respondidas com um aprofundamento do processo de liberalização da economia chinesa até sua inserção no capitalismo globalizado.

A sucessão de etapas das reformas chinesas evidencia toda a instabilidade do socialismo de mercado e a tendência retroalimentadora das forças do mercado. Obviamente, esse processo se deu com elevados custos sociais, intensificação da competição e das contradições a nível nacional e internacional.

Antes de colocar a seqüência das reformas é bom colocar novamente que, se não se pode negar que havia realmente necessidades de mudança na construção do socialismo na China depois da morte de Mao, a reivindicação popular estava centrada na questão do afastamento do regime da democracia proletária, condição fundamental para o sucesso do caminho socialista, e não propriamente da liberalização e mercantilização da economia.

4.1 PRIMEIRA ETAPA (1978-1983): DO PLANEJAMENTO AO MERCADO

O PCCh dizia haver necessidade de se usar as forças do mercado como chave para “uma mudança histórica para a modernização do socialismo”. Nesse contexto, em dezembro de 1978, o Partido traçou as diretrizes das reformas que se iniciariam, a saber: descentralização em favor das autoridades locais, autonomia financeira e gerencial para as empresas estatais organizarem sua produção e promoção de outras formas de produção, inclusive de firmas privadas. Diziam acreditar que somente as forças do mercado seriam capazes de ajustar os desequilíbrios estruturais decorrentes da época da economia centralizada.

Souza (2007, p. 175-176), comenta essa primeira etapa das reformas e resume, de certa maneira, todo o processo que resultaria na restauração quase completa do mercado e regulamentação da propriedade privada:

Isso poderia ser apenas uma retomada de realismo na economia. Poderia ser um reconhecimento da necessidade da regulação mercantil na economia chinesa ao lado da planificação estatal. Poderia ser um reconhecimento das dificuldades advindas da burocratização do plano ou da estatização completa e absoluta da atividade econômica. Poderia ser resultado de um amadurecimento sobre as dificuldades, os ritmos e os prazos da construção econômica do socialismo, sob as condições adversas capitalistas mundiais. Mas não era nada disso! Passava-se para uma nova visão, distinta, específica. O mercado, agora, aparecia como o regulador chave e como a ferramenta para o cálculo econômico.

Parecia ser essa a fundamentação do caminho escolhido pela China pós-1978: aceitar a lei do valor como algo natural, incontornável, vigente praticamente pela eternidade. Nesses termos seria viável impulsionar a produção para a valorização do capital, o que requer propriedade privada e mercado.

Segundo os documentos oficiais, o planejamento central continuaria conformando a estrutura econômica, mas os novos agentes, guiados pelo mercado, deveriam ganhar musculatura para promover e disseminar a eficiência. Até mesmo as estatais e organismos de governo regionais passariam a funcionar com foco no mercado.

Na visão do Partido, as decisões das unidades produtivas tomadas individualmente com base nos indicativos fornecidos pelo mercado seriam capazes de dar as repostas necessárias para a formulação do planejamento central pelo Partido e de dar vazão às necessidades gerais do povo, ou seja, deveriam funcionar de acordo com a lei do valor. O argumento era que, dando mais liberdade para as empresas estatais e para os governos locais (com as EVM) buscarem o lucro, eles saberiam usar os elementos e indicativos do mercado para promover uma alocação mais eficiente dos recursos, inclusive da força de trabalho, e fariam isso de maneira mais eficiente do que o governo central.

Com a necessidade premente de uma acumulação primitiva para o desenvolvimento das forças produtivas, o governo chinês, ao mesmo tempo em que promoveu a descentralização da produção e decisões econômicas, inverteu os termos de troca entre a agricultura e a indústria, agora em favor da primeira. Em outras palavras, houve uma inversão da lógica anterior em que agricultura subsidiava a indústria com os baixos preços dos seus produtos.

Em um país com as características da China, com sua base produtiva e populacional concentrada no campo, em verdade argumentavam os novos líderes do PCCh, essa acumulação jamais poderia ser advinda de termos de troca prejudiciais à agricultura.

Isso era pronto crucial para o sucesso das reformas desatar o nó do crescimento pelo lado da escassez de oferta de bens de consumo básicos, principalmente de alimentos. Como foi mostrado na tabela 4, essa inversão dos termos de troca e integração com as indústrias locais (EVM) realmente produziram um significativo aumento da produção agrícola.

Porém, para que as forças do mercado pudessem agir “eficientemente” havia ainda uma complicada barreira a ser derrubada: a inexistência de um mercado de trabalho. Sem condição para alocar livremente as “fontes do trabalho”, principal fator produtivo, os administradores jamais poderiam reestruturar a produção em resposta aos sinais do mercado e assim aumentar a produtividade da economia.

Era óbvio o problema advindo da criação de um mercado de trabalho, posto que a transformação da força de trabalho em mercadoria colidia frontalmente com uma das maiores conquistas da Revolução, quiçá a maior, a posse dos meios de produção pelos trabalhadores.

Para que não fossem criadas instabilidades sociais incontornáveis, foram elaborados programas pilotos que serviriam de propaganda da “eficiência inerente ao mercado”. Esses programas permitiam que empresas estatais selecionadas pudessem contratar trabalhadores por tempo determinado e até mesmo fechar firmas ineficientes. A partir de 1983, foi permitido a todas estatais contratar trabalhadores por tempo determinado e sem as garantias sociais a que tinham acesso os antigos trabalhadores regulares. Antes, os empregados em EE tinham seu trabalho e os benefícios relacionados à seguridade social garantidos por toda vida.

Com essa possibilidade para “melhor” alocar o recurso força de trabalho, já em 1987 eram 7,51 milhões de trabalhadores industriais em estatais nessa condição de temporários (8% da mão-de-obra industrial total) (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 41). Obviamente,

essa criação de um mercado de trabalho implicou no surgimento de graves iniquidades e divisões no interior da própria classe trabalhadora.

Foi também permitido a algumas firmas estatais vender a produção, que excedesse a cota estabelecida centralmente, no mercado por preço mais alto. Além disso, foi permitido que as estatais retivessem parte dos seus lucros para reinvestimentos e mesmo, tal qual no sistema capitalista, para bonificações por produtividade.

O governo também relaxou suas restrições, ou melhor, incentivou a criação de novas propriedades privadas. Antes das reformas, essa forma de produção era restrita a um número máximo de sete trabalhadores (membros da família), mas esse limite foi abolido. Para se ter uma idéia dos efeitos dessa medida, no final da década de 1970, os trabalhadores no setor privado contavam 240 mil, em 1981, esse número já havia subido para 1,1 milhão e, em 1984, já eram 3,4 milhões de trabalhadores (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 41).

O desmonte do sistema de comunas, no contexto de descentralização das decisões de produção, ocorreu com transferência de poder para entidades governamentais locais. Teoricamente foi dado poder para a coletividade, mas, na prática, foi dado poder para os governos locais. Esses governantes tomaram posse dos patrimônios industriais das comunas (montado por Mao na tentativa de integração indústria-campo) e os reestruturaram (com tomada de empréstimos estatais) para formar as EVM.

Na teoria, essas EVM nada mais seriam do que organizações coletivas (já que derivadas das comunas) só que orientadas para o mercado, mas, na prática, eram estatais (municipais e distritais) com autonomia administrativa, financeira e contábil.

As EVM estavam desobrigadas de obedecer a muitas das regras impostas aos empregadores urbanos e, de fato, atuavam como qualquer empresa privada, só que dirigida pelos governantes locais ou por seus indicados. Estas empresas iam desde simples empresas de artesanato a fábricas de bens de consumo relativamente grandes, passando por varejistas e companhias prestadoras de serviço.

Pelo contexto em que foram criadas, apesar de não repassarem ao Estado seu faturamento como ainda faziam as estatais naquele momento, elas eram totalmente dependentes do Estado no que tange à obtenção de recursos diretos, crédito e mesmo facilidades, como tarifas especiais. Essas novas empresas, criadas onde antes eram comunas, tinham na busca do lucro

privado o seu principal objetivo, aliás, isso era consentido e até mesmo estimulado pelo governo.

Os trabalhadores dessa nova forma de produção, contrariando a sua origem coletiva, eram assalariados e totalmente desprotegidos em relação às questões sociais, enfim, eram assalariados ao invés de proprietários coletivos.

Como já dito em seção anterior, as EVM foram responsáveis pela absorção da mão de obra liberada na fase inicial das reformas, principalmente, devido à extinção das comunas. No ano de promulgação das reformas, 1978, apenas 7% do emprego nacional era de trabalhadores em alguma indústria rural das comunas, em 1985, a despeito da precarização descrita, o número de trabalhadores nas EVM já havia dobrado (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 124). O gráfico abaixo mostra a velocidade com que se operou essa conversão dos trabalhadores das comunas em assalariados, a transformação da força de trabalho em mercadoria, a construção de um mercado de trabalho no campo.

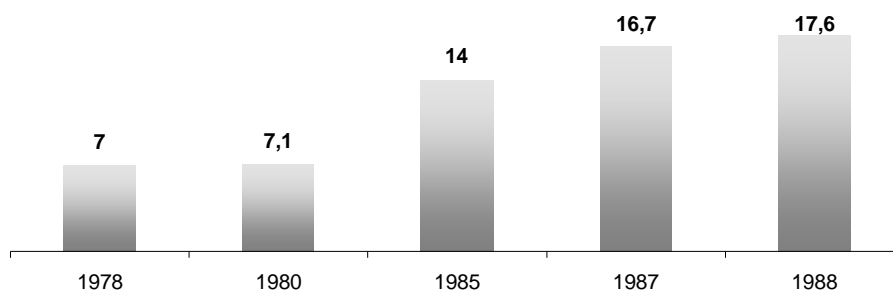


Gráfico 2 - Participação das Empresas Rurais no Emprego Nacional (em %)

Fonte: HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p.124

Em 1983, quatro anos depois de implantadas as reformas do campo, 98% dos produtores agrícolas já trabalhavam sob o sistema de contratos de responsabilidade, ou seja, usavam as terras coletivas para realizar a produção que seria vendida no mercado por um preço substancialmente maior do que o anteriormente pago pelo Estado (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 43).

Uma outra medida bastante emblemática foi tomada em 84 permitindo o uso de mão-de-obra assalariada em lotes de terra cuja posse havia sido concedida para particulares, além disso, foi dada permissão para que essas terras fossem alugadas. Passava a haver, na prática, posse da terra determinada por contrato. Enfim, se na teoria as terras ainda eram de propriedade estatal ou coletiva, na prática haviam se transformado em propriedade privada.

No final da década de 1980, foi permitido àqueles de posse das terras contratadas, sem restrições, alugar, vender e até mesmo passar a terra aos seus descendentes, aos seus herdeiros, um claro sintoma da tendência da nova ordem social em implantação. Passava-se a existir o sistema de heranças, ou seja, instituía-se ainda não de direito, mas de fato, a propriedade privada da terra.

A descoletivização das terras com a extinção das comunas e a explosão das EVM com a conseqüente precarização das condições de trabalho já seria por si só contraditório para um país que visa à construção de uma ordem social igualitária e mais justa. A situação fica ainda mais estapafúrdia se for dissecado o processo e reconhecidos os privilegiados.

Mesmo nas EVM, em contradição à denominação coletiva, não era raro encontrar trabalhadores assalariados com contratos temporários, sem estabilidade, sem garantia de moradia, acesso a um sistema de saúde, educação, aposentadoria anteriormente bancados pelas comunas ou pelas empresas estatais. Na verdade, essa era a regra, a exceção era encontrar trabalhadores protegidos e estáveis.

As EVM estavam desobrigadas até mesmo de manter um salário básico de subsistência para os trabalhadores, isso porque os salários eram determinados pelas autoridades locais que tinham interesses particulares e institucionais no lucro.

A verdade é que essas EVM, em sua imensa maioria, nunca tiveram os trabalhadores no comando das decisões, nem mesmo haviam avançado nesse sentido. Não foram raros os casos em que os líderes do governo local indicavam um administrador e esse, com a possibilidade de alocar livremente os recursos, alocavam também os ganhos em proveito próprio. Também não foram poucos os casos de *joint ventures* onde o capital estrangeiro mantinha uma posição de controle simplesmente mantendo sob sua tutela o corpo de diretores.

As EVM podiam ir à falência e ser vendidas. Não estranhamente foram vendidas, em grande parcela, para os próprios os governantes locais ou para os administradores indicados que a haviam levado à falência. Eis que passavam a ser donos dos meios de produção pessoas originadas do interior do Estado “comunista” chinês. Eis um dos princípios basilares da transformação da burocracia estatal em classe dominante.

Mesmo que o governo diga que o processo de privatização e descoletivização foi o a responsável pelo crescimento da produção agrícola (crescimento de 9% a.a. entre 1978 e

1984) (VIEIRA, 2006, p. 402), a verdade é que o grande responsável foi o aumento substancial dos preços pagos aos produtores agrícolas, ou seja, o uso dos preços como ferramenta do planejamento socialista, aliado à integração entre a economia camponesa e industrial já, em certa medida, existente nos tempos anteriores às reformas.

Com o colapso do sistema de proteção social dos trabalhadores e posterior desaceleração do crescimento da produção agrícola houve uma estagnação da renda camponesa que se refletiu em intensa migração para as cidades em busca do trabalho industrial que remunerava, na época, em média, 2,2 vezes mais do que o trabalho no rural (TREVISAN, 2006, p. 53).

Apesar do aumento da produção das EVM, as empresas estatais tradicionais permaneciam com presença majoritária tanto na produção quanto no emprego, mas sua participação já decrescia. Até o meio da década de 1980, cerca de 70% dos trabalhadores urbanos estavam empregados nas EE, ou seja, 8 pontos percentuais a menos que em 1978. O rápido declínio da participação das EE no emprego entre os residentes urbanos, nas manufaturas e no comércio doméstico é visualizável no gráfico abaixo.

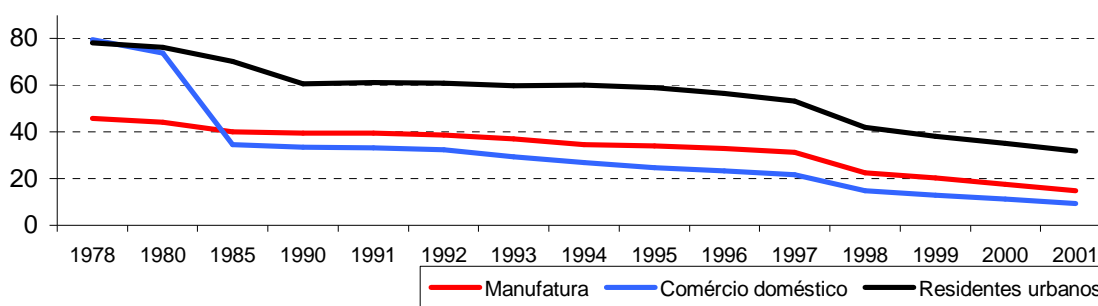


Gráfico 3 - Participação das Empresas Estatais no Emprego Nacional (em %)

Fonte: MING LU *apud* HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p.124

Desde os primeiros momentos do processo de reformas, foi dada grande importância para a atração das grandes corporações multinacionais. Dizia-se que elas seriam o “melhor veículo” para introduzir os princípios capitalistas de mercado e, conseqüentemente, a eficiência econômica, além de servir de “escola” para as empresas chinesas.

É óbvio que os dirigentes do PCCh não admitem abertamente, mas essa preferência pelas multinacionais, baseada na sua “inerente maior eficiência”, também serviria para legitimar a “tão necessária” reestruturação das relações de produção.

Com esse pensamento, logo em 1979, sob o argumento de criação de novos postos de trabalho e introdução de novas tecnologias, o governo chinês implantou a política de “portas abertas” e foram criadas quatro “Zonas Econômicas Especiais” (ZEE) para atração de investimentos estrangeiros diretos (IED). Justificavam as ZEE dizendo que os investimentos estrangeiros, além de gerar emprego e internalizar tecnologia, iriam aumentar a capacidade de importação do país para que fosse possível aumentar a produtividade no campo via importação de máquinas e equipamentos modernos.

A princípio, esses investimentos estrangeiros só poderiam entrar no país sob a forma de *joint ventures* com empresas estatais, o que levaria a uma absorção de tecnologia. Até aquele momento, não era permitido que esses investimentos estrangeiros fossem endereçados à competição no mercado interno. Eles constituíam empresas processadoras de importação para reexportação, bem ao exemplo das maquiladoras mexicanas.

O é fato que esse relaxamento abriu brechas ao sempre voraz capital estrangeiro e, como essas ZEE não conseguiram atrair IED na quantidade prevista, em 1983, foram relaxadas muitas restrições aos investimentos estrangeiros.

Além da possibilidade de o excedente dos produtos agrícolas poder ser vendido por preços regulados pelo mercado, as novas firmas estrangeiras, as EVM e mesmo as estatais, passavam a vender em um mercado em franco processo de desregulamentação. Por isso, o primeiro efeito dessas medidas liberalizantes, ao contrário do que propagava o PCCh, foi a elevação dos preços ao consumidor.

Esse processo inflacionário deteriorou o poder de compra dos trabalhadores e forçou o governo a providenciar fundos adicionais para recompor as perdas salariais, o que implicou em grande déficit orçamentário e necessidade de venda de títulos da dívida pública. Este déficit foi mais um incentivo, ou melhor, mais uma desculpa para que, em um futuro breve, as estatais abraçassem as novas regras do mercado de trabalho e cedessem espaço para empresas “coletivas” e, principalmente, para as privadas.

O fechamento de empresas estatais e o processo iniciado de desregulamentação das leis trabalhistas, além desse déficit orçamentário, levaram a uma inédita situação de desemprego na República Popular da China (RPC) e o Estado, “inocentemente”, respondeu a esse problema com uma maior incentivo às formas privadas e “coletivas” de produção, já que estas não dependiam diretamente de recursos do governo.

Se as TU já tinham sua atuação limitada e controlada pelo Partido/Estado, muito emblemático é o fato de o governo, preventivamente em relação às possíveis resistências trabalhistas que adviriam do recrudescimento das reformas, na Constituição promulgada em 1982, proibir o exercício da greve pelos trabalhadores.

Em 1981, temendo a instabilidade econômica e social anunciada pela inflação e desemprego, o Partido Comunista “deu um tempo” nas reformas e reintroduziu o controle central sobre a atividade das estatais, sobretudo nas decisões de vendas e de preços.

4.2 SEGUNDA ETAPA (1984-91): DO MERCADO INTERNO ÀS EXPORTAÇÕES

Encorajado pelo crescimento econômico dos anos iniciais, o PCCh usou as contradições do próprio processo de liberalização da economia como justificativa para avançar com as reformas urbanas. Segundo o Partido, a inflação e o desemprego eram resultados não das contradições das medidas anteriores, mas dos seus próprios limites e a solução seria, por isso, aprofundá-las com incentivos para o crescimento de empreendimentos privados, especialmente estrangeiros.

No congresso do Partido de 1982, o planejamento ainda era colocado como princípio de condução da economia, mas o mercado já tinha importância reconhecida. No congresso de 1984, sintomaticamente, o Partido elevou o status das forças do mercado e o colocou em condição de igualdade com o planejamento adotando a forma de uma “economia de mercado planificada”.

Essa mudança das diretrizes fundamentais da economia foi sentida diretamente pela redução do controle central sobre as decisões de produção. Anteriormente, as estatais transferiam para o Estado o seu faturamento e recebiam dele os seus recursos de acordo com o planejamento global da economia, mas, com o objetivo de “reduzir os desperdícios característicos do planejamento centralizado”, nesta etapa do processo, extinguiu-se essa relação. A partir de então, as EE deveriam passar a ser financiadas com recursos próprios através da retenção dos seus ganhos e por empréstimos dos bancos públicos (sem muitas garantias de retorno).

Para os dirigentes do Partido, se as estatais e os governos locais tivessem mais liberdade de gerenciamento, poderiam organizar melhor a produção e reduzir seus custos, logo, reduzir o preço, expandir a produção e gerar mais empregos.

Dentro dessa linha de raciocínio, houve também uma descentralização da arrecadação e os governos locais passaram a recolher grande parte dos recursos dos tributos localmente e usá-los livremente em resposta aos sinais do mercado. Grande parte desses recursos foi investida nas EVM que foram, posteriormente, privatizadas.

Decidido a aprofundar a abrangência das forças do mercado para organizar a produção eficientemente, o PCCh não tinha outra alternativa a não ser abandonar o controle de preços, mantendo regulados apenas os preços de produtos industriais básicos (aço, carvão, petróleo...) e alguns bens de consumo essenciais, como os alimentos.

A tabela 6 mostra a evolução da forma de determinação de preço e comprova a expansão da abrangência da regulação de preços pelo mercado em detrimento do plano nas diversas formas de distribuição.

Tabela 6 - Distribuição das transações de 1978 a 2003 segundo a forma de determinação dos preços (em %)

	1978	1985	1995	2003
PRODUTOS NO ATACADO				
Preços de mercado	0	13	78	87,3
Preços regulados pelo Estado	0	23	6	2,7
Preços fixados pelo Estado	100	64	16	10
PRODUTOS NO VAREJO				
Preços de mercado	3	34	89	96,1
Preços regulados pelo Estado	0	19	2	1,3
Preços fixados pelo Estado	97	47	9	2,6
PRODUTOS AGRÍCOLAS				
Preços de mercado	6	40	79	96,5
Preços regulados pelo Estado	2	23	4	1,6
Preços fixados pelo Estado	93	37	17	1,9

Fonte: Comissão Nacional de Reformas e Desenvolvimento e anuários de preços *apud* SOUZA, 2007, p. 179

Para que as estatais pudessem cumprir sua nova função de promover o crescimento da economia e ganhar em termos de “eficiência”, seriam necessárias novas mudanças na legislação trabalhista. As EE passariam a poder, além de estabelecer contratos de trabalho por tempo determinado, demitir os funcionários que fossem julgados insuficientemente produtivos.

Perdia-se com essa nova medida uma conquista importante da Revolução. Além de já estarem separados dos meios de produção, o padrão de vida dos trabalhadores passava a ficar condicionado à sua adaptação à produção nos moldes capitalistas, à sua capacidade de

produzir para terceiros, isto quando julgavam seu trabalho proveitoso, ou melhor, quando seu trabalho era gerasse lucros.

A velocidade com que se realizou essa transformação da força de trabalho em mercadoria foi impressionante. Em 1986, 6% dos trabalhadores das EE tinham contratos de trabalho temporários, em 1994, já eram 25% temporários e instáveis (GREENFIELD; LEONG *apud* HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 49). Criava-se assim rapidamente um mercado de trabalho onde antes os trabalhadores eram os donos dos meios de produção.

Porém, para surpresa do PCCh, houve queda da produtividade, notoriamente por resistência dos trabalhadores a essa nova legislação trabalhista.

O governo mais uma vez respondeu às contradições geradas pelo próprio processo com um aprofundamento das reformas e abriu mais 14 ZEE liberando, posteriormente, toda a costa oriental para os investimentos estrangeiros. Ao mesmo tempo, reduziu tarifas e outros custos, reduziu a interferência estatal no comércio internacional e deu ainda mais liberdade para as companhias internacionais contratarem e demitirem os trabalhadores chineses.

A China passava a ter, em oposição aos princípios da Revolução, sua economia bastante dependente do capital estrangeiro, tornava-se uma economia significativamente dependente do comércio exterior e crescentemente dependente dos resultados da concorrência do capitalismo globalizado.

Com mais liberdade para perseguir o lucro, as estatais e as EVM aumentaram substancialmente seus preços e, com acesso facilitado a empréstimos dos bancos estatais, buscaram expandir sua produção. Os governos locais também passaram a pegar mais empréstimos para acelerar a conversão das indústrias, antes comunais, em EVM.

O aumento da demanda, devido ao elevado nível dos investimentos, teve duas conseqüências diretas sobre os fundamentos da economia chinesa: aumento do nível de preços e déficit na balança comercial. A inflação surgiu da pressão dos preços dos materiais de construção (aumento médio de 8% a.a. entre 1985-87 e 18% a.a. nos anos de 1988 e 1989) que se espalhou para o conjunto da economia e o déficit da balança comercial (US\$ 14,9 bilhões em 1985, US\$12,0 bilhões em 1986) foi fruto de um aumento das importações, especialmente de produtos básicos e maquinaria para essas indústrias rurais.

Uma terceira consequência veio a reboque: o processo inflacionário gerou pressão para que o governo recompusesse os salários reais. Essa recomposição combinada com a já descrita nova relação fiscal entre o governo central e EE, fez com que o déficit orçamentário crescesse (US\$ 5,9 bi, US\$ 6,0 bi e US\$ 9,0 bi em 1986, 87 e 88, respectivamente) (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 50).

Os problemas gerados foram por algum tempo mascarados pelo grande crescimento econômico e pela percepção de melhora nos padrões de vida da população nos primeiros anos das reformas.

Esse robusto crescimento da economia chinesa no início dos anos 80, que mascarava as dificuldades originadas no próprio processo, havia sido fruto do aumento da produção das indústrias rurais (37,7% ao ano entre 1984 e 1987) que acontecia graças à nova relação das EVM com a agricultura (com termos de troca favoráveis à agricultura), facilitações no acesso ao crédito e condições especiais para que os governos locais rolassem seus crescentes endividamentos. Porém, a alta dos preços das matérias primas e maquinaria levou a uma redução do ritmo de crescimento da produção agrícola (de uma média de 15% ao ano entre 1978 e 84 para apenas 5% ao ano entre 85 e 88 e apenas 2% a.a. entre 1989 e 1991). Isto combinado com a nova política industrial urbana que dava privilégios às ZEE, fez com que a produção das EVM entrasse em processo de estagnação. (SECCO; MAO JR, 1988, p. 50-51).

Déficit na balança comercial, déficit orçamentário, inflação, redução do ritmo de crescimento da agricultura, desemprego no campo, crescente migração para as cidades, crescente agitação popular, esse é o ambiente da China no fim da segunda fase do processo de reformas pró-mercados.

4.3 TERCEIRA ETAPA (1991 - ...): DO ESTATAL AO ESTRANGEIRO

Em 1992, no 14º Congresso do PCCh, foi declarado oficialmente o estabelecimento do socialismo de mercado como via consolidada para construção do “socialismo com as características chinesas”. Nesse mesmo ano, a famosa viagem de Deng Xiaoping às áreas onde ficavam as ZEE no Sudeste chinês deu forças à abertura econômica.

Até aquele momento, apesar dos privilégios dados a partir das reformas às relações privadas de produção, a idéia era manter as EE, já funcionando sob a lógica do mercado, como eixo

dinâmico da economia. O PCCh naquele congresso, porém, em certo revés da estratégia anteriormente proclamada, decidiu diminuir o peso do setor produtivo estatal. Fez isso não apenas incentivando o crescimento do setor não estatal, mas também privatizando o patrimônio público.

Na teoria, as estatais deveriam ser vendidas para os próprios trabalhadores sendo transformadas em cooperativas. Há que se ressaltar aqui, para um bom entendimento do processo de privatização, que a palavra “trabalhador” abrange também os administradores das empresas, pois, na prática, as mais lucrativas foram vendidas para eles (e para os dirigentes locais).

No final dos anos 1990, as EE já empregavam apenas 83 milhões de trabalhadores, o que representava cerca de 12% do emprego total do país, pouco mais de 20% dos trabalhadores em manufaturas e menos que 1/3 dos trabalhadores urbanos, como mostrado no gráfico 3 acima. Essa queda foi ainda mais dramática no comércio doméstico. Evidentemente, a contribuição das EE para a composição do PIB também decrescia em favor de outras formas de propriedade. Em 1978 as EE representavam 82% do valor bruto do produto industrial do país recuando para 26% em 1996.

O processo de privatização foi rápido e nebuloso. Até o final de 1996, cerca de 4300 pequenas estatais haviam sido convertidas em empresas com participação acionária, em 97, 9200 estatais haviam sido abertas à participação privada, sendo que, destas, 107 companhias figuravam entre as 500 maiores indústrias do país e 67 entre as maiores prestadoras de serviço (SMYTH *apud* HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 53).

A justificativa para as privatizações dá uma sinalização bastante clara a respeito do direcionamento geral das reformas. Os líderes do PCCh diziam abertamente que era necessário privatizar pois as empresas públicas eram intrinsecamente menos eficientes que as privadas e que os problemas de superprodução de alguns produtos e subprodução de outros eram simples conseqüências da incapacidade das empresas públicas entenderem a realidade.

Os dirigentes do Partido Comunista Chinês abandonavam a idéia que as empresas públicas tinham um papel maior a cumprir, que não a simples busca cega pelo lucro. Mudava-se completamente o conceito de eficiência, agora, traduzida somente na capacidade de gerar lucro. Ao comparar os lucros das EE e das empresas privadas, os dirigentes do PCCh

“esqueciam” de comentar que eram cobradas das estatais taxas muito mais pesadas que as cobradas das outras formas de produção.

Esse processo de privatizações foi dirigido pelo exercício de poder de uma classe que emergia da própria burocracia estatal para entrar no reino do capital. A dinâmica desse processo é descrita por Smith.

Communist cadres uses their party cards to borrow stat assets to set themselves up as capitalists, while under the banner of “socialism with chinese characteristics”, they wield a club to break the workers “iron rice bowl”, their right to employment, housing, food rations and other benefits (SMITH apud HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 54)

Este assalto ao patrimônio público por empresas ou burocratas aconteceu de diversas formas, muitas delas não muito “corretas”. Foram muitos processos fraudulentos com transferência seletiva de patrimônios para subsidiárias independentes ou avaliações tendenciosas do valor dos patrimônios. Segundo Smyth, *“it found that just 5% of state-owned capital increased in value, while 62% decreased in value and 23% lost all of its value entirely” (SMYTH apud HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p.55)*

A verdade é que, com isso, as propriedades estatais em pouquíssimo tempo foram convertidas em capital para a exploração privada do trabalho, que já fora liberalizado, para a reprodução do capital. Enfim, o processo de privatização do patrimônio público chinês se constitui em uma nova espécie de acumulação primitiva para novos capitalistas que, agora sob a bandeira do socialismo de mercado, emergiam do interior do Estado refletindo, incontestavelmente, o completo afastamento do Partido Comunista de sua base.

Além da dinâmica montada para beneficiamento dos próprios burocratas, os problemas dos constantes déficits orçamentários e do enorme buraco no sistema financeiro nacional serviam de endosso para as privatizações.

Entre 1957 e 1978, período anterior às reformas, as estatais eram responsáveis por cerca de 75% da arrecadação fiscal (JABBOUR, 2006, p. 57), que era distribuída de acordo com as prioridades de produção, organização e políticas sociais estabelecidas nos Planos. Sob o socialismo de mercado chinês, as estatais ficaram desobrigadas de transferir seu faturamento para o governo central, eram apenas obrigadas a pagar os impostos (muito maiores que os pagos pela iniciativa privada).

A arrecadação fiscal, que era diretamente proporcional aos seus rendimentos das EE, entrava em processo de declínio junto com o faturamento global das EE, que também declinava desde a abertura privilegiada à concorrência privada.

Enfim, a partir da abertura do mercado para empresas privadas, que estavam livres de muitas obrigações trabalhistas e tinham tratamento tarifário diferenciado, o Partido quebrava o sistema estatal de produção e implodia o sistema de segurança social.

Era montado uma espiral ascendente pró-capital com uma lógica cujo resultado era óbvio, a restauração do capitalismo. Expõe-se essa lógica: o déficit orçamentário alimentava o processo de privatizações que alimentava a crise fiscal que alimentava as privatizações que alimentavam a crise fiscal, enfim, que alimentava a restauração do capitalismo via aumento da participação da iniciativa privada e desregulamentação do mercado. Ou seja, as decisões do Partido Comunista Chinês ante os imperativos do mercado montaram, sobre as conquistas da revolução comunista, uma espiral em prol do capital.

Enquanto as finanças do governo apresentavam problemas crescentes, o setor privado gozava de crescimento acelerado e, apesar de responder, em 1995, por aproximadamente 40% da atividade econômica e 47% das exportações, era responsável por apenas 11,4% da arrecadação fiscal do país, o que ratifica o que foi dito a respeito de os incentivos à iniciativa privada representarem, no longo prazo, uma implosão das contas públicas. Com isso receita fiscal despencou de 35% do PIB em 1978 para menos de 11% em 1996 (HARTLANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 56).

Com o descolamento do orçamento das EE do orçamento do governo, as estatais passaram a depender diretamente de empréstimos bancários. Contudo, com os privilégios concedidos à iniciativa privada, o rendimento da maioria das EE viva um processo de declínio que as tornava incapazes de arcar com a totalidades desses empréstimos.

Evidentemente, o Estado não deixaria que o sistema financeiro do país falisse. Montou, pois, uma estrutura para negociação dessas dívidas, mas não foi suficiente. Como esse acúmulo de “créditos podres” era, na prática, estatal, dava-se mais uma justificativa para intensificação das privatizações, já que gerariam recursos em curto prazo para cobrir o buraco.

Se for lembrado que o governo central havia tomado para si, como parte de seu esforço no processo de reformas, a responsabilidade de arcar com a manutenção das funções de

provimento do bem-estar social, incluindo a saúde e seguro desemprego, antes de responsabilidade das estatais e comunas, esses números apresentados tomam proporções assombrosas.

Em nível nacional, em 1978, o sistema público de saúde abrangia cerca de 90% da população, em 1997, menos de 4% (TREVISAN, 2006, p. 70). Esses números comprovam o desmonte de mais uma das grandes conquistas da Revolução. Os impactos sobre o sistema educacional, sobre o sistema de previdência, moradia e outras garantias sociais conquistadas com a Revolução não foram muito diferentes do que aconteceu com a saúde. Elisabeth Rosenthal e Hilton expõem a situação:

Today medical care in China is almost entirely a matter of cash from individual patients, and there is no public health insurance for the poor (...) Accordingly, the World Health Organization now rates China last among developing countries in terms of equal access to medical care (ROSENTHAL apud HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 70).

The provision of the health care and social security to the mass of the population was perhaps the Chinese revolution's most important achievement (...) the provision of medical care (and social security) derived from a work unit – a factory, a school, a people's commune – that had the responsibility to take care of its workers and their family. It was an arrangement that covered most people, but with Deng Xiaoping's move to a market economy, the system was doomed (...) Economic liberalization meant the end of most of those work units: state industries are closing down, agricultural communes were disbanded long ago and agriculture has been privatized. Nothing has taken their place, and the services the units used to provide have lapsed. Responsibility for public health rests with local authorities which do not appear to have either the funds or the interest to maintain it. (HILTON apud Hart-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 70).

Com a mudança de foco da economia para o setor externo, as EVM perderam muitos dos benefícios concedidos no início das reformas e haviam se tornado dependentes de empréstimos do sistema financeiro. Vislumbrando a obtenção de recursos no curto prazo e tentando sanar o acúmulo de créditos podres, muitas EVM que ainda permaneciam sob controle estatal também foram privatizadas.

O processo de privatização das EVM foi tão nebuloso quanto o das EE. Muitos administradores dessas empresas, sabedores que seriam vendidas, agiram no sentido de sabotar sua produção e mascarar o real valor do patrimônio para que pudessem, eles mesmos, comprá-las por um preço muito aquém do real.

Entre 1996 e 2001, as privatizações levaram à demissão de 36 milhões de trabalhadores das EE e mais 17 milhões das EVM, ou seja, 53 milhões de trabalhadores perderam seus

empregos reforçando o exército de reserva para a exploração do capital estrangeiro que entrava com força total no país. Essa demissão em massa atingiu, sobretudo, as mulheres que, apesar de representarem não mais do que 40% da mão de obra total, representaram 60% dos demitidos (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 70).

O resultado dessas três etapas das reformas é claro, límpido e cristalino: o desenvolvimento econômico da China passava a depender em grande medida dos interesses, egoístas por princípio do capital privado, principalmente, estrangeiro, logo, da dinâmica do capitalismo globalizado.

O gráfico abaixo demonstra essa dependência ao expor a crescente importância das exportações na formação do PIB chinês, e isso com cada vez maior participação estrangeira nessas exportações e mesmo no comércio doméstico.

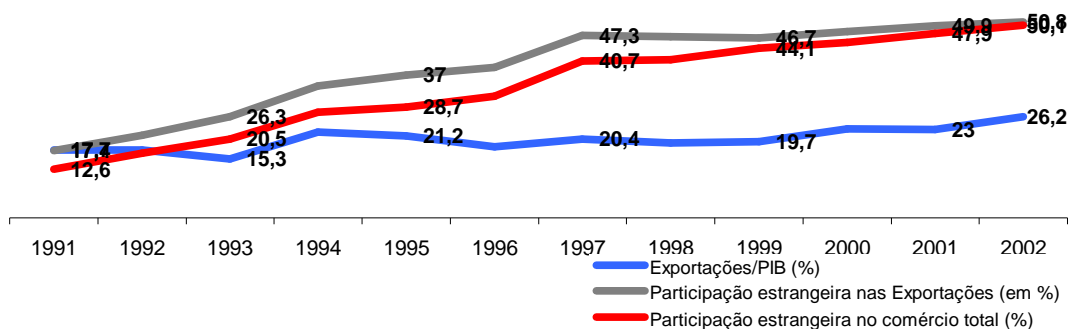


Gráfico 4 - Exportações/PIB, Participação estrangeira nas exportações e no comércio total (em %)

Fonte: HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p.125, 126. elaboração própria

Apresentam-se três fatores conclusivos recentes da trajetória das transformações operadas na China desde 1978: esforço para o reconhecimento de que a China era uma economia de mercado para sua aceitação na Mundial do Comércio (OMC) com toda a desestruturação das últimas possibilidades de planejamento que isso implica, abertura do PCCh à filiação de empresários e o reconhecimento e a fundamentação legal da propriedade privada.

É bastante sintomático também o fato de que o governo chinês esteja respondendo ao crescimento das manifestações populares com duro controle e repressão de qualquer movimento que vise à organização dos trabalhadores. Estabelece, inclusive, regras para reuniões:

New rules for public gatherings, requiring assemblies larger than 200 to obtain approval from local public security authorities. Gatherings larger than 3000 will

require the approval of security offices at a higher level (...) (Central Government) ordered cities across the country to augment their anti-riot police (ECKHOLM apud HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p. 85)

Enfim, o fato é que o programa de reformas gerou desequilíbrios econômicos e sociais concomitantes ao seu crescimento. É fato também que o programa de reformas da China diminuiu consideravelmente a possibilidade de o Estado planejar, dirigir e controlar a economia do país, guiando-o para uma situação de dependência em relação ao capital e comércio internacional.

5 AS INTERPRETAÇÕES DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Não se pode analisar o crescimento econômico chinês isoladamente, não se pode dizer que esse processo não tenha impactado diretamente sobre relações de produção dos outros países e nem que ele mesmo não tenha sofrido influências externas. Esta seção do trabalho parte, portanto, da premissa de que não se pode entender a expansão chinesa, ou de qualquer outro país, suas causas, conseqüências e características, de maneira desconectada das condições da dinâmica global do capitalismo.

Isto posto, parte-se para uma análise das interpretações confusas, ou mesmo oportunistas, que os neoliberais e progressistas que fazem do modelo de crescimento econômico da China. Como a China vem sustentando taxas de crescimento bastante altas alicerçadas em políticas econômicas liberalizantes ao mesmo tempo em que mantém o discurso de implantação de mudança histórica para modernização do socialismo, criou-se uma grande confusão que se refletem nas, entende-se, equivocadas interpretações do seu modelo.

Desde a queda da ex-URSS há uma atmosfera de vitória completa do pensamento neoliberal. Os pensadores do *mainstream* creditam o “sucesso” econômico chinês ao seu processo de liberalização e abertura econômica. Por outro lado, os adeptos de uma visão mais progressista, inclusive muitos simpáticos ao socialismo, julgam que o processo chinês vem obtendo sucesso devido a sua peculiar combinação de mercado e planejamento.

Em suma, o que se pretende evidenciar nesta parte do trabalho, com base na análise de Hart-Landsberg e Burkett (2005), é que o modelo chinês, escondido atrás dos números ligados ao crescimento econômico, é considerado exitoso tanto para economistas neoliberais quanto para muitos pensadores progressistas, ou melhor, pretende-se que fique evidenciado que os números do crescimento chinês levam a uma confusão nas interpretações do direcionamento econômico imposto por seu Estado fazendo com que muitos problemas e contradições inerentes ao processo fiquem em segundo plano nas análises sobre o modelo chinês.

5.1 A CONSTANTE BUSCA NEOLIBERAL POR EXEMPLOS DE SUCESSO: A VEZ DA CHINA

Desde a queda da União Soviética e adoção das práticas neoliberais pelas suas ex-repúblicas do leste europeu, é comum ouvir falar que o socialismo não passou de uma utopia e que o

neoliberalismo é o único caminho de desenvolvimento a ser seguido, que não há alternativa de política econômica responsável a não ser as “cientificamente respaldadas”, traduzindo: não há alternativa que não as medidas neoliberais.

Essa idéia de “fim da história” neoliberal é argumentada à luz da rápida migração dos países ex-socialistas para a sua órbita de influência com seu acelerado processo de abertura dos mercados, privatizações e fim do planejamento apoiados sempre pelos organismos multilaterais capitalistas, FMI e BID. Porém, nem mesmo os maiores defensores do pensamento neoliberal são capazes de esconder que essa entrada na esfera capitalista levou o sistema produtivo desses países a uma situação problemática.

Os economistas do *mainstream* argumentam que os problemas na transição para o mercado dos países do leste europeu têm origem na rapidez (terapia de choque) com que se deu o processo, na corrupção, na falta de credibilidade e na falta comprometimento com as reformas “necessárias”. Enfim, julgam que o colapso desses países foi fruto de uma falta de estruturação prévia para sua entrada no mundo capitalista, não questionam, nem poderiam, os fundamentos das catástrofes, que, entende-se, são os próprios fundamentos da teoria: a livre mobilidade de capital, o livre comércio e competição por IED.

A verdade é que, desde o desmonte da estrutura socialista na Europa, os neoliberais procuram alternativas de transição que lhes sirvam de exemplo para comprovação do sucesso do seu modelo. É justamente nessa atitude oportunista de forjar forçosamente modelos que se insere a escolha do modelo chinês como exemplo de êxito das políticas econômicas neoliberais.

Como o exemplo das ex-repúblicas soviéticas não pôde ser considerado como bem sucedido, eles tentaram pintar o modelo sul-coreano com ares neoliberais.

Não se pode dizer, contudo, que o exemplo sul coreano seja de uma adesão irrestrita aos ditames neoliberais, já que existia uma forte intervenção do governo na economia. Por isso, como a Tailândia, Malásia e Indonésia apresentavam um vigoroso crescimento amplamente sustentado na atração de IED e no comércio exterior, a Coreia do Sul foi rapidamente abandonada em favor dessas novas plataformas de exportação do capital transnacional. Mas logo veio a crise asiática obrigando-os a buscar um outro exemplo.

Novamente eles não creditaram os insucessos dos seus exemplos à abertura dos mercados ou à livre mobilidade dos capitais, colocaram a culpa, novamente, na corrupção e na ineficiência administrativa daqueles países.

Migraram, então, sua atenção para o México, que passava por um período de crescimento. O país reestruturava, então, sua economia se tornando, como ocorrera com os países do leste asiático, uma plataforma de exportação via liberalização de IED ao mesmo tempo em que suprimia proteções trabalhistas e privatizava o patrimônio público.

Porém, o México entrou em crise. Evidentemente, os neoliberais nem aventaram a possibilidade de que a causa do insucesso poderia ser a extrema dependência das exportações para os EUA, que havia entrado em recessão. Outra vez, colocaram a culpa na corrupção e falta de dedicação à redução dos custos e ao aumento da eficiência e até na incipiência das reformas liberalizantes. Mesmo com a recuperação da economia estadunidense, o México não conseguiu retomar o crescimento, pois muitas das suas empresas maquiladoras migravam para a China.

A partir da crise mexicana, os olhos do *mainstream* se voltaram para o caso chinês. Falavam que o espetacular crescimento da China era prova inequívoca do sucesso das reformas neoliberais, especialmente devido ao seu não hesitante compromisso com as reformas econômicas.

Enfim, em sua busca de exemplos bem sucedidos da implantação de sua teoria, invariavelmente os neoliberais desprezaram as verdadeiras causas dos insucessos de suas políticas, desconsideraram o aumento da competição pela atração de investimentos externos, a intensidade e dependência de importações dessas novas plataformas de exportação, a superprodução global, a especulação financeira, enfim, sempre faltou nas suas análises (propositadamente) uma abordagem dos problemas inerentes a sistemas dependentes de exportações a partir de investimentos estrangeiros.

Para alguns neoliberais o que diferencia o processo chinês do processo das ex-repúblicas soviéticas foi, em lugar da “terapia de choque”, a forma gradual, responsável e comprometida com as reformas liberalizantes adotadas. A gradualidade tida como condição para o sucesso chinês se refere à forma controlada com que se deu a liberalização da economia.

É claro que uma descrição tão favorável das conseqüências da liberalização chinesa é mais uma idealização de um modelo para servir de exemplo aos países que ainda não abraçaram as políticas neoliberais. Novamente eles desconsideram em suas apreciações, por exemplo, o aumento da competição por IED a nível mundial que o modelo chinês implica.

O fato é que a China, apesar de dirigida por um partido que, em tese, é comunista, é o atual modelo que os neoliberais sugerem aos incautos países em desenvolvimento que não adotaram suas políticas.

5.2 O MODELO CHINÊS COMO UMA ALTERNATIVA À HEGEMONIA NEOLIBERAL

Mais problemático do que perceber que os neoliberais enxergam a economia chinesa como um modelo a ser perseguido, é ver que os progressistas, inclusive alguns simpáticos ao socialismo, também o fazem desviando o foco de suas atenções da proposição de modelos verdadeiramente progressistas.

Apesar de ser inquestionável que as reformas chinesas têm teor liberalizante, o seu governo continua a proclamar o compromisso com a construção do socialismo, o que acaba ludibriando alguns bons analistas. Muitos progressistas combinaram em suas interpretações do modelo chinês o discurso do PCCh com as taxas de crescimento do país. Passaram a propagar que aquele era um modelo de sucesso, uma alternativa ao capitalismo anárquico e também ao Estado centralizado ineficiente.

Essa via progressista alternativa é baseada na manutenção de um núcleo de empresas estatais, deslocamento de responsabilidade de planejamento para os governos locais, criação de novas formas de produção e promoção de ganhos de produtividade baseado em incentivos materiais que estimulem a eficiência alocativa, inclusive nas empresas estatais.

Para poderem propagar o modelo chinês como exemplo a ser seguido pelos países em desenvolvimento, assim como os neoliberais, fazem questão de não considerar a intensificação da competição por IED a nível mundial, a dependência em relação à dinâmica capitalista e, principalmente, a natureza endógena da liberalização chinesa.

O aparente sucesso do socialismo de mercado chinês não só renovou a esperança de muitos esquerdistas de que o neoliberalismo e o capitalismo globalizado não sejam o “fim da

história” como serviu de referência para reinterpretar o embate entre o socialismo e o capitalismo em escala mundial. Adotou-se uma postura de enfrentamento ao capitalismo de maneira indireta, uma postura defensiva em que alguns dos seus princípios, a saber: manutenção de certo controle o fluxo de capitais e manutenção de certo grau de interferência estatal na economia, possam ser mantidos ante a hegemonia o pensamento neoliberal.

O que acontece é que os progressistas, talvez inconscientemente, transformam o socialismo e a revolução de instrumentos de desenvolvimento humano em precondições para o desenvolvimento capitalista. Dentro dessa perspectiva, o legado da revolução comunista nas interpretações progressistas fica reduzido à criação de um Estado forte e de outras condições para o dinamismo econômico do país.

Não conseguem, ou não querem, interpretar o modelo de desenvolvimento chinês como a uma formação de um novo centro dinâmico do capitalismo a nível regional e mundial. Não percebem que a “boa vontade” dos investidores internacionais em colocar seu capital no país só acontece por causa da “boa vontade” do governo em entregar enormes quantidades de mão-de-obra barata.

Enfim, o fato é que a facilidade em se ligar as conquistas pós-revolução ao atual sucesso capitalista desvia o foco das análises das precondições para esse crescimento: aumento da insegurança para a força de trabalho cujos esforços para se organizarem são constantemente suprimidos por um dos Estados mais autoritários do mundo. Fazem uma análise fotográfica das condições chinesas de presença de um Estado forte, evitam fazer uma análise da dinâmica do processo, pois assim não teriam exemplo a ser contraposto ao ideário neoliberal.

6 O SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS E O CAPITALISMO DE ESTADO LENINISTA: A MESMA PROPOSTA, MAS DINÂMICAS DIVERGENTES

É impensável concretizar a entrada no socialismo simplesmente tomando o poder estatal onde as forças produtivas sejam atrasadas. Portanto, em condição de atraso, é impreterível fazer avançá-las, ou seja, uma fase de desenvolvimento material precede a consolidação da ordem socialista.

Neste sentido se inserem tanto a teoria do capitalismo de Estado “peculiar” de Lênin quanto socialismo de mercado do Partido Comunista Chinês. Ambas são ditas fases de transição para o socialismo cujo objetivo é o desenvolvimento das forças produtivas. As duas estratégias são propostas no sentido de superar uma condição de atraso para, sob comando do Partido Comunista enquanto a “vanguarda do proletariado”, fazer avançar a construção do socialismo.

Mas, se tanto a Rússia quanto a China tinham suas forças produtivas atrasadas em relação aos países desenvolvidos, as condições econômicas e políticas dos dois países eram bastante diferentes. A proposta de Lênin foi fundamentada em um momento em que a capacidade produtiva da Rússia estava bastante debilitada pelas sucessivas guerras enfrentadas (I Guerra Mundial e guerra civil). Além disso, até aquele então, por causa dessas guerras, a estratégia do Partido Comunista tinha sido arquitetada mais no sentido de manter vivo o poder soviético do que propriamente desenvolver as forças produtivas, era o comunismo de guerra. Por isso, não havia sido construída ainda uma efetiva capacidade de planificação econômica. Na China, ao contrário, quando foi proposta a liberalização econômica como chave para a “modernização socialista”, o PCCh já estava no poder há três décadas e, apesar de divergências acerca da grandeza dos números, a sua economia crescia e se desenvolvia sustentadamente. Além disso, depois o poder o Partido já tinha dado mostras de capacidade de planejamento e mobilização bastante apurada.

Lênin, pragmaticamente, afirmava que não se poderia alcançar o socialismo simplesmente destruindo a máquina burguesa, que era inevitável um período de transição no qual os elementos capitalistas e socialistas coexistiriam, interagiriam e se limitariam mutuamente. Nesta fase seria preciso saber usar perspicazmente a máquina produtiva já construída pela burguesia e mesmo estimular alguns elementos capitalistas que, sob o comando proletário, funcionariam em prol da causa socialista.

Nessa fase de transição os elementos capitalistas e socialistas não ficariam, portanto, livres para agir e competir entre si, deveria haver um rígido controle do Estado soviético no sentido que os elementos capitalistas cumprissem sua função de desenvolver as forças produtivas sem impor sérios riscos de restauração do capitalismo. Se eles seriam úteis na modernização da estrutura produtiva do país, era preciso deixá-los agir sendo-lhes permitido, como pagamento pelos “serviços prestados” auferir lucros extraordinários, mas essa atuação teria o limite imposto pelo direcionamento dado pelo capitalismo de Estado sob comando proletário, o elemento socialista central do processo.

Essa fase, obviamente, seria repleta de dificuldades originadas da relação intrinsecamente contraditória entre os elementos capitalistas e o Estado proletário. Contraditório no sentido de que sob capitalismo de Estado ordinário, isto é no regime capitalista em sua fase monopolista, os interesses do Estado e dos capitalistas são convergentes e, sob a condição de controle do Estado pelo proletariado, as relações e finalidades dos elementos capitalistas e do Estado são conflitantes, os interesses têm direções diametralmente opostas.

O que garantiria que essa interação seria, na prática, um passo à frente no caminho do socialismo, e não uma restauração do capitalismo, era o fato de os trabalhadores já terem ascendido (efetivamente) ao poder e serem eles mesmos os donos dos meios de produção tendo, portanto, todas as condições de controlar o processo, inclusive, com “absoluta possibilidade jurídica de ‘tomar’ todos os milhões, isto é, de não entregar um só copeque que não seja destinado aos fins socialistas” (LÊNIN, 1987, p. 145) porque “nossos tribunais são tribunais de classe contra a burguesia” (LÊNIN, 1987, p. 166).

Enfim, se a existência de elementos capitalistas nessa fase de transição era inevitável, com o Estado proletário, ou seja, com os trabalhadores controlando a máquina estatal e sendo eles mesmos os donos dos meios de produção, estavam dadas “todas” as condições para direcionar a atuação desses elementos capitalistas para a causa da construção da ordem socialista. Em outras palavras, já nessa fase a anarquia dos mercados seria substituída pelo planejamento do Estado proletário que teria controle sobre a produção e conduziria os rumos da economia para conformação das condições para a emergência do socialismo.

Na China, porém, no início do processo de reformas que viriam a conformar sua fase transicional pelas vias do socialismo de mercado, se o Partido Comunista estava no poder, os trabalhadores estavam afastados do controle do Estado e da produção. Como dito em seção

anterior, a liberalização da economia não foi reivindicação das massas, foi imposta de cima para baixo. A reclamação popular naquele momento era pela efetivação dos trabalhadores no comando do processo de planejamento econômico, social e político, era pela democracia em seu sentido literal⁹.

Até 1978, a edificação do socialismo chinês era pensada praticamente sem concessões ao capital, o processo era pensado sobre uma base de propriedade estatal e rígido controle político e social pelo Partido. Com as reformas houve uma mudança da estratégia econômica.

Esta é uma questão que também diferencia os dois processos dando vantagem inicial para o caso chinês. Enquanto na Rússia os elementos capitalistas ainda existiam e era preciso tolerá-los, mas direcionando-os pela via do capitalismo de Estado de maneira que pudessem “colaborar” com a causa socialista, na China eles tinham sido praticamente extirpados e o Partido Comunista, em 30 anos de aprendizado, já tinha conseguido desenvolver uma efetiva capacidade de planejamento.

Enfim, na Rússia os elementos capitalistas já estavam postos e o Partido Comunista ainda não tinha experiência de planejamento, na China a situação era oposta os elementos capitalistas não existiam previamente seriam implantados e isso dentro de um contexto de grande capacidade de planejamento estatal.

As reformas econômicas colocadas pelo PCCh, dizem seus líderes, são parte da idéia de longo prazo de dar um passo atrás no que tange à liberdade aos elementos capitalistas para, num futuro próximo, esse passo atrás representar, na prática, um passo a frente na construção do socialismo. Propunha-se com o socialismo de mercado uma combinação de planejamento e mercado para desenvolvimento das forças produtivas e aumento da riqueza do país que, sob “domínio proletário” da economia e meios de produção, seria distribuída para o conjunto da sociedade chinesa e dirigida para a construção do socialismo.

9 Do dicionário Houaiss: Democracia: 1 - governo do povo, governo em que o povo exerce a soberania; 2 - sistema político cujas ações atendem aos interesses populares; 3 - governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade; 4 - sistema político comprometido com a igualdade ou com a distribuição equitativa de poder entre todos os cidadãos; 5 - governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão das minorias

Até esse ponto do discurso há certa coincidência com a teoria leninista. Aliás, o PCCh repetidamente afirma que tem como base teórica e prática a teoria de Lênin. Nas palavras de Jiang Zemin (2002, p. 19), ex-presidente da China,

...aplicando a teoria marxista-leninista do Estado e combinando-a com as condições reais da China, instituímos o poder estatal socialista de ditadura democrática popular dirigida pela classe operária (...) praticamos a consulta política sob a direção do Partido Comunista na luta comum pelo socialismo.

Se no discurso o modelo chinês se assemelha à teoria leninista, cumpre identificar os pontos centrais que o afastaram definitivamente da teoria de Lênin e o tornaram uma fase de restauração do capitalismo. Objetiva-se nesta parte do trabalho explicitar pontos-chaves do processo que fizeram do socialismo de mercado chinês, ao invés de uma fase da construção do “socialismo do tipo chinês” baseada na teoria leninista, conforme ainda repete o Partido Comunista Chinês, uma fase de construção do “capitalismo do tipo chinês”.

6.1 O SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS: A CONFORMAÇÃO DE UM CAPITALISMO DE ESTADO CONVENCIONAL

Deve-se começar essa seção do trabalho advertindo que não se pretende transplantar uma proposta formulada sob as condições específicas da Rússia para a realidade chinesa, isto seria um completo absurdo. Porém, como o próprio PCCh diz conformar o socialismo de mercado a partir da teoria leninista de transição para o socialismo, procura-se traçar as diferenças e semelhanças fundamentais entre o socialismo de mercado chinês e o capitalismo de Estado peculiar previsto pelo líder soviético.

Pode-se dizer que o socialismo de mercado chinês tem desde o princípio uma diferença que põe em xeque o uso da teoria do capitalismo de Estado leninista naquele país: não eram os trabalhadores que estavam efetivamente no poder, mas sim um partido burocratizado que espalhava seu controle hierarquizado por toda a sociedade. Neste sentido, como o Estado chinês controlava os meios de produção e mantinha os trabalhadores afastados dos centros de decisão, essa expropriação política significou diretamente uma expropriação econômica.

Com um encastelamento e hierarquização do poder, além de as *Trade Unions*, que seriam uma ponte direta entre a direção do Estado “proletário” e o proletariado, serem transformadas em meros instrumentos estratégicos do Partido, as greves foram proibidas e as reuniões

controladas. Ou seja, numa fase em que interagiriam elementos socialistas e capitalistas, o elemento que, segundo a teoria leninista, garantiria o direcionamento do processo pelo caminho socialista estava enfraquecido por causa da burocratização e hierarquização do comando. O Partido Comunista estava no poder, mas não se pode dizer que se tratava de um Estado proletário.

Lênin já advertia que essa fase de transição onde os elementos das ordens sociais coexistiriam não seria fácil, que era preciso que o Estado proletário soubesse controlar e deixar os limites dos elementos capitalistas bem demarcados para que não se impusessem aos elementos socialistas. Aliás, quanto a essa interação as propostas, como dito, as propostas partem de pontos diferentes. A proposta de Lênin foi feita pouco tempo depois da tomada do poder pelo Partido Comunista, assim, na Rússia, os elementos capitalistas ainda existiam quando Lênin propôs a via do capitalismo de Estado, na China, os elementos capitalistas já tinham praticamente sido erradicados da sociedade nos 30 anos que se seguiram à revolução quando o PCCh propôs a liberalização da economia e o Partido Comunista Chinês já tinha dados mostras da sua capacidade de planejamento econômico.

Assim, poder-se-ia, inclusive pensar que os elementos capitalistas puderam ser introduzidos de maneira planejada na China, não estavam postos como estavam no momento em que Lênin propôs a via do capitalismo de Estado. Isto sem dúvida dava um grande diferencial positivo para a China construir um caminho socialista em relação às condições soviéticas. Mesmo se for considerado que o mercado é inevitável nesse processo, entende-se que a China teria amplas condições de construir um caminho com um controle efetivo dos elementos capitalistas já que teriam sido eles mesmos introduzidos dentro de um contexto de planejamento.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo PCCh no intuito de desfazer o gargalo do crescimento pelo lado da escassez de oferta de bens de consumo, a instituição de contratos de responsabilidade no campo, era bastante parecida com a proposta leninista de substituição do confisco da produção agrícola dos tempos do comunismo de guerra pelo recolhimento do imposto em espécie.

Isso era necessário porque a indústria ainda não estava em condições de realizar a troca socialista com a agricultura e não era possível, portanto, entregar ao camponês os produtos

industriais em troca de todo trigo necessário, não era possível fazer funcionar a grande produção, a produção estatal, a produção socialista.

Por causa dessa impossibilidade prática, seria interessante, como um primeiro passo acessível nas condições soviéticas daquele momento, restaurar a pequena indústria com vistas a integrar a economia camponesa à indústria e desamarrar o nó do crescimento pela insuficiência de bens de consumo, pois só assim seria possível realizar a acumulação planejada para colocar em funcionamento a grande produção.

Lênin (1987, p. 158), pragmático como era, dizia que “o desenvolvimento da pequena economia é um desenvolvimento pequeno-burguês, é um desenvolvimento do capitalismo, já que existe a troca (...), (mas) tentar proibir, impedir totalmente, qualquer desenvolvimento da troca privada, isto é, o comércio, o capitalismo seria impossível em função da existência de milhões de pequenos produtores (...) (seria) absurda porque é economicamente impossível, suicida porque os partidos que tentassem leva-la à prática fatalmente fracassariam”

O contrato de responsabilidade na China estabelecia que os produtores rurais deveriam vender ao Estado determinada quantidade física da produção a um preço prefixado e o que excedesse essa quota poderia ser vendida no mercado local. O governo passou a pagar 20% a mais pela quantia estabelecida nas metas de produção e o excedente era vendido, em média por um preço 50% mais alto do que antes dessa liberalização (SECCO; MAO JR, 1996, p. 76). Essa inversão dos termos de troca também ocorreu na Rússia.

No início da NEP, a agricultura manteve-se, brevemente, em uma relação vantajosa diante da indústria. No período de janeiro a maio de 1922, os preços de doze importantes produtos agrícolas subiram do índice 104 para 113 (considerando a base de 100 em 1913), enquanto, no mesmo intervalo de tempo, houve uma queda do índice de 92 a 65 nos preços de doze produtos industriais (SOUZA, 2007, p. 59).

Em ambos os casos, a idéia era aumentar a renda agrícola através de uma política de preços favoráveis expandido, pois, o consumo rural de bens industriais levando conseqüentemente a um crescimento da produção das indústrias rurais. Além da expansão da renda camponesa e da indústria rural um outro resultado muito interessante dessa política seria a integração da produção agrícola com a produção industrial.

Mantendo-se alguma regulação dos preços, como explicado, havia ainda uma negação parcial da lei do valor no sentido de que os preços, ao invés de serem simples correia transmissora da anarquia dos mercados, funcionavam como instrumento do planejamento estatal. E esse

instrumento foi fundamental no processo de acumulação da economia chinesa já que permitiu a emergência da pequena indústria rural que, por sua vez, permitiu a acumulação suficiente para o florescimento de uma grande indústria estatal.

É claro que essa possibilidade era uma permissão ao funcionamento de um elemento capitalista (a troca de mercadorias), mas que tinha sua atuação limitada pelo planejamento estatal, além do quê, os produtores diretos, representados pelo Estado teoricamente proletário, continuavam ainda detentores dos meios de produção.

O problema foi que logo após, no bojo ainda da primeira etapa das reformas, vieram junto a dissolução das comunas e a transferência da propriedade das pequenas indústrias montadas nessas comunas, que foram transformadas em empresas de vilas e municípios (EVM) que seriam privatizadas mais tarde.

As indústrias rurais existiam desde os tempos de Mao Tsé-Tung como parte da estratégia de dar autosuficiência às comunas, proteger a base produtiva do país dos ataques estrangeiros e tentar descentralizar as decisões sobre a produção evitando a burocratização. Essas indústrias das comunas foram simplesmente convertidas em estatais (de base municipal ou distrital), mas, devido à origem comunal, continuou-se a designar as EVM como propriedade coletiva, contudo, do ponto de vista do controle da propriedade, eram empresas estatais nas mãos de um Partido burocratizado.

Neste contexto de desmonte do sistema comunal e emergência das EVM, a mão-de-obra liberada pelo aumento da produtividade do campo foi absorvida por essas indústrias locais que estavam, porém, desobrigadas de arcar com as políticas de seguridade social antes suportadas pelas comunas.

Tudo isso era supostamente necessário por que, na visão do Partido Comunista Chinês, devia-se desenvolver a qualquer custo a eficiência produtiva na economia e isso só seria possível se o principal fator produtivo, a força de trabalho, pudesse ser alocada livremente, o que não era possível com a legislação trabalhista daquele tempo.

Aliás, esse conceito de eficiência no sentido capitalista foi, em grande medida, a desculpa para a precarização das condições de trabalho, das muitas privatizações e da transformação da força de trabalho em mercadoria.

Os salários dos trabalhadores das EVM eram determinados pelas autoridades locais, que tinham interesses particulares e institucionais no lucro dessas empresas, assim essas indústrias estavam desobrigadas de, até mesmo, manter um salário básico para subsistência dos seus empregados. A ordem do momento era aumentar a produção e a produtividade e, neste sentido, a manutenção de trabalhadores estáveis e os pesados gastos em segurança social obstaculizavam e encareciam a busca pela eficiência produtiva. Então, dadas as prioridades das reformas, era urgente derrubar esse obstáculo.

A verdade é que a imensa maioria das EVM, apesar de serem formalmente denominadas de coletivas, nunca teve os trabalhadores no comando das decisões, nem mesmo haviam avançado nesse sentido. A regra era que os administradores fossem indicados pelos governantes locais que passavam a ter autonomia administrativa e financeira para recolher tributos e empregá-los da maneira que lhes conviesse, inclusive nessas EVM. A questão é que essa conveniência normalmente estava intimamente relacionada a ganhos privados.

Mais uma vez se ratificava e acentuava a separação dos trabalhadores tanto do comando do processo quanto dos meios de produção. Eles iam sendo transformados em assalariados da mesma forma matriz do capitalismo: separados dos meios de produção e “livres” para vender sua força de trabalho.

A idéia de descentralizar as decisões sobre a produção não ficou restrita aos estímulos às EVM, as próprias empresas estatais, que antes eram controladas centralmente, passavam a funcionar com foco na busca do lucro e, para tanto, foi-lhes dada autonomia gerencial e contábil e maior liberdade para alocar os recursos, inclusive a força de trabalho. É verdade que essas empresas continuavam instrumentos de execução de políticas do governo, mas em termos microeconômicos passavam a funcionar como qualquer unidade capitalista cujo fim é maximizar o lucro.

Abandonava-se, assim, o controle estatal sobre a contabilidade, administração e produção das empresas que passavam a produzir de acordo com as normas e necessidades ditadas pelo mercado, não pelo planejamento estratégico consciente da “vanguarda do proletariado”. Pode-se, inclusive, dizer que passavam a produzir de acordo com a determinação “consciente” dos administradores que pautavam suas decisões nos indicativos oferecidos pelo mercado no sentido de aproveitar as oportunidades mais lucrativas.

Para poder aproveitar da “melhor maneira” as oportunidades oferecidas pelo mercado, foi-se paulatinamente transformando os trabalhadores, antes com garantia de emprego por toda vida, em assalariados com bonificações por produtividade e contratos temporários e sem os benefícios sociais a que tinham direito os antigos trabalhadores regulares (saúde, educação, moradia, aposentadoria, estabilidade). Eram transformados em assalariados instáveis e sem segurança social.

Até esse momento das reformas chinesas a expropriação econômica dos trabalhadores ainda não estava formalizada, mas já tinha seus traços desenhados com linhas bastante fortes. As empresas estatais se ainda estavam sob comando de um Partido já afastado de sua base, estavam paulatinamente sendo “libertadas” do planejamento central, estavam fugindo até mesmo do controle da produção e distribuição do Estado.

Transformar trabalhadores em assalariados é o mesmo que criar um mercado de trabalho, ou seja, é separar os trabalhadores dos meios de produção, é deixá-los “livres” para vender sua mão-de-obra, é transformar sua força de trabalho em mercadoria, é permitir que os capitalistas, consumindo o valor de uso dessa força de trabalho, gerem mais valor do que pagam por consumi-la.

Os milhões de chineses desempregados e desprotegidos passaram a constituir um exército de reserva que, além de servir de excesso de oferta de força de trabalho em um mercado cada vez mais desregulamentado, viabiliza a maior exploração absoluta. Apesar de a China viver quase três décadas consecutivas sob a primazia da modernização da sua economia, as jornadas de trabalho são, em geral, muito superiores às do mundo ocidental, ou seja, apesar de sua economia já estar, em grande medida, modernizada, prima-se ainda pela extração de mais valia absoluta dos trabalhadores chineses.

Para que não fossem criadas instabilidades sociais incontornáveis, foram elaborados programas pilotos que serviriam de propaganda da “eficiência inerente ao mercado”. Esses programas permitiam que algumas empresas estatais pudessem contratar trabalhadores temporários e impor-lhes rígida disciplina, sempre em busca de uma maior produtividade. Também fazia parte desse plano piloto a possibilidade de fechamento de estatais “ineficientes”. A partir de 1983, essas prerrogativas foram estendidas a todas as estatais.

No ano seguinte, 1984, a nova ordem foi ratificada e passou a abranger todas as formas de produção, inclusive o que ainda, ao menos no nome, era coletivo jogando outros milhões de chineses no desemprego.

Ainda inserido na política de descentralização das decisões de produção, permitiu-se que as estatais retivessem parte dos seus lucros para reinvestimentos internos e que os organismos locais de governo passassem a arrecadar seus impostos e reinvestir nas suas indústrias (EVM) ou como melhor lhes conviesse, sem ingerências centrais. A acumulação individual das firmas passava assim a ditar os rumos da produção nacional, mesmo das EE e das EVM.

O argumento usado era que essa inserção no mercado seria de suma importância para que as empresas implantassem uma forma de produção mais eficiente. Argumentava-se que, descentralizando a administração e dando autonomia às unidades produtivas e aos governos locais para atuarem sob as regras do mercado, haveria uma melhor interpretação das necessidades e, como consequência, surgiriam ganhos em termos de desenvolvimento das forças produtivas, de crescimento e de bem-estar geral.

Eram mudados completamente os objetivos das EE. Antes eram responsáveis pela segurança social dos trabalhadores a ponto de o governo implantar a “política de 1/3”, ou seja, um serviço garantindo o emprego de três pessoas, depois o foco foi voltado para a busca da eficiência capitalista. Nessas novas condições, a obrigação de garantir o bem-estar do trabalhador deixou de ser prioridade para ser, em perfeita consonância com o discurso capitalista, consequência da eficiência das empresas que, tendo possibilidade de lucro expandiriam sua produção e contratariam mais trabalhadores.

Desde o início das reformas o Partido implantou a política de “portas abertas” criando “Zonas Econômicas Especiais” (ZEE) para atração de investimentos estrangeiros diretos (IED). A idéia, teoricamente, era atrair os investimentos estrangeiros sob a forma de *joint ventures* com estatais para uma internalização de tecnologias, para possibilitar um aumento da capacidade de importação do país e para que as multinacionais funcionassem como “escolas” de produção eficiente para as empresas chinesas. Permitia-se, com isso, a propriedade compartilhada dos meios de produção entre o Estado e o capital globalizado.

Lênin havia afirmado que seria interessante à causa socialista flexibilizar a política econômica de maneira que alguns princípios capitalistas pudessem funcionar na sociedade soviética. Neste sentido, seriam permitidos, inclusive, a exploração capitalista de empresas estatais e a

implantação de novas empresas com capital privado. Porém, o líder bolchevique condicionou essas liberalizações aos limites explicitamente demarcados em contratos estabelecidos de forma que ficasse claro que se tratavam de permissões do Estado proletário e que teria prazo para terminar.

Assim, findando o prazo estabelecido nos contratos, as empresas estatais, que já teriam aprendido e mesmo absorvido a “grande técnica capitalista”, voltariam ao completo controle e gerenciamento do Estado proletário e as empresas instaladas com capital privado, por meio de indenizações também previstas em contrato, passariam ao controle estatal.

Assim pode-se dizer que, de certa forma, a associação do capital privado estrangeiro com o estatal sob a forma de *joint ventures* não contradiz a teoria leninista. Porém, na China, se inexistia regulamentação jurídica para a propriedade privada, não havia também previsão em contrato para a extinção dessas novas relações que privilegiavam o mercado e as relações capitalistas de produção.

Evidentemente que o grande capital internacional não se interessaria por algo que não lhes rendesse lucro. Na Rússia, essa possibilidade de auferir lucro estava previsto em contrato, na China a grande garantia do capital internacional estava dada pela associação com o Estado/Partido que tinha interesse declarado no lucro proveniente dessa combinação. Ou seja, iniciava-se uma fase de um capitalismo de Estado onde os interesses estatais e os interesses capitalistas eram coincidentes, ou seja, tratava-se de um capitalismo de Estado convencional.

Além dessas regras que limitavam os elementos capitalistas estabelecidas em contrato, Lênin advertia sobre a necessidade de se manter o monopólio estatal do comércio exterior. Falava isso em condições de guerra imperialista entre os Estados nacionais. No início do processo chinês, o Estado chinês manteve esse monopólio para o mercado interno, mas deu alguma liberdade maior para as ZEE. Não se pode dizer, contudo, que, mesmo se for considerada extinta a guerra imperialista entre os Estados nacionais nas formas características daquela época, as condições de concorrência entre as grandes multinacionais esteja enfraquecida. Sem esse controle, em época de concorrência globalizada, o país fica extremamente vulnerável às intempéries inerentes ao capitalismo mundial.

É verdade que a China continua mantendo controle sobre o fluxo de capitais e controla a taxa cambial, mas já não tem o monopólio do comércio exterior e, sob imensa pressão internacional, flexibilizou em alguma medida sua política cambial. O que pode ser um ponto

de inflexão neste sentido é a sua entrada na OMC já que se negociam liberalizações das tarifas alfandegárias, flexibilização do câmbio, livre mobilidade de capitais, abertura de mercados protegidos.

As enormes vantagens concedidas às novas formas de produção e promoção das exportações, criaram um enorme alvoroço a nível global acerca das possibilidades de negócio (leia-se lucro) na China e, logicamente, isso se concretizava em detrimento da participação e possibilidade de controle da economia pelo Estado.

Essa primeira fase de liberalização da economia gerou uma série de problemas macroeconômicos. Com a combinação de liberdade de comércio e busca do lucro, houve uma elevação significativa no nível de preços, o que corroeu o poder de compra dos trabalhadores que não se pode dizer que era alto. Além disso, o fechamento das estatais e descoletivização do campo geraram uma inédita situação de desemprego na RPC e a descentralização fiscal concorreu para o surgimento de déficits orçamentários.

Lênin já advertia que essa fase de transição seria repleta de dificuldades que muitas vezes obrigariam o Partido, enquanto “vanguarda do proletariado”, a rever algumas diretrizes tomadas e consertá-las ou até mesmo recomeçar o processo. As dificuldades adviriam justamente da relação conflituosa entre elementos capitalistas e socialistas. O Partido deveria, portanto, ater sua atenção nessa coexistência conflituosa para que o controle do processo ficasse sob domínio proletário, afinal, o fim era o socialismo.

Naquele momento na China, O PCCh deveria perguntar, caso a intenção fosse seguir o caminho socialista de acordo com a teoria leninista e caso houvesse realmente esse conflito de interesses entre os elementos, se as liberdades dadas aos elementos capitalistas não estavam sufocando o controle que o Estado “proletário” deveria exercer para que não fosse restaurado o caminho capitalista.

Porém, sintomaticamente, não foi revendo e consertando os passos que levavam à supremacia dos elementos capitalistas sobre os socialistas que a “vanguarda do proletariado” chinês respondeu aos inúmeros problemas do caminho, ao contrário, suas decisões posteriores foram tomadas no sentido de aprofundar o domínio capitalista dando mais incentivos aos investimentos privados, principalmente estrangeiros, e ao mercado, sempre em detrimento da capacidade de planejamento consciente.

Na visão dos dirigentes, combinando a entrada de investimentos estrangeiros com a maior liberdade das estatais e dos governos locais em relação ao governo central, ou melhor, liberdade em relação ao controle e contabilidade da produção, a indústria poderia organizar melhor a produção e reduzir seus custos, logo, reduzir o preço, expandir a produção e gerar mais empregos.

No lugar da economia planejada, entrava em cena a “economia de mercado planificada”. Em outras palavras, o planejamento, que seria elaborado de acordo com os interesses da massa proletária, cedia progressivamente espaço aos elementos de mercado, aos elementos capitalistas que entravam em sua espiral de acumulação ascendente.

Essa espiral passava a ser válida também para as EE. Estas não mais repassavam seus faturamentos para o governo e esse deixou repassar os recursos para os fins determinados em Plano. Concretizava-se, a partir da total possibilidade de retenção do seu faturamento e liberdade para alocar da “melhor” maneira possível, da maneira que gerasse mais lucro, a definitiva entrada das EE nas leis do mercado e a conseqüente perda do controle estatal sobre a produção.

As unidades produtivas, inclusive as EE, estavam livres para comprar e vender o quê e quanto julgassem necessário para maximizar seus lucros, para buscar a tão propalada eficiência produtiva. Com essa liberdade a acumulação individual dessas empresas passava a ser um fim mesma e com isso eram exauridas as possibilidades de decisões econômicas e administrativas no âmbito da planificação em benefício da regulação pelo mercado. Perdia-se, portanto, o ponto Lênin havia colocado como interseção entre o capitalismo de Estado e o socialismo propriamente dito, a saber, o controle e a contabilidade da produção.

Se a liberdade da acumulação capitalista era o caminho, não se poderia manter algo tão contraditório a ela como o controle de preços.

Até os anos 80, ainda que já tivesse sido permitida alguma regulação de preços pelo mercado, ainda se mantinham regulados os preços de muitos produtos básicos, mas a desregulamentação foi progredindo gradualmente e, em 2003, como foi mostrado na tabela 6, a enorme maioria dos produtos, em todas as formas de distribuição, passou a ter seu preço regulado pelo mercado. O preço deixava de ser um instrumento do planejamento socialista para servir de correia transmissora da lei do valor capitalista.

Mais uma vez os elementos socialistas, que deveriam guiar o processo, eram condicionados pela busca da “eficiência” produtiva. O grande problema é que esse conceito de eficiência, na prática, sempre representava a sobreposição dos elementos capitalistas aos socialistas.

Esse processo de liberalização dos preços se refletiu, diversas vezes, elevadas taxas de inflação. O governo respondia com políticas contracionistas e adoção de controle de preços. Isto pode confundir alguns e fazê-los crer que se tratavam de reversões das medidas liberais quando, na verdade, mesmo o controle de preços sempre foi feito de maneira a tratar problemas imediatos o que, junto com a da política contracionista, ou mesmo expansionista em determinados momentos, refletia simplesmente a ainda existente capacidade do governo de controlar o ritmo da economia baseada não mais no planejamento socialista, mas em políticas keynesianas convencionais.

É verdade que o movimento de capitais em busca do setor mais lucrativo ainda não estava totalmente liberado, o que de certa forma restringia a busca do lucro e mantinha alguma autonomia da política econômica do governo, mas o nível de acumulação das EE passava a ser determinado não pelas necessidades de consumo da população e sim pela busca do lucro, ferindo um dos princípios fundamentais do socialismo.

Na fase das reformas em tela, mais uma vez a primazia dada ao crescimento econômico esbarrava nas limitações impostas pela “arcaica” legislação trabalhista, já que ainda não havia um mercado de trabalho completamente consolidado. Por isso, além da possibilidade de contratação temporária, assim como ocorria nas empresas instaladas nas ZEE, ficava permitida a demissão de funcionários que fossem julgados pelos administradores das EE insuficientemente produtivos. Enterrava-se definitivamente a estabilidade e se consolidava a separação dos trabalhadores dos meios de produção, consolidava-se o mercado de trabalho e todo o significado que isso encerra. Significado que Souza (2007, p. 28):, referindo-se a Marx, expôs:

(Marx) protestou contra a assertiva de que o trabalho, isoladamente, é fonte de toda a riqueza. Ele insistiu em explicitar que a riqueza resulta do trabalho e da natureza. Da natureza advêm os instrumentos, os objetos, as condições para a produção da riqueza. Quem não tem a propriedade dessas condições materiais de trabalho “tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens”, dos proprietários das referidas condições.

Surgiram outros problemas advindos das etapas anteriores da reforma que também não foram identificados como erros do processo, mas como limitação da reforma: inflação, déficit

orçamentário, déficit na balança comercial, desemprego, rombo no sistema financeiro, menor crescimento da agricultura e das indústrias rurais. E as respostas dos “representantes dos trabalhadores” novamente não foram no sentido de rever o processo, identificar erros e corrigi-los, mas sim no sentido de avançar nas reformas liberalizantes, afinal o objetivo do Estado era promover o lucro e a eficiência produtiva.

O PCCh “revendo” sua estratégia e comparando as margens de lucro das EE e das empresas estrangeiras programou uma redução da participação das empresas estatais na economia com um programa de privatizações. Os líderes do PCCh argumentavam que as empresas públicas eram intrinsecamente ineficientes quando comparadas com as privadas.

O conceito de eficiência adotado pelo Estado chinês cada vez mais se aproximava da eficiência capitalista de maximização dos lucros, inclusive no que tange à possibilidade de máxima exploração da força de trabalho, da máxima retirada de mais valia dos trabalhadores, de exigência de máxima disciplina no trabalho para que a força de trabalho pudesse maximizar os lucros dos donos dos meios de produção.

Se a privatização por si só já seria um contra-senso à teoria de transição leninista já que esta preconizava a manutenção dos meios de produção sob controle proletário como uma das garantias de que os elementos capitalistas não iriam se sobrepor aos socialistas, se for olhado como se deu o processo, a situação fica muito mais absurda.

Os próprios líderes do Partido Comunista usaram sua posição privilegiada no controle do Estado para auferir vantagens particulares e se tornarem a verdadeira classe dominante do país em detrimento da classe trabalhadora. Segundo Smith, *Communist cadres used their party cards to borrow stat assets to set themselves up as capitalists* (SMITH, apud HARTLANDSBERG; BURKETT, 2005, p.54), em outras palavras, “burocratas e quadros, através da diferenciação social e política, vão se constituindo em parte integrante de uma nova classe capitalista no quadro de uma grande transformação da sociedade, reconstituição do Estado e acumulação do capital” (SOUZA, 2007, p. 218). Então, inequivocamente, há um alinhamento cada vez maior das prioridades do Estado com as prioridades capitalistas caracterizando, pois, uma condição de capitalismo de Estado.

Parte-se aqui da idéia que este tomada do patrimônio público pelos burocratas só foi possível porque, como dito no início desta seção do trabalho, os trabalhadores não controlavam realmente o Estado. A máquina estatal estava desde o princípio das reformas burocratizada de

tal forma que impedia a implantação da democracia socialista. É verdade que os meios de produção estavam nas mãos do Estado, mas seu controle estava muito longe do alcance dos trabalhadores, estava sim nas mãos de uma burocracia estatal que se dizia representante dos interesses do proletariado e que, sob a bandeira de implantação do socialismo, erguia-se à condição de classe dominante.

O processo de privatização do patrimônio público chinês constitui, na prática, uma forma de acumulação instantânea de capital que alçou os burocratas à condição de classe dominante. Novamente é bom lembrar que os elementos capitalistas, inclusive a propriedade privada foram sendo introduzidos aos poucos na China, não estavam postos no início da reforma. Combinando isso com o que foi dito sobre os membros do PCCh se aproveitarem de suas posições no comando burocratizado do Estado, monta-se um perfeito quadro de oportunismo nessa etapa de foco crescimento econômico.

Como já dito, se diferenciam as classes sociais aqui de acordo com sua condição em relação à posse (ou não) dos meios de produção e, conseqüentemente, com sua forma de conseguir sua parcela na produção social. Por isso, diz-se que a burocracia (e seus dirigentes apadrinhados das EE e EVM) foi alçada, ou melhor, alçou-se à condição de classe dominante da sociedade chinesa já que eles passaram a ser os donos dos meios de produção e a conseguir sua renda a partir do consumo da força de trabalho de terceiros além seu limite de reprodução efetivamente pago (muitas vezes nem isso).

No contexto das privatizações e privilégios concedidos aos investimentos privados estrangeiros, a participação estatal na economia caiu abruptamente em favor da participação da iniciativa privada. Assim, os trabalhadores não são mais (nem formalmente) os donos dos meios de produção nem há previsão de retorno ou passagem desses empreendimentos para o controle estatal.

Completa-se, portanto, o quadro de supremacia definitiva dos elementos capitalistas sobre os elementos socialistas ratificando a entrada da China no mundo do capitalismo globalizado: os trabalhadores não são os donos dos meios de produção e estão totalmente afastados do controle do Estado, a propriedade privada toma lugar da propriedade social, a acumulação individual vira um fim em si mesma e as ações do Estado são alinhadas com os interesses capitalistas.

Esse condição foi conformada por um dos Estados autoritários do mundo que se veste com trajes vermelhos para ludibriar seu povo e os analistas ao mesmo tempo em que dele mesmo emerge, de maneira oportunista, a nova classe dominante do país.

É evidente que a nova estrutura de propriedade, emprego e distribuição da China coloca, agora, obstáculos extremamente altos para efetivação de qualquer planejamento econômico socialista. Os obstáculos foram paulatinamente sendo colocados de uma forma que impedem o controle dos elementos socialistas sobre os elementos capitalistas. Na verdade, entende-se que o próprio processo de reformas foi dirigido de tal forma que condicionou o controle socialista às condições necessárias da busca da eficiência capitalista, creditando ao mercado, bem ao estilo neoliberal, uma capacidade de alocação ótima dos recursos, inclusive da força de trabalho.

A idéia mais recente de que a abertura do capital de empresas estatais garantiria uma condição de transparência e eficiência condiz perfeitamente com o que foi dito anteriormente. Além de o Estado dividir a propriedade, sem termos contratuais para uma futura recuperação, a prestação de contas da empresa estatal passa a ser feita para a iniciativa privada, não para o Estado. Abertamente, o Estado abre mão do controle da produção e, em nome da eficiência, coloca o controle nas mãos do mercado, da busca do lucro individual e afasta completamente controle econômico socialista.

O Partido Comunista Chinês já abandonou oficialmente a retórica da luta de classes em favor da “sociedade harmoniosa” e um sintoma claríssimo desse abandono, além do que foi explicitado anteriormente, é a estimativa do próprio PCCh de que um em cada três homens de negócio (leia-se: donos de meios de produção e exploradores da força de trabalho alheia) do país compõe seus quadros. Isso contraria a condição fundamental proposta por Lênin para garantir que a fase de transição com certa permissão para a existência de elementos capitalistas não represente, na prática, um passo atrás.

Lênin dizia que não se poderia recuar no poder proletário, que as liberdades dadas aos elementos capitalistas deveriam se limitar à função econômica de desenvolvimento das forças produtivas, mas com essa participação de capitalistas no Partido Comunista Chinês, ratifica-se formalmente o recuo do poder proletário e abre-se definitivamente espaço para a nova burguesia saída ou entrante no comando do Estado decidir os rumos do país.

Partindo da idéia de que o Estado é um instrumento de classe para subjugar e controlar as outras, ficam patentes, com essa nova formação do comando Estado chinês, as prioridades de suas reformas.

Seja no capitalismo de Estado ou no socialismo de mercado, o Estado tem duas funções: proteger a classe dominante e organizar a produção social. Em Estado proletário os trabalhadores são tanto donos dos meios de produção como controladores das funções do Estado, ou seja, a classe trabalhadora é a classe protegida pelo Estado e é ao mesmo tempo organizadora da economia, enquanto que no capitalismo a coerção política é adicionada ao automatismo da economia já que o Estado e a burguesia têm as mesmas prioridades.

Na China, a condição do Estado de protetor da classe dominante e organizador da economia levou a uma fusão da política com a economia, característica comum à “fase superior do capitalismo” que caracteriza o capitalismo de Estado convencional. Porém, infelizmente, na China, os trabalhadores estavam afastados do controle do Estado e, se este, ao invés dos trabalhadores, era o dono quase absoluto dos meios de produção, a expropriação política originada da burocratização e emergência dessa própria burocracia à condição de classe dominante significou diretamente a expropriação econômica e consolidação do caminho capitalista onde os interesses capitalistas e do Estado são coincidentes.

7 CONCLUSÕES

É verdade que a economia chinesa vem crescendo muito e de maneira sustentada há quase 30 anos, é verdade que há ainda uma presença estatal significativa na produção, mas outra verdade é que, infelizmente, os espantosos números da economia chinesa mascaram muitas contradições geradas por seus próprios fundamentos e escondem atrás do discurso de construção do socialismo a guinada para o caminho capitalista.

Se forem olhados friamente os números da economia chinesa sem uma análise mais minuciosa das suas condicionalidades dentro de um ponto de vista onde o crescimento econômico é o fim único da política econômica, corre-se um sério risco de elaboração de uma análise positiva do modelo daquele país. Se for feita essa análise estática, incorrer-se-ia nos mesmos erros que cometeram alguns bons economistas.

Como o objetivo deste trabalho não foi fazer uma comparação entre os números recentes da economia chinesa e as condições dos países emergentes que abraçaram o modelo neoliberal, mas fazer uma análise da dinâmica conformada pelas suas reformas econômicas no sentido de poder concluir a respeito da veracidade da afirmação do seu Partido Comunista acerca de serem elas etapas na construção do socialismo, perde-se qualquer possibilidade de uma visão mais positiva.

Não se pode confundir socialismo com a simples modernização das forças produtivas, não se pode, portanto, interpretar a condição de transitoriedade de uma sociedade olhando exclusivamente os números referentes ao crescimento econômico. Neste sentido, estudadas as transformações da economia chinesa desde 1978, ano da implantação das reformas, não se pode chegar a outra conclusão que não a de que o socialismo de mercado, pintado pelos líderes do PCCh como fase necessária para a construção do socialismo chinês, conduziu o país para a restauração do capitalismo onde a classe dominante emergiu do interior do próprio Partido/Estado e sua completa inserção na divisão internacional do trabalho.

As condições para que essa transição para o socialismo fosse feita em segurança em um país atrasado, ou melhor, para que os elementos capitalistas não representassem grande ameaça ao processo, segundo Lênin, eram o controle efetivo do Estado pelos trabalhadores e a propriedade social dos meios de produção. Postas essas condições, os elementos capitalistas remanescentes poderiam e deveriam ser usados nesta fase transicional no único sentido de

desenvolvimento das forças produtivas do país sem grandes riscos de restauração do capitalismo.

As reformas econômicas da China verdadeiramente criaram as condições para o desenvolvimento das forças produtivas, mas não no intuito de acumular riquezas e centralizar o processo de desenvolvimento para a construção da grande indústria socialista. Ao contrário, elas partiram de uma condição objetiva de propriedade estatal/coletiva dos meios de produção para, com o desmonte do sistema de comunas e privatização de estatais, instituírem a propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente transformação dos trabalhadores em assalariados, o que não significa outra coisa que não a transformação da força de trabalho em mercadoria, princípio basilar do capitalismo.

Não se pode pensar o “sucesso” chinês desconectado do mundo. Essa fase atual em que a China, mantendo seu câmbio desvalorizado, dando vantagens especiais a investimentos que visem às exportações e fornecendo um fluxo constante de mão-de-obra extremamente barata, se tornou um ímã aos investimentos estrangeiros diretos. Evidentemente, esse influxo de capital foi desviado de outros lugares, principalmente, dos seus vizinhos do leste asiáticos que tinham nas exportações baseadas em IED a base principal do seu crescimento. Por isso, as transformações econômicas da China acirram a competição por investimentos estrangeiros e colaboram com a conformação da nova divisão internacional do trabalho. A própria China passou a competir nesse mercado globalizado com suas próprias multinacionais (algumas estatais) buscando, assim como qualquer multinacional capitalista, as oportunidades de lucro oferecidas pelo mundo afora.

Além de estarem encobertas muitas das contradições do processo de transformações econômicas por que passou a China, o problema de se analisar o modelo chinês isoladamente, como Marx, Lênin e Trotsky advertiam, é que a história de sucesso em uma nação não pode ser entendida isoladamente da dinâmica e das contradições do capitalismo seja a nível regional ou global. Dar ao desenvolvimento inconstante e cíclico do capitalismo a perspectiva de modelo nacional é ratificar um modelo de sucesso e derrocada um atrás do outro desconsiderando os efeitos deletérios sobre as econômicas de outros países. Aliás, não se deveria usar a palavra sucesso para descrever o modelo chinês, afinal, os dirigentes do Partido Comunista dizem que o objetivo deles ainda é construir o “socialismo do tipo chinês”.

Portanto, quando a complicada interação entre os fundamentos socialistas presentes na China e os elementos capitalistas implantados a partir das reformas econômicas de 1978 foi instituída, os trabalhadores não estavam efetivamente no poder, o que deixou margem para a burocracia manobrar a política econômica e erguer sobre os elementos que deveriam ser a base para o alargamento da perspectiva socialista uma nova condição econômica de diferenciação de classe.

Sem essa precondição para o sucesso da fase de transição os elementos socialistas foram paulatinamente cedendo espaço para os elementos capitalistas. Assim, os salários passaram a ser regulados não pelo Estado proletário e sim por um mercado que negocia com o maior exército de reserva do mundo, ou seja, passaram a ser definidos por um mercado com excesso de oferta, os preços deixaram de ser instrumento de política econômica para serem fixados mediante o valor das mercadorias, o crescimento e a acumulação passaram a ter fins em si mesmos e não mais resultados da condução consciente da economia e a propriedade social dos meios de produção deixou de ser tratada como condição para a emergência do socialismo para ser tratada como obstáculo para a modernização da economia.

Enfim, a burocracia chinesa investiu-se do status de única força social interna capaz de levar adiante a tarefa de desenvolvimento das forças produtiva. Como já monopoliza o poder de forma ditatorial, excluindo os trabalhadores dos processos decisórios, ligou as reformas de maneira oportunista e fraudulenta à bandeira do socialismo, inibindo possíveis resistências e oposições e ludibriando muitos analistas. E foi justamente essa separação dos trabalhadores dos centros de decisão que propiciou as condições para que a própria burocracia se lançasse, por meios escusos, à condição de nova proprietária dos meios de produção, se lançando, portanto, à condição de nova classe dominante junto com os capitalistas que também fizeram uso das oportunidades de exploração criadas pela burocracia chinesa.

Acreditar que o modelo chinês é bem sucedido é acreditar que o crescimento econômico possa ser um fim em si mesmo e que as conseqüências são simples meios inevitáveis ligados a esse fim. O crescimento econômico deve ser entendido em seu sentido mais amplo, não pode ficar limitado a números agregados de quantidades de produção e lucros em quadros estatísticos. O resultado dessa forma de análise é a perda de proposições para formulação de uma proposta alternativa que leve em conta um desenvolvimento econômico em paralelo ao desenvolvimento das relações humanas.

É exatamente essa confusão que comumente se faz sobre o modelo chinês. As análises recaem exclusivamente sobre os números relativos ao seu crescimento e, por isso, proclamam seu sucesso perdendo de vista as precondições sobre as quais se erigiu esse processo, perdem de vista que o outro lado da moeda desse crescimento econômico é o abandono de prioridades relacionadas ao padrão de vida das massas, prioridades chinesas de outrora, além da intensificação da competição capitalista mundo afora.

Aceitar o modelo chinês como parâmetro a ser seguido por outros países é aceitar as características do socialismo de mercado no sentido de que é possível, sob comando de um Estado ativo, produzir desenvolvimento humano dentro dos limites impostos pelo sistema capitalista mundial, sob a égide da concorrência, da exploração do homem pelo homem.

Não discutindo a questão de o mercado ser ou não inevitável no caminho socialista, nem tendo a pretensão de encerrar a discussão acerca dos caminhos possíveis para a implantação do socialismo, em poucas palavras pode-se dizer que na conflituosa relação entre elementos socialistas e capitalistas, na China, houve a vitória dos elementos capitalistas implantados por seu Estado. Na verdade, o processo sugere que esses elementos foram implantados já na perspectiva de se tornarem perenes, afinal, não havia perspectiva de encerramento dessas relações, o conceito de eficiência capitalista sempre norteou as reformas, e principalmente porque os grandes beneficiários dessa perenização foram os próprios dirigentes do Partido/Estado, ou seja, quem mais se beneficiou com existência dos elementos capitalistas foram os mesmos que os implantaram.

O que se tentou deixar explícito neste trabalho é que, sob a bandeira de construção de uma sociedade socialista, sob a bandeira do marxismo-leninismo, foi-se construindo paulatinamente o domínio do capital sobre o trabalho na sociedade chinesa, foi-se paulatinamente separando os produtores diretos das condições de realização do seu trabalho.

Consolidada essa relação, não se pode mais dizer que a sociedade chinesa, em seus moldes atuais, procure conformar as condições de emergência de uma ordem social igualitária nem mesmo superar o capitalismo, ao contrário. Afinal, os elementos capitalistas, a classe dominante e o Estado já desfrutam de interesses comuns, na verdade, a classe dominante e o Estado se confundem.

A questão que não se pode perder de foco, então, é que, segundo a teoria leninista, é condição *sine qua non* para construção de uma ordem socialista em um país atrasado um Estado cujo

controle esteja efetivamente nas mãos dos trabalhadores. E foi justamente esse a grande falha, se não foi intencional, da burocracia chinesa.

Não se discordou aqui da, em geral, origem burguesa dos Estados nem se tentou desmontar a idéia de que ele seja uma ferramenta de classe que funciona em prol da classe que representa. Acredita-se, inclusive, que é justamente pelo fato de servir a uma determinada classe, por ser um instrumento de classe é que ele tem um papel importantíssimo a cumprir no desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Espera-se que este trabalho tenha conseguido deixar claro que a estratégia chinesa se afastou definitivamente da teoria leninista de edificação de uma ordem socialista. Espera-se, principalmente, que esse trabalho tenha contribuído de alguma forma para diminuir a confusão que cega muitos pensadores para que, desfeita essa confusão, seja possível reconcentrar e renovar os esforços no sentido de se pensar objetivamente as possibilidades teóricas e práticas de superação do capitalismo.

O exemplo chinês é realmente peculiar, mas não no sentido de uma construção bem sucedida de uma ordem socialista. É peculiar no sentido de que foi edificada uma ordem capitalista usando como fundamentos muitas conquistas em termos de igualdade e segurança social de uma sociedade verdadeiramente revolucionária que, acertada ou erroneamente, não coube discutir neste trabalho, buscava a edificação de uma ordem igualitária.

Enfim, se é preciso buscar a verdade nos fatos, o fato é que a China se afastou rapidamente da idéia leninista de transição para uma ordem socialista, a verdade é que a China abraçou com força o caminho capitalista. A verdade é que, se a idéia for realmente construir o socialismo, o modelo chinês não serve de exemplo. É preciso pensar um outro caminho que não alije os trabalhadores dos centros das decisões, que tenha atenção presa no fato de que a luta de classes não se extingue com a tomada do poder.

Como já exposto, em um capitalismo de Estado ordinário, ou seja, em uma ordem capitalista, os elementos capitalistas e o Estado têm interesses comuns, afinal o Estado deve proteger a classe dominante, já num capitalismo de Estado proletário, essa interação é complicada porque os interesses e as dinâmicas são opostos. Por isso, pode-se dizer que a China apresenta um capitalismo de Estado ordinário, e como o próprio Lênin advertia, o capitalismo de Estado é ainda capitalismo, no caso chinês a relação temporal é outra, já é capitalismo.

Enfim, conclui-se que o discurso do Partido Comunista Chinês de construção de uma ordem socialista não condiz com suas ações e é por suas ações, não pelo seu discurso, que ele deve ser julgado. Conclui-se que as transformações impostas pelo PCCh devem ser julgadas por seus resultados, não por supostas intenções, e o resultado maior é a restauração do capitalismo com uma classe dominante que emergiu do interior do Estado “proletário”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Cláudia. Reforma que fez a China abraçar o mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial. P-3. 30 julho 2006.

_____. Novo-rico chinês é alvo de campanha contra ostentação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.A24. 3 junho 2007.

BALANCO, Paulo A. F. **Socialismo e mercado**: a dialética econômica da transição nos países atrasados e a ruptura stalinista. 1996. 267f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

BERMAN, Marshall. A fênix vermelha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mais! P-10. 13 agosto 2006.

CLIFF, Tonny. **State Capitalism in Russia**. Disponível em: <www.marxists.org/archive/cliff/works/1955/statecap/index.htm>. Acesso em: 20 set 2005.

FARINA, Eric; FERNANDES, Simone. A verdadeira China. **Revista Amanhã**. n. 220. mar. 2006. Disponível em: <http://www.revistadigital.com.br/tendencias.asp?CodMateria=3256> Acesso em: 25 ago 2006

FISHMAN, Ted C. **China S.A.**: como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano**: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GERRATANA, Valentino. Estado Socialista e capitalismo de Estado. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). **A nova política econômica (NEP)**: capitalismo de estado, transição e socialismo. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 11-60

GRYZINSKI, Vilma. A novíssima China. **Veja**, n. 39, p. 105-111. Ago. 2006

_____. O caso do capitalista vermelho. **Veja**, n. 39, p. 174-111. Ago. 2006

HART-LANDSBERG, Martin; BURKETT, Paul. China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle. **Monthly Review Press**, New York, v. 56, n.3, p1-155, July-Aug. 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. Editora Objetivo Ltda. 2001

JABBOUR, Elias. **China**: infra-estrutura e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

JARDIM, Lauro. Império instantâneo. **Veja**, n. 39, p. 147-153. Ago. 2006

_____. Brechas na muralha. **Veja**, n. 39, p. 160-166. Ago. 2006

JIANG, Zemim. **Reforma e Construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

JONQUIÈRES, De Guy. China deveria encorajar as pequenas companhias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B3. 10 set. 2006

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Sobre o imposto em espécie. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). **A nova política econômica (NEP): capitalismo de estado, transição e socialismo**. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 141-181

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Editora Hucitec, 1983

LORES, Raul Juste. Crescimento ofusca, mas não elimina miséria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial p. 12. 30 julho 2006.

_____. Comércio e investimento estrangeiro impulsionam ascensão chinesa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial p. 8. 30 jul. 2006.

MAO, Tse-Tung,. **O Livro Vermelho**. São Paulo: Martin Claret, 2004

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia e política de desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n.3, p 92-112, jul-set. 1999.

_____. A China como duplo pólo na economia mundial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.26, n.3, p 381-400, jul-set. 2006.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Dilemas do desenvolvimento na China**: crescimento acelerado e disparidades regionais (da revolução comunista à globalização). Texto para discussão n. 1126. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1126.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2007.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003.

RIBEIRO, Antonio. Em algum lugar do passado. **Veja**, n. 39, p. 192-197. Ago. 2006

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZ, Gilson. Projeto Nacional separa Índia e China do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial p.2. 30 julho 2006.

SECCO, Lincoln; MAO JR., José. **A revolução chinesa**: até onde vai a força do dragão. São Paulo: Scipione, 1998.

SOUZA, Antonio Renildo Santana. As **relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China**. 2007. 338f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

TREVISAN, Cláudia. **China**: o renascimento do império. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

_____. Supremacia do ocidente é exceção na história. . **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial. P-7. 30 julho 2006.

_____. China reforça exército e sai à casa de petróleo, metais e tecnologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial. P-5. 30 julho 2006.

_____. Setor privado dá vantagem à Índia sobre a China. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial. P-10. 30 julho 2006.

VIERIA, Flávio Vilela. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.26, n.3, p. 401-424, jul-set. 2006.

WATTS, Jonathan. A outra revolução. **Carta Capital**, n. 414. p. 10-15, Out. 2006.

WINFBERG. Mônica. Comunistas de carteirinha e cartão de crédito. **Veja**, n. 39, p. 176-180. ago. 2006